OS POVOS E OS REIS.

OPUSCULO

OFFERECIDO

AOS PORTUGUEZES,

POR

FAUSTINO JOSE' DA MADRE DE DEOS.

LISBOA:

NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1825.

Com Licença.

DEDICATORIA.

Aos filhos daquelles heróes, que sempre zelosos da sua liberdade; fiéis a suas promessas; e terriveis aos oppressores da sua patria; se defendêrão valentes; sacrificárão firmes; e conservárão livres! Aos filhos daquelles pios heróes, que jámais deixárão de tributar a Deos as graças, e os trofeos das extraordinarias victorias, com que immortalizárão seus nomes nas quatro Partes do Mundo! Aos filhos daquelles virtuosos heróes, que para fazerem inviolaveis as suas instituições, puzerão em todas o cunho da caridade e da religião Christã. Aos filhos desses heróes; aos dignos émulos de seus pais; aos Portuguezes; tenho a honra de offerecer o presente Opusculo.

Nos tempos antigos companheiros prezados de Annibal! temidos de Pompeo! respeitados por Cesar! sollicitados para amigos do grande Methridates! visitados com veneração por differentes sábios! louvados com justiça por escritores imparciaes! ensinando em universidades estrangeiras antes de terem huma universidade! dando exemplo em muitas empresas uteis ás grandes nações da Europa, os Portuguezes apparecem hoje mais formidaveis ainda!

Quando os povos se humilhão; as nações cedem; os imperios vacillão; a Europa treme; e o Mundo receia á vista dos victoriosos exercitos de Bonaparte! olhão com desdem para essas cohortes! compassivos as fortalecem! e cheios de nobre orgulho as insultão, os Portuguezes! sendo este o presagio dos estrondosos triunfos, com que depois obrigárão essas bravas hostes a entrar nos seus quarteis, e nos seus deveres! desvanecendo assim os receios do Mundo: e desopprimindo a Europa; os imperios; as nações; e os povos!

Bramindo a lusbelina inveja, faz rebentar outra

vez aquelle horrivel vulcão politico, que já subvertêra a mais antiga monarquia da Europa! inundão suas devoradores lávas as duas peninsulas! estremecidos os monarcas mandão seus exercitos invadir a Italia e a Hespanha, para soccorrer os abrazados povos: entre tanto surge no Téjo hum Rei aos Lusos caro! hum Rei, que espanta os impios; confunde os homens; e admira os Reis! hum Rei Portuguez: hum inestimavel thesouro de preciosissimas virtudes: e dellas sómente acompanhado, vem sacrificar-se por seus vassallos! instado por ellas a livrallos dos horrores da guerra civil, recebe a lei, que o ha de esbulhar dos inauferiveis direitos de Monarca, das mãos dos mesmos revolucionarios, que o pertendem sacrificar!... á imitação de Jesu Christo, que para resgatar os degradados filhos de Eva, recebe a Cruz em que ha de morrer, das mãos dos mesmos peccadores, que o pertendem crucificar! .... Oh Rei sublime! .... Oh alma digna de reinar sobre os Reis! .... fallem de vós os anjos: porque os homens sempre com a boca enxovalhada pelo pó da terra, jámais deixaráõ de embaciar o brilho das celestiaes virtudes.

Os Portuguezes, que impávidos e sombrios supportavão a tormenta, com a mesma ousadia com que o inventor dos conductores observava os effeitos da materia electrica; respeitando o exemplo, e tremendo pela vida do seu Monarca; prostrão-se diante dos altares; implorão as misericordias do Senhor; e Deos que nunca deixará de punir o crime e de premiar a virtude, mostrou por huma successão de prodigios, que os Portuguezes para se livrarem do dominio de malvados, não precisão de soccorros estranhos: basta, que amem do coração aos seus legitimos Soberanos, e que sejão verdadeiros Christãos.

Taes são os incomparaveis heróes, de quem não posso, nem poderia com dignidade fallar, ainda que possuisse a eloquencia de todos os oradores antigos e

modernos! mas ha quem desempenhe a minha impossibilidade! ha quem falle dos Portuguezes com huma eloquencia consummada: falla delles a historia dos tempos: e os factos do seculo presente farião pasmar a posteridade, se ella não tivesse de vér maravilhas ainda maiores! A impiedade e a soberba de mãos dadas, trabalhão orgulhosas por confundir a mentira com a Verdade; a Luz com as trévas; a Causa com os effeitos! Qual deve ser o fim desta sacrilega contenda? Para poderem triunfar as furias, he necessario que não exista hum Deos. Já estão patentes os instrumentos das maravilhosas victorias, que hão de encarcerar os monstros, e felicitar os seculos futuros! nascidos em hum pequenino canto da Terra para admiração dos homens, e pela prática das virtudes christãs benemeritos diante do seu Creador, os Portuguezes tem de completar hum dia a grande obra, que ha muito principiárão, e tem continuado a executar; a exaltação universal das eternas verdades, que o espirito das trévas e seus sequazes pertendem reduzir a impostura!

Sim, Portuguezes: não he vaidade, não he preoccupação, o que me faz soltar estas expressões: assás individado pelos mui distinctos elogios, que de Vós tenho recebido, humilhando-se até hum grande Prelado, tão respeitavel por sua nobilissima pessoa, quão veneravel por suas rarissimas virtudes e abalizado saber, a honrar a minha habitação, para encher-me de huma gloria singular! eu meditava a maneira de agradecer tantos e tão preciosissimos beneficios: nada achava em mim digno de Vós: ardendo em desejos de recompensar-vos, lamentava amargurado a minha insufficiencia: com a face na terra (não o duvideis) rogava ao Eterno, que vos remunerasse: quando me pareceo, que a Providencia carinhosa e compadecida do meu abatimento me suggeria o escrito que vos offereço! Elle dirige-se a perpetuar as vossas sábias ins-

tituições: com ellas tendes sido felices; respeitando-as sereis venturosos: recebei-o, pois, não como obra minha; mas sim como dadiva de hum Deos a quem sois caros: de hum Deos, que vos amparou para não serdes victimas da iniquidade: de hum Deos, que destina os vossos descendentes para gozarem o complemento das graças, que ha mais de seis seculos com tanta profusão tem espargido sobre Vós: reconhecei a veracidade das promessas feitas ao primeiro Affonso: respeitai a vontade do Senhor: e confiai no vosso destino. Não he a primeira vez, nem será a ultima, que as mais ignorantes e humildes creaturas, sejão instrumentos da Omnipotencia Divina: póde ser, que a minha devida gratidão para comvosco, seja o meio de que Deos se sirva, para ministrar-vos o escudo forte, com que deveis armar vossos filhos para poderem resistir ás tentativas de seus vigilantes e teimosos inimigos! felices Vós por terdes alcançado tanto: porém mais felice aquella das vossas futuras gerações, que preferir a caridade ao luxo; a humildade á soberba; a humanidade á ostentação: milhares de vezes felice aquella, a quem forem mais gratas as virtudes do que os divertimentos: muitos milhões de vezes felice aquella; que pelo cordeal respeito aos seus deveres religiosos e politicos, chegar a preencher os decretos do Eterno!

Debaixo deste ponto de vista, estou certo, que o meu escrito será bem recebido por Vós; e eu serei muitas vezes venturoso! humas por não enterrar e ter feito bom uso dos poucos talentos, que recebi do meu Creador: outras por vér bem acolhidos os meus trabalhos litterarios pelos extraordinarios herões a quem os dedico: e sobre tudo por ter a distinctissima gloria, que muito prezo, de poder confessar com a maior consideração, e respeito, que sou

O vosso mais humilde compatriota

Faustino José da Madre de Deos.

INTRODUCÇÃO.

Afflicto e cançado de combater e comentar as premeditadas perfidias, que a facção Maçonica descaradamente praticou em Portugal, desde 24 de Agosto de 1820 até 2 de Junho de 1823, fiquei alguns dias no campo das batalhas; não para gozar as honras dos triunfos, mas sim para render a Deos as devidas graças das grandes victorias, que a minha fraca penna tem alcançado sobre as doutrinas dessa facção anarquica, e perversa!

Refeito agora de forças, não irei no alcance do inimigo; verei como outros athletas, mais valentes e peritos do que eu, perseguem os Maçons, que debandados trabalhão por conseguir com astucia (a) o mesmo que não poderão alcançar com força descuberta. Em quanto esses temiveis e venenosos monstros, cubertos com a pelle de innocentes e mansos cordeiros, vão escapando, pela clemencia dos Monarcas, ao bem merecido castigo de seus crimes, eu deixarei de os combater directamente, e voltarei os meus discursos para vigorar a resistencia, que os povos precisão fazer, aos continuos ataques com que a turbulenta Maçonaría os inquieta e ha de inquietar.

Assim como sería muito insufficiente general aquelle, que tendo derrotado o inimigo em differentes combates, desamparasse as praças e povoações libertadas ás invasões e assedios, que de novo se lhes poderião fazer, tambem eu sería muito inhabil escritor, se depois de ter demonstrado a cavillação e

falsidade das doutrinas constitucionaes, não fortificasse com outras doutrinas os povos nos seus legitimos governos, de maneira, que possão conhecer e destruir as declamações com que os Maçons tanto tem perturbado, e hão de perturbar a sociedade.

Ha quasi hum seculo, que os inimigos da ordem, reconhecidos hoje pelo appellido de *liberaes* (a quem respeitaveis escritores, não sei por que motivo, chamão filosofos) tem invectivado continuadamente contra a Religião de Jesu Christo, e monarquias absolutas; inculcando esta fórma de governo como tyrannica, e oppressora da liberdade e direitos dos povos; imputando-lhe positivamente os defeitos inseparaveis de todas as instituições humanas; arguindo os Monarcas dos abusos de poder praticados por alguns funccionarios publicos; e proclamando ao mesmo tempo o systema constitucional, isto he, a democracia arbitraria, como a unica fórma de governo capaz de garantir os direitos do homem associado!

Os amigos da ordem, quero dizer, os realistas com denodo tem combatido e refutado aquellas declamações; porém como os *liberaes* fundamentão as doutrinas novissimas, na origem da sociedade e dos governos, quizerão tambem os realistas inculcar, qual poderia ter sido a origem da sociedade, e quaes as primitivas fórmas de governo! por esta causa vierão huns e outros a encontrar o mesmo obstaculo ás suas conclusões: os *liberaes* para apoiarem as suas doutrinas, imaginárão os homens isolados pelos bosques, convencionando-se a viver em sociedade! principios repugnantes na verdade; mas não se póde demonstrar, que fossem impossiveis: os realistas adoptárão a multiplicação natural da especie humana para origem da sociedade: principio muito verosimil: porém não se póde demonstrar, que seja exclusivo de todos os outros.

Os *liberaes* segundo os seus principios querem, que o governo democratico fosse a mais antiga fórma de governo: os realistas conforme os seus principios instão, que a monarquia devia ser a primeira fórma de governo: desta que fica indecisa, elles se envolvem n'outra disputa igualmente interminavel! os realistas mostrão os erros do systema constitucional; os *liberaes* notão os abusos da Monarquia absoluta: os realistas queixão-se da perversidade dos *liberaes*; estes fallão do despotismo dos aulicos: assim se tem passado annos e annos, recriminando-se reciprocamente com desiguaes motivos; e a sociedade sempre agitada e perturbada com as doutrinas constitucionaes, que seductoras pelas promessas, e agradaveis pela novidade, já produzírão, e não he impossivel tornarem a produzir, revoluções calamitosas!

He verdade, que na historia do Mundo não apparecem grandes republicas a par das grandes monarquias da Persia, de Babylonia, do Egypto, etc. he verdade, que esta ultima já era hum reino florescente, quando o povo de Israel ainda não passava de huma familia! he verdade, que não se conhece alguma republica com a duração da Monarquia Chineza: he verdade, que os Israelitas preferírão espontaneamente o governo de hum Rei, ao dos Juizes eleitos pelos mesmos Israelitas: he constante, que a mesma Roma principiára com o governo monarquico: he inegavel, que se os homens se associassem por convenção, como dizem os *liberaes*, a primeira das suas instituições deveria ser o governo; porque a idéa de sociedade civil, não póde admittir-se senão subordinada á idéa de governo; e sería injuriar muito o discernimento dos primeiros homens associados, o julgar, que elles preferissem o governo de muitos ao governo de hum; por ser o governo de muitos hum estado semelhante áquella desor-

dem em que elles vivião antes de associar se, e da qual se pertendião livrar associando-se: até repugna huma semelhante convenção! convencionarem-se muitos homens para não cederem, ou para cederem huns a outros a superioridade de governar, he huma convenção violenta ao orgulho humano; e nesse violento estado não podião permanecer: huns havião necessariamente subplantar os outros. Todas estas considerações dão mais pezo ás doutrinas dos realistas: porém com essas verdades e conjecturas não se póde demonstrar como principiárão aquellas grandes monarquias: todos estes argumentos sim dão probabilidade aos principios adoptados pelos amigos da ordem, mas o que he provavel póde não ser certo: logo vem a incerteza a ficar imperando na grande questão das primitivas fórmas de governo.

Se os *liberaes* admittissem os principios com que os realistas entrão na questão religiosa, conseguirião estes hum decidido triunfo; porém aquelles sempre astuciosos, tachão de impostura todos esses principios, para não serem obrigados a confessar as consequencias; e por tanto, os argumentos dos realistas não podem ser concludentes para homens, que negão os principios em que esses argumentos se fundão; nem os *liberaes* podem proceder de outra maneira; porque sabem, que he impossivel destruir as provas da verdadeira religião: e conhecem que sem destruir a religião, não podem subverter as monarquias. Vê-se, pois, que até ao presente não se tem feito de parte a parte mais do que argumentar sobre principios, que reciprocamente se negão; e allegar factos, que igualmente provão os abusos de huns; a perversidade de outros; e os defeitos de todas as fórmas de governo.

Eu sou realista; sempre o fui, e hei de ser até ao ultimo instante da minha existencia: não porque tenha recebido beneficio algum particular dos Mo-

narcas, nem alcançado Graças ou Mercês; antes no Governo Monarquico foi atalhada em 1807 por abuso de algumas authoridades, a brilhante carreira de vida publica em que estava, e para a qual me tinha habilitado; ficando naquella época de calamidades reduzido á indigencia: tive então a infelicidade de experimentar, que a falta do alimento debilitando progressivamente as forças, podia tirar a vida com pouca violencia: deitei-me algumas vezes na minha pobre cama com fome; porém levantava-me livre de remorsos: assim mesmo attenuado conservei illesa a fidelidade Portugueza. Em quanto alguns dos meus compatriotas adornados com insignias da Real munificencia, se bandeavão com os inimigos do Rei e da Patria, eu despojado dessas insignias, fui em companhia de José Maria de Campos, hoje Capitão de Fragata, unir-me ao Exercito do Norte, prompto a perder a vida em defensa da Patria e do Rei.

Quando reconheci, que a revolução de 1820 era obra Maçonica, indignei-me contra os *liberaes*: com lagrimas nos olhos predisse as desgraças dos Portuguezes: e bastantes occasiões fui desafogar o meu coração, com Luiz Duarte Villela da Silva, Conego e Thesoureiro Mór da Real e Insigne Collegiada de Santarem; cuja litteratura e virtudes eu teria a gloria de elogiar, se outros escritores melhores e primeiro do que eu, não o tivessem feito com justiça. Logo que se publicou a Constituição, demonstrei a subversão de alguns dos seus artigos, na Epistola á Nação Franceza; e a entreguei nos primeiros dias de Maio de 1828 ao Desembargador da Nunciatura José Manoel Gonçalves Anjo, para que a mandasse imprimir em França: porém elle em vez de lhe dar este destino, mostrou-a ao Conde da Feira: e no dia 6 de Junho entregou-a a João Trocato Soares, que a fez imprimir na Impressão Regia.

Em 31 de Maio marchei com o Major de Infanteria da Policia, Jacinto Pimentel Moreira Freire, a unir-me ao exercito realista em Villa Franca, e alli fui companheiro de cama e meza do Commandante da Brigada Real da Marinha, Joaquim Ignacio da Silva Rebello, em casa de João Paulo Pereira de Vasconcellos: não sei como hei de pagar a este dignissimo Portuguez, a delicada e terna maneira com que penhorou o meu reconhecimento! sem eu ter boleto para sua casa, mandou que eu me servisse da farta e limpa meza com que brindava os seus aboletados, sem ao menos me fazer passar pela vergonha de acceitar a sua generosa offerta. Nas minhas circunstancias, quero dizer, queixoso do governo; sem miras de recompensa, e não tendo que defender ou conservar mais do que a vida, não sei que Portuguez algum fizesse outro tanto! E (não tenho pejo de o confessar) nos quatro dias, que me demorei em Villa Franca, não fui beijar a mão a S. M.: quando os meus companheiros entravão para o Paço, eu ia para a Igreja rogar ao Rei dos Reis permittisse, que o crime não prevalecesse sobre a virtude, nem a mentira sobre a verdade: com esta simples rogativa preferi e hei de preferir sempre Deos ao meu Rei: estou certo, que a preferencia não será do Real desagrado de S. M. Confesso ainda mais: affirmou o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel na licença, que me mandou, e guardo com profundo respeito para Lhe dedicar o combate, *que eu ficava muito na Sua Real consideração*, pois enviei, pelo Barão da Portella, alguns exemplares daquelle escrito, e não fui, como devia, apresentallos aos pés de S. A. R. porque receei ser remunerado: eu antes quiz passar por hum grosseirissimo ingrato, do que parecer hum mercenario escritor: faltei aos deveres da civilidade; mas espero, que estas publicas confissões juntas ao salgado pranto, que

neste momento corre de meus olhos, sirvão para alcançar o perdão das minhas faltas.

Tenho feito esta digressão unicamente para provar com bastantes e respeitaveis testemunhas, todas vivas, que não sou realista por interesse, ou gratidão; sou realista sómente porque estou convencido, que o devo ser: se a minha convicção he errada, demonstre-se o meu erro, que eu protesto mudar de opinião: poucos entendimentos serão mais accessiveis a imparcialidade do que o meu. Por ser sómente realista, combati victoriosamente a declaração e protesto das denominadas Cortes Extraordinarias: por ser sómente realista, desfiz a Constituição com a mesma Constituição: por ser sómente realista, me proponho no presente Opusculo a mostrar 1.° que todas as fórmulas politicas usadas nas monarquias absolutas, se derivão de hum simples principio; o qual existio de facto entre os Portuguezes: 2.° que os povos não tem o direito de mudar a fórma dos seus legitimos governos. Limitarei os meus discursos particularmente a Portugal: se forem dignos da publica acceitação, com facilidade se poderão adoptar a outros paizes; e se não, ficarei com o descredito de ter lançado mão de huma empreza superior ás minhas forças.

Não pensem os povos, que sou seu inimigo: suspendão o juizo, que de mim poderião formar á vista das minhas proposições: hum verdadeiro e desinteressado realista não póde deixar de ser amigo dos povos: ha huma conveniencia reciproca em os povos amarem os Reis, e os Reis serem amigos dos povos: não me julguem antes de ouvir quanto vou dizer: a questão he puramente filosofica, só a filosofia dirigirá a minha penna. Factos e raciocinios serão todo o material deste edificio: e o artifice a recta razão. Com este preciosissimo distinctivo do homem; com este raio de luz celestial com que se pe-

netrão os abysmos, e se fendem as abobedas do Firmamento, espero desenvolver claramente as thesis, que tenho ennunciado: praza a Deos que não me faltem faculdades, nem palavras proprias para assim o cumprir: a causa não he sómente humana; he tambem Divina.

OS POVOS, E OS REIS.

§. I.

Se eu não fizesse mais do que demonstrar, como tenho demonstrado em outros escritos, a cavillação do systema constitucional, e a perversidade dos seus authores, sería talvez superfluo o meu trabalho; pouco, ou nada adiantaria aos escritores, que até hoje fizerão outro tanto com mais, ou menos concisão e clareza: he verdade, que os inimigos da ordem não podem demonstrar o contrario; mas poderão dizer, que a perversidade de alguns homens, que figurárão nos governos revolucionarios, não he huma condição, nem consequencia do systema, e tanto que os mais conspicuos *liberaes* se affastárão e trabalhárão para evitar o progresso do dominio dos perversos: poderão dizer mais, que corrigidos os erros e defeitos do systema, elle será preferivel ás monarquias absolutas: e finalmente poderão accrescentar, que esses defeitos e perversidade não provão de modo algum, que os povos não tenhão o direito de constituir-se como melhor lhes convier.

Eu confesso (pondo de parte a má fé, porque homem algum deve argumentar prevenido) que não sei com boa logica destruir estes argumentos: e o mesmo succede precisamente á multidão: muitos homens terião facilidade em os contrariar; e poderião responder, que nem o systema constitucional

póde, já agora, deixar de ter o cunho faccioso, nem homens imparciaes podem dar tal systema á execução: poderião accrescentar, que esses (salvo o erro) conspicuos *liberaes* se fizerão opposição ao dominio dos perversos, foi porque conhecêrão que a causa dos Reis não podia por ora ser subplantada; e porque os perversos não os deixárão dominar: porém isto sería rebater humas incertezas e declamações, com outras declamações e incertezas; continuando a disputa entre *liberaes* e realistas, sem jámais se decidir a grande questão, em que huns com outros se achão envolvidos.

Duvidar e raciocinar he o melhor caminho para chegar ao conhecimento da verdade: esta maxima he proclamada pelos mesmos *liberaes*, e eu quero servir-me della para os confundir com as suas mesmas doutrinas; deve-se porém duvidar com imparcialidade, e raciocinar com precisão sobre principios indubitaveis. Algumas verdades ha, que não he possivel ao homem chegar a conhecellas; deste número são aquellas que ha tantos annos servem de assumpto ás invectivas dos *liberaes*, e investigações dos realistas: fallo da origem da sociedade e dos governos. Parece mesmo, que os astuciosos *liberaes* armárão este laço ao entendimento dos realistas para o prenderem a essas conjecturas! parece que de proposito fabricárão este labyrintho para os realistas se perderem nelle! e por fatalidade assim tem succedido! he para mim admiravel, que todos tenhão marchado no mesmo terreno! he muito notavel, que nenhum tenha sahido do circulo traçado pelos inimigos da ordem, para o combate das questões liberaes! he pasmoso, que nenhum tenha conhecido a indecisão do assumpto em que labora a sua penna, nem o tenha confessado, nem se tenha deliberado a seguir outra vereda! eu até chego a duvidar, que sejão realistas todos os escritores que o parecem: não

me posso capacitar, que homens de tantos e tão distinctos talentos, como são alguns dos que tem combatido o liberalismo, deixassem de vêr a impossibilidade de chegar a conhecer qual fôra a origem da sociedade e dos governos : e no caso que sejão sinceros realistas, sempre os hei de censurar (perdoem-me o atrevimento) de não confessarem essa impossibilidade.

Aquelles que se propõem a enganar os povos, e a tirar partido desses enganos, embora gastem o tempo em confundir a verdade das cousas ; porém aquelles que por humanidade pertendem desenganar os povos, devem fugir de embrulhar a sua razão nos enxovalhados discursos dos sofistas : Para que havemos nós inculcar, que podemos saber não só o que perfeitamente ignoramos, mas até o que he impossivel chegarmos a conhecer? Não chamariamos louco a hum homem, que pertendesse voar até pousar no globo da Lua? pois esta diligencia não sería mais louca, nem mais impossivel do que sabermos, sem soccorro de tradição, o que se passou quando não existiamos! Eu sinto muito que os realistas arguão as doutrinas liberaes de imaginarias e quimericas, e trabalhem para trazer á luz essas mesmas quimeras! quem argue os outros de hum defeito, contrahe a obrigação de o corrigir em si : Depois de qualquer individuo ter lido todos os bellos escritos, que ha produzidos pelos realistas sobre a origem das sociedades e dos governos, pergunte-se ao leitor qual foi essa origem? Elle, se for homem sincero, e quizer fallar verdade responderá — *não sei* — desta resposta podem e sabem usar muito bem os *liberaes* para motejar os realistas: he imperdoavel a qualquer escritor, cahir sobre igual materia, nas mesmas faltas de que accusa outros escritores.

Ainda mesmo, que á força de indagações se chegasse a conhecer qual fora a origem da socieda-

de e dos governos, de que serviria esse conhecimento? se fosse aquella que os *liberaes* tem inculcado, a causa dos Reis e da legitimidade dos governos estava perdida: os *liberaes* se aproveitarião da descoberta para envolver os realistas, e conduzir os povos a huma subversão geral, melhor do que se aproveitou o general Carthaginez, da victoria ganhada contra Varrão, para humilhar os Romanos: e se ella fosse tal qual os realistas imaginão, nenhuma utilidade resultaria dahi aos homens: porque com esse descobrimento, sim ficava demonstrado, que a origem da sociedade e dos governos proclamada pelos *liberaes* era falsa; mas elles não deixarião por isso de continuar as suas maquinações: convencidos de falsarios, perfidos, impios, e perversos tem elles sido, e comtudo ainda não desistírão, nem hão de desistir de trabalhar para os seus fins..(*b*)

Os realistas não farião outro algum uso desse conhecimento; elles não quererião, certamente, regenerar os povos, bem como querem os *liberaes*: he claro, que no primitivo estado qualquer que elle fosse, quero dizer, no principio das grandes sociedades, não podião haver as commodidades da vida que ha hoje: he sabido, que o homem tem aversão natural a retrogradar: essa aversão quasi sempre produz contestações entre reformados, e reformadores violentos: das contestações nasce a luta, e na luta são sacrificadas muitas victimas innocentes, que não concorrêrão para ella! todos os *liberaes* fomentando as revoluções subversivas preparão esses lastimosos sacrificios: alguns chegão a ser os proprios sacrificadores: outros os vêem com indifferença: e outros com satisfação: mas para os evitar he que os realistas com tanta e tão louvavel assiduidade tem pugnado, e pugnão pela conservação da ordem: Vê-se pois que o conhecimento da origem da sociedade e dos governos, viria a ser infallivelmente calamitoso, ou inutil

aos homens: inutil se fosse aquelle que os realistas conjecturão: calamitoso se fosse o que os *liberaes* imaginão

Estou certo, que o meu discurso he concludente; mas quero ainda reforçar com hum syllogismo a doutrina, que tenho expendido: He evidente que do acontecido antes de existirmos, nada podemos saber senão por tradição; porque sem termos vida não podiamos vêr, nem ouvir o que se passava: ora da origem da sociedade e dos governos ninguem nos transmittio noticia alguma; logo he impossivel chegarmos a conhecer qual ella fosse; e logo he loucura perdermos o tempo a indagar, o que he impossivel chegarmos a conhecer. Eis aqui rigorosamente demonstrada huma verdade, que deve desviar os homens imparciaes da renhida e desprezivel questão da origem da sociedade e dos governos. Eis-aqui como duvidando com imparcialidade, e raciocinando sobre principios indubitaveis, se chegão a destruir radicalmente frivolas disputas: as questões de que não póde resultar bem algum aos homens, são indignas das attenções do filosofo: vejão os realistas quanto tempo tem perdido nessa futil indagação! perda que já não podem resarcir: vejão quantas verdades uteis poderião ter alcançado em todo esse tempo perdido! vejão quanta razão tenho para julgar, que alguns *liberaes* se fingissem realistas para sustentar essa interminavel controversia. As diligencias feitas para chegar a conhecer verdades impossiveis de saber-se, ou hão de ser taxadas de loucura, ou de preoccupação, ou de velhacaria: fujão os realistas de lançar voluntariamente qualquer destas nodoas na sua fama: fujão de dar occasião a julgar-se, que não amão deveras a realidade das cousas; fujão de confundir huma só de suas acções com as dos *liberaes*. Aquelles escritores, que ainda continuarem a indagar, ou intimar qual fosse a origem da sociedade e dos go-

vernos, he certo, e até evidente, que não trabalhão de boa fé.

§. 2.

Posto que não se saiba, nem seja possivel saber-se qual fosse a origem da sociedade e dos governos, comtudo não he impossivel estabelecer alguns principios evidentes relativos a essas instituições: trato de evidencia porque não escrevo para os realistas, nem para os *liberaes*: estes já tem o coração intumecido, e vivem como abandonados, porque os auxilios não podem aproveitar a quem não os quer receber: os realistas não vacillão em opiniões politicas, e por isso não precisão das minhas doutrinas: escrevo positivamente, para desenganar os constitucionaes de boa fé (se os ha) e para desviar os povos da perigosissima alternativa de lhes parecer hoje, que a Monarquia absoluta he huma boa fórma de governo; e daqui a dias, que o systema constitucional he melhor! esta incerteza e volubilidade de conceito dos povos he, julgo eu, o lado fraco por onde os *liberaes* tem sido bem succedidos nos seus ataques; e por tanto, esta fraqueza, he o que se deve fortificar; não com intimativas sómente; em quanto os realistas não passarem de intimar, não levarão grande vantagem aos *liberaes*; porque as doutrinas destes lisonjeão mais as inclinações, corrupção, e paixões naturaes do homem, do que quaesquer outras doutrinas.

Se a evidencia não produzir a necessaria firmeza nos povos; e se essa firmeza não for huma barreira insuperavel aos aproxes dos *liberaes*, então não conheço providencias humanas que resistir-lhes possão. He verdade, que de pouco, ou nada servirá cançarem os escritores realistas os seus talentos, em

desenvolver principios evidentes, se os seus escritos não se familiarizarem (*c*) com os povos; e ficarem (por assim dizer) perdidos nas lojas dos livreiros, ou guardados nas estantes daquelles bons cidadãos, que os comprão mais por terem a satisfação de os lêr, e beneficiar os authores, do que por precisão de os consultar: porém esta fatal apathia, que tem causas bem desgraçadas, e póde ter consequencias muito funestas, não deve desviar os realistas da empreza; ella he digna dos homens honrados, he benemerita, e será recompensada; se não com a gloria de ser util á humanidade, ao menos com a intima convicção de ter feito as diligencias para o ser.

He evidente, que o homem não tem o poder de produzir-se, nem de conservar-se; logo não he increado: e logo houve huma causa que produzio o homem. Fosse qual fosse a causa, que produzio o homem, he evidente, que o havia produzir, ou em grande, ou em pequeno número: Quer o homem fosse produzido em grande, quer em pequeno número, isto he, quer apparecesse na Terra isolado, quer associado, he evidente, que as instituições sociaes não nascêrão com elle: logo as instituições sociaes são, em toda a luz da evidencia, obra dos homens.

Eis aqui alguns axiomas para todos os filosofos; para todos os politicos; para todos os mathematicos; para todos os jurisconsultos; sejão Christãos; sejão atheos. E eis-aqui como pensão e fallão os homens imparciaes; porque não escrevem para enganar os povos; assim como tem a valentia de demonstrar com evidencia os paradoxos expressados pelos inimigos da ordem, tambem tem a franqueza de levar á mesma evidencia alguns principios, que os revolucionarios assoalhão envolvidos em quimeras! Não esmoreção os realistas: he por meio de humas verdades, que se póde chegar a conhecer outras: Deos unica fonte de todos os conhecimentos, eterna e summa Ver-

dade não podia permittir que se demonstrassem estas, senão para confundir os filhos das trévas.

Deixemos os *liberaes* degradar-se do merecimento e nome de homens, proclamando as suas doutrinas sem jámais demonstrarem hum só dos principios em que ellas se fundão! deixemos esses miseraveis submetter a sua razão ao mais indigno e abjecto servilismo, acreditando e dizendo sem reflexão, o que ouvem a seus Mestres, Veneraveis, e grandes Dignatarios! deixemos essas vilissimas creaturas despojar-se da sua natural dignidade, da marca distinctiva do Ente racional; a de pensar livremente; a unica que póde elevar o homem até Deos! deixemos esses desgraçados inimigos de si mesmos, collocar-se n'huma situação inferior á dos brutos! estes muitas vezes repugnão á direcção, que o homem lhes quer dar: mas os *liberaes* nunca hesitão em deixar dirigir o seu entendimento pelos absurdos de seus superiores! todos são pregoeiros da liberdade, e fazem a sua razão escrava da Maçonaria! são tão servís os *liberaes*, que depois de terem chegado ao gráo de *Cavalleiros do Oriente*, quando requerem passar á Quarta Ordem, que he *Roza Cruz*, esperão de joelhos *(d)* á porta da *Gram Loja*, o despacho da sua súpplica; e soffrem naquella humilde posição, em que o homem só deve prostrar-se para adorar o Ente Supremo, que se lhes atire com o requerimento despachado ao chão, bem como se deita hum osso a hum cão, para o apanharem!.... Que aviltamento! e são estes os que fallão de servilismo!

Não imitem os realistas a vil marcha de pensar, de fallar, e de escrever dos *liberaes*: duvidem huns dos outros: assim aperfeiçoaráõ suas doutrinas: gozem a nobreza da sua alma: sejão filosofos. Deos liberalisou ao homem faculdades sufficientes para fugir do erro, huma vez que não esteja tentado a errar. Aquelles que primeiro publicárão algu-

mas verdades, não foi porque as aprendessem de outros: foi porque as conhecêrão fazendo livre uso da sua razão: e quando por este meio não se alcancem verdades novas, ao menos he o caminho seguro de não adoptar os erros alheios. A razão para cogitar, combinar, raciocinar, etc. não precisa de idéas estranhas; nem homem algum tem direito, ou poder de impôr silencio á razão de outro homem: quando a voz he supprimida pelo preceito, a razão no interior não emmudece: ella só deve humilhar-se perante a Vontade Divina: e calar-se quando a evidencia falla, porque mesmo a *certeza* muitas vezes he apparente. Tudo quanto escrevem e dizem huns homens, está sujeito ao exame critico de outros: as proposições, que não são axiomas, admittem controversia e carecem demonstração. Por esta causa, unicamente, he que não fallei da creação do homem segundo o Genesis: Ha hoje por nossa desgraça grande número de pessoas, que negão as verdades reveladas; e negados estes principios, duvidosas ficão para quem os nega todas as consequencias, que delles se deduzizem.

Se os resultados, que tenho tirado dos principios que estabeleci a respeito das instituições sociaes, não são evidentes, advirtão-me os escritores sejão *liberaes* sejão realistas; mostrem me o erro, ou convenção a minha razão de ser depravada; muito agradecido ficarei a quem me fizer esse beneficio; porque todos os meus fins escrevendo são acertar: bem entendido, que pessoa alguma poderá convencer-me com huma dialectica inferior áquella com que eu argumento: nem o meu entendimento, fóra da Religião, cede, ou deve ceder a outras armas, que não sejão axiomas e demonstrações. Porém se as minhas proposições são exactas, se não admittem réplica, propaguem-se; aquelles que tem mais talentos e litteratura do que eu, não tenhão pejo de as repetir e

annalysar. As doutrinas revolucionarias tem desafiado nos povos, os desejos de saberem como se constituírão os seus governos, e de se regenerarem! esses desejos não estão mortos, e os *liberaes* trabalhão para os alimentar e nutrir: estas circunstancias urgem para que se ensine aos povos, o que elles podem saber á cerca das suas instituições, e como devem proceder a respeito dessas mesmas instituições: se não se ministrarem idéas verdadeiras sobre esta materia, as falsas serão adoptadas. Todas as acções humanas tem hum *porque*, e hum *para que*, he necessario, que os povos saibão porque, e para que se constituírão as monarquias do modo que estão constituidas: ou os povos hão de ser enganados com as doutrinas dos *liberaes*, ou desenganados com as doutrinas dos realistas: ou hão de abraçar os principios revolucionarios, ou hão de seguir os principios da legitimidade: estejão os Monarcas bem certos, que entre estes dois extremos já não ha meio a seguir: e se o duvidão, o tempo lhes mostrará a verdade: eu como sou realista trabalho para desenganar os povos, e clamarei sempre, com todos os outros realistas, por huma educação bem entendida. Esta he o verdadeiro e unico antidoto da immoralidade. Entre os revolucionarios da França, da Hespanha, de Portugal, e da Italia não apparece hum homem de morigeração: os menos depravados erão avarentos, ou máos pagadores: tanto he certo, que as revoluções subversivas assentão na depravação de costumes; e esta todos sabem, que nasce do desprezo da boa educação. (*f*)

§. 3.

Temos levado até á evidencia, que as instituições sociaes são obra dos homens, e que he impossivel saber-se a origem de todas: porém não se igno-

ra quando principiárão algumas; e o pouco que se sabe a respeito dessas, será bastante para chegarmos aos fins que nos temos proposto.

He bem sabido, que os antigos Luzitanos vivião em povoações divididas, e desligadas humas de outras; sem terem hum governo que fosse commum, nem hum chefe que dirigisse a todos: cada povoação tinha suas usanças, e seus governantes: quando era atacada defendia-se, quasi sempre, com a sua força peculiar: e muitas vezes fizerão guerra humas a outras.

Dessa divisão dos Luzitanos se aproveitárão os Fenices para estabelecer-se nas Hespanhas, seduzindo alguns povos com dadivas e promessas (armas a que não sabe resistir a ignorancia) e utilizandose da força e valor desses povos enganados, para conquistar outros! Dessa divisão dos Luzitanos se valêrão os Carthaginezes, incitando os povos conquistados a vingar-se dos conquistadores, com o qual extratagema conseguírão expulsar os Fenices da Peninsula; tendo elles chamado os Carthaginezes em seu auxilio! os Romanos servírão-se dessa mesma divisão dos Luzitanos, não só para usurpar aos Carthaginezes as possessões, que estes tinhão adquirido nas Hespanhas, mas tambem nas guerras civis, que repetidas vezes inquietárão a Republica!

Se quizessemos duvidar desta separação em que vivião aquelles povos, attestada por tantos e tão graves escritores como Aristoteles, Ptolomeo, Strabão, Plinio, Polibio, Vallerio Maximo, Pomponio Mella, Caio Sempronio, Plutarco, Rezende e muitos outros; não poderiamos negar, que existe a ponte de Trajano construida á custa dos Luzitanos no tempo daquelle Imperador; alli se ve, que estes povos não obstante viverem então todos sujeitos ao governo do Imperio Romano, ainda se distinguião huns dos outros, e conservavão nominalmente a sua

antiga separação, tanto que o mesmo Monumento nos transmittio noticia dos *Pesures*, povo da Luzitania, do qual os historiadores não tinhão feito menção: E cumpre notar, que essa sujeição em que estavão os Luzitanos, fôra arranjada por astucia de Cesar, e não por meio de força descoberta; o qual vendo, que para subjugar esses povos tinhão sido baldados os esforços da Republica por espaço de dois seculos, defendendo sempre nossos ascendentes com as armas na mão sua liberdade, usou com elles de brandura e mercês para os conservar na obediencia. Nem era possivel, que peitos virtuosos fossem conquistados com outras armas.

Invadido o Imperio Romano pelos Barbaros, e destruidos os Barbaros pelos Sarracenos, ficárão nossos maiores desligados, como dantes, em povoações escravizadas cada huma por Alcaides, ou Regulos, ou Reis mouros, que as governárão com a vigilancia de quem receava, que lhes escapasse a preza; e com a crueldade propria daquelles irreconciliaveis e declarados inimigos dos Christãos.

Não era possivel, que os Luzitanos se accommodassem a esta nova e desgraçada escravidão: nem que deixasse de ter sido para elles muito boa mestra a experiencia recebida em mais de sete seculos, que decorrêrão desde os Fenices aportarem a Cadiz, até Cesar se fazer Imperador. Por hum lado elles havião de lembrar-se, que reunidos e capitaneados por Cesarão, tinhão ido victoriosos além das columnas de Hercules! commandados por Viriato tinhão derrotado exercitos, e obrigado a capitular consules Romanos! governados por Sertorio tinhão assustado e vencido mais de huma vez ao grande Pompeo! o qual depois de ter pelo Mundo eclipsado a gloria a todos os generaes do seu tempo, veio ceder com justiça, aos Luzitanos os louros marciaes que lhe adornavão a frente.

Por outro lado elles havião de recordar-se das derrrotas, que soffrêrão todas as vezes que se dividírão, ou lhes faltou hum chefe habil que os dirigisse: conhecerião, que as suas perdas, ou os seus triunfos não tinhão dependido, a maior parte das vezes, da valentia das suas falanges, nem da tatica de seus inimigos; mas sim de terem, ou não terem hum bom general que os commandasse. Não lhes teria esquecido a visivel maneira por que Sertorio lhes ensinára, que a força consiste na união; mostrando lhes quanto era difficil destruir a cauda de hum cavallo puxando as crinas todas unidas, e com quanta facilidade se destruia puxando-as separadamente a poucas e poucas: nem era possivel que deixassem de reparar nas victorias que D. Pelaio alcançára, e seus successores continuavão a ganhar sobre os Sarracenos.

A tradição daquellas vicissitudes, que não podia chegar a nós sem ter passado por nossos maiores; e que tanto mais viva devia ser entre elles, quanto mais perto estavão desses acontecimentos, unida ao testemunho de seus proprios olhos, não podia deixar de mostrar-lhes o caminho que tinhão a seguir, para se livrarem dos Mouros seus novos e crueis inimigos. Nas apuradas circunstancias em que então se achavão os Luzitanos, *união e hum chefe* he o que saltaria aos olhos de todos. Muito estultos hão de ser os homens a quem a necessidade presente, junta com a experiencia do passado, não servir de bem os encaminhar para o futuro.

Fosse por causa destas considerações obvias ao entendimento de qualquer rapaz, fosse por causa do casamento do Conde D. Henrique, fosse por alguma outra causa que se queira imaginar, he hum facto, que os Luzitanos em 1144 estavão constituidos em *Corpo de Nação* como consta de muitos documentos: e que daquella epoca por diante forão tra-

tados e reconhecidos, em todo o Mundo, com o nome de Nação Portugueza: Titulo que não tinhão, nem lhes pertencia em quanto não fizerão communs as suas forças, as suas riquezas, as suas prosperidades, as suas desgraças, os seus gravames, os seus interesses, os seus usos, os seus costumes, a sua industria, as suas leis, o seu credito, e até a sua propria existencia; sacrificando-se todas as povoações pela liberdade de qualquer dellas, e qualquer d'ellas pela liberdade de todas: Pois só quando os habitantes de hum Estado vivem nesta communidade, sem dependerem para o seu governo de potencia alguma estranha, he que se diz estarem constituidos em Corpo de Nação: Ninguem tratava, no tempo de Augusto, os Iberios por nação Hespanhola, ou os Gallos por nação Franceza, porque de facto, nem huns, nem outros daquelles povos vivião então nesta independencia e communidade: ninguem trata os Suissos por Nação, porque, de facto, esses povos não vivem nesta independencia e communidade: ninguem reconhece os Brasileiros por Nação, porque, de facto, os habitantes do Brasil não estão nesta independencia e communidade.

As falsas doutrinas, que os *liberaes* tem propagado a respeito do que seja huma Nação, obrigão-me a fazer muitas diligencias para destruir esses erros, substituindo lhes verdades da maior evidencia; não duvido que nesta empreza eu chegue a parecer, e mesmo a ser, impertinente no estilo didactico, ou insinuante: se os meus leitores acharem este defeito espero, que usem com elle de muita indulgencia, considerando quanta clareza he necessaria para arrancar da imaginação dos povos, não só erros lisonjeiros, mas tambem preoccupações agradaveis.

§. 4.

Da idéa de Nação que fica transcrita, e que tem sido geralmente recebida e transmittida por todos os homens de todos os paizes civilisados, excepto os revolucionarios, se vê claramente, que as palavras *Corpo de Nação*, *Corpo Diplomatico*, *Corpo da Universidade*, *Corpo da Armada Real*, *etc* vem a ser expressões figuradas, e todas da mesma classe: Bem se sabe, que a Armada Real não he hum ente que tenha corpo; mas para expressar a collecção dos Officiaes de Marinha, diz-se — Corpo da Armada Real — Bem se sabe, que a Universidade não he hum individuo que tenha corpo; mas para expressar a collecção das pessoas encarregadas de dirigir os estudos em Coimbra, diz-se — Corpo da Universidade — Bem se sabe, que a Diplomacia não he hum ente que tenha corpo; mas para expressar a collecção dos Ministros encarregados de negocios estrangeiros, diz-se — Corpo Diplomatico — Bem se sabe, que a Nação não he hum ente que tenha corpo; mas para expressar a collecção dos povos, que habitão as provincias de hum Estado, diz-se — Corpo de Nação — ou simplesmente — Nação — Logo Nação Franceza he a collecção dos povos, que habitão as provincias da França. Nação Hespanhola a collecção dos povos, que habitão as provincias de Hespanha. Nação Portugueza a collecção dos povos, que habitão as provincias de Portugal, etc.

Os *liberaes* não adoptárão esta definição nas constituições modernas, porque não pertendem illuminar os povos; pertendem, segundo elles mesmos tem declarado nas suas proclamações, *regenerar os povos*: isto he, pertendem destruir as actuaes constituições para tornar a constituillos de novo; logo per-

tendem destruir as Nações: e tanto he verdadeira esta consequencia, que em quanto os revolucionarios não podião destruir as nações de facto, as ião destruindo de direito: porque na Constituição de 1812 disserão (art. 1.) *A Nação Hespanhola he a reunião de todos os Hespanhoes de ambos os hemisferios.* A palavra *reunião*, ou fosse escrita porque os Hespanhoes se desunírão quando muitos passárão a povoar a America, ou porque quando se fez a Constituição estavão desunidos assim em forças como em opiniões; ou por outro algum motivo, que os *liberaes* saibão, e eu ignore; he certo, que até hoje não se realizou essa *reunião de todos os Hespanhoes de ambos os hemisferios;* nem ha de realizar jámais: logo, conforme a Constituição de Cadiz, a Nação Hespanhola não existe; nem ha de existir jámais: e na Constituição de 1822 comentada e desenvolvida na pratica está demonstrado (art. 102. N.° II.) que elles trabalhárão para destruir de facto a Nação Portugueza, depois de a terem destruido de direito na mesma Constituição: alli se diz (art. 20.) *Nação Portugueza he a união de todos os Portuguezes de ambos os hemisferios.* A palavra *todos* exclue a desunião de alguns: mas he impossivel, que entre milhões de homens não haja alguns, por poucos que sejão, dissidentes em opiniões politicas, ou religiosas, ou civis: logo he impossivel existir a *união de todos*: e logo está destruida de direito a Nação Portugueza! Eis aqui como os revolucionarios na mesma *Lei Fundamental* em que tratão de regenerar os povos, estabelecem principios fundamentaes para destruir de direito as Nações.

Cotejem se agora as definições mencionadas, e conhecer-se-ha sem duvida alguma qual he verdadeira, qual sinistra; qual tende á subversão, qual á conservação da ordem: da definição dada pelos *liberaes*, segue-se em direito, como está demonstra-

do, a destruição das nações; mas da definição dada pelos politicos não póde deduzir-se, em theoria, a destruição das nações, sem que ellas se destruão de facto: porque em quanto os povos, que habitão as provincias do Estado não desligarem huns de outros o seu governo e os seus interesses, não deixará de existir de direito a collecção desses povos para hum mesmo fim: e por consequencia não deixará de existir a Nação: E ainda que o Estado, por qualquer motivo que seja, perca alguma provincia, nem assim mesmo deixará de ser exacta a definição: isto he, não ficará destruida a Nação, se os povos das provincias que restão, continuarem na mesma communidade de governo e de interesses em que estavão: o que succederá nesse caso he ser menor a collecção dos povos, que habitão as provincias do Estado; porque este tem alguma provincia de menos; e por tanto ser a nação mais fraca e mais pobre do que era; mas não ficará destruida; ficará existindo com a mesma realidade com que existia: a Hespanha tem perdido, por ora, algumas das suas provincias americanas; a collecção dos povos que habitão as provincias de Hespanha he por isso menor do que era em 1806: por tanto a Nação Hespanhola he hoje mais pobre e mais fraca do que então era; porém existe com a mesma realidade com que existia antes de perder aquellas provincias. Portugal perdeo Olivença pelo tratado de Badajoz; a collecção dos povos, que habitavão as provincias de Portugal ficou menor do que era antes daquelle tratado; por tanto a Nação Portugueza ficou mais pobre e mais fraca, porém existindo com a mesma realidade com que existia antes de perder Olivença.

E tanto convém a definição, que temos dado á cousa definida, que a pezar de estarem hoje os habitantes do Brasil induzidos a separar-se dos Portuguezes, nem por isso ficaria destruida a Na-

ção Portugueza , ainda que se effeituasse a separação : sempre a collecção dos povos que habitão as provincias de Portugal seria Nação Portugueza: O que poderia succeder, se os Brasileiros se unissem em communidade de governo e de interesses , era appareeer huma nova Nação, a Brasileira; sem ficar por isso destruida a Nação Portugueza; bem como de huma grande familia se separão muitas vezes algumas pessoas , que vão formar outra nova familia, sem comtudo, a primeira ficar destruida, posto que fique menos numerosa: Eis-aqui como a verdade das cousas, por mais e mais que se modifique, he sempre a mesma; sempre brilha e convence; não póde confundir-se com a falsidade.

Cumpre ainda mostrar , que ser a Nação Portugueza a união de todos os Portuguezes de ambos os hemisferios, ou a collecção dos povos que habitão as provincias de Portugal, não he questão de nome, como replicou na minha presença hum homem de bastantes conhecimentos: esta resposta, senão he cavillosa, he muito inconsiderada; a palavra *união* exclue separação das cousas unidas, e a palavra *collecção* admitte separação das cousas collectadas: por exemplo, exercito he a collecção de corpos arregimentados: Quer esses corpos estejão unidos em campanha; quer separados em praças; quer fóra do Reino em auxilio de alliados; o exercito , isto he, a collecção desses corpos não deixa de existir. Mas se exercito fosse a união de todos os corpos arregimentados, não haveria exercito huma vez que esses corpos estivessem separados : logo de huma definição a outra vai a differença de admittir a excluir: e logo não he questão de nome. Os amigos da ordem não devem tratar com indifferença doutrinas, das quaes está dependente o socego publico: Aquelles que não querem distinguir as cousas, he porque as querem confundir , ou porque não fazem

caso da confusão: qualquer destas acções he reprehensivel; e ambas criminosas sendo premeditadas; pois então não se encaminhão a fins bons e honestos; dirigem-se a perturbar a sociedade.

A definição que tenho dado de Nação não he nova; he a mesma que ha seculos está geralmente recebida pelos politicos, e transcrita nos diccionarios: eu não fiz mais do que deduzilla de principios innegaveis; e provar a sua exactidão. Nem eu sei, que haja motivo toleravel para se darem novas definições de cousas, que estão perfeitamente definidas: fallo da perfeição possivel em cousas humanas; se as definições estabelecidas não convém ás cousas definidas, mostre-se a desconveniencia; reprovem-se; e fação se outras: porém se não podem reprovar-se, se são verdadeiras, usem-se; não se multipliquem entidades sem precisão. E não me repliquem os homens de talentos, que assim como outros fizerão definições, tambem elles as podem fazer; eu não o nego, nem duvido; mas se cada homem de talentos fizer huma definição para *Lei*, outra para *Justiça*, outra para *Nação*, etc. virão a ser tantas as definições, que ninguem saberá o que he Nação, o que he Justiça, e o que he Lei; porque homens de talentos nunca faltão. Esta confusão he inadmissivel em qualquer sciencia; e até produz grandes males naquellas que affectão immediatamente a vida civil e natural do homem, como he a Politica. Por este discurso, que me parece razoavel, vejão os homens de talentos, e tambem os que não o são, qual he mais conveniente, se fazerem o que podem, se o que devem.

§. 5.

Estou persuadido, e talvez succeda o mesmo a qualquer homem imparcial, que tanto mais com-

posta he huma idéa, quanto mais necessario he desenvolvella para a fazer perceptivel; e poucas idéas ha mais compostas do que aquella representada pela palavra — *Nação* — Continuarei pois no seu desenvolvimento para trazer á luz algumas verdades, que não se devem negar, nem esconder; antes he preciso mostrallas com toda a clareza, para que os povos não se enganem com ellas; e se forem enganados, não seja por deixar de haver quem os desengane.

A palavra *Nação*, bem como as palavras *Exercito*, *Corporação*, *Familia*, etc. representão idéas de entes moraes; não ha hum ente fisico, que seja familia, corporação, exercito, ou nação: nunca se medio, nem póde medir o comprimento, largura, e altura de huma corporação, exercito, ou nação: logo estes entes não são corpos: e logo não tem, nem podem ter faculdades algumas corporaes; isto he, não sentem, nem podem sentir; não pensão, nem podem pensar; não ouvem, nem podem ouvir; nem fallão, nem podem fallar. Logo quaesquer que sejão os attributos da Nação, ella não os póde exercitar.

Talvez os inimigos da ordem pertendão confundir esta doutrina; talvez digão que sendo os homens corpos fisicos, e sendo os povos hum aggregado de homens, não he possivel, que a collecção dos povos deixe de ser cousa corporea; porque os homens não perdem o ser de corpos fisicos por estarem constituidos em nações. Este argumento, que parece vigoroso, he tão futil e miseravel, que se desfaz até com a mesma prática diaria das acções humanas: não ha dia algum em que os homens não pezem, ou meção algumas quantidades; e para as medir, ou pezar servem-se de unidades conhecidas, que são corpos fisicos; v. g. de arrateis, de arrobas, de covados, de varas, de canadas, de almudes, de alqueires, de fangas, etc. etc. desta operação resulta

ó número, isto he, a collecção de unidades que se contém na quantidade medida, ou pezada: ora todos sabem, que o número não tem corpo; nunca se vio, nem jámais ha de vêr o comprimento, largura, e altura de hum número: pois elle he a collecção de unidades ou medidas conhecidas, que são corpos fisicos! vejão os *liberaes* se podem desfazer a paridade deste nó gordio, que não ha de ser desatado com a espada de Alexandre.

Não ha duvida, que para existir corporação he necessario haver pessoas; mas he evidente, que a corporação não he pessoa, nem as pessoas são corporação; não ha duvida, que para existir exercito he necessario haver soldados; mas he evidente, que o exercito não he soldado, nem os soldados são exercito: não ha duvida, que para existir nação he necessario haver povos; mas he evidente, que a nação não he povo, nem os povos são nação. E até nas cousas inanimadas se verifica esta mesma doutrina: para existir bibliotheca he necessario haver livros; mas he evidente, que a bibliotheca não he livro, nem os livros são bibliotheca. Para existir livro he necessario haver folhas; mas he evidente, que o livro não he folha, nem as folhas são livro.

Além disto, quando se expressão palavras que representão idéas compostas, sempre se subentendem, não só outras idéas menos compostas, ou simplices; mas tambem o modo de estar, e as relações das cousas, que formão o objecto da idéa composta representada pela palavra que se expressou: por exemplo quando se diz *corporação* não só se subentendem as idéas de pessoas e de graduações, mas tambem o modo de estar, e de proceder dessas pessoas humas a respeito das outras, e todas relativamente á corporação que compoem; pois he evidente que qualquer número de pessoas sem relações, nem responsabilidade de humas para com outras,

não formão huma corporação: Quando se diz *exercito*, não só se subentendem as idéas de generaes, officiaes, e soldados, mas tambem o modo de estar, e a disciplina de huns a respeito dos outros, e todos relativamente ao exercito que organizão; pois he evidente que hum qualquer número de corpos militares, sem ligação, nem subordinação alguma entre elles, não he exercito: Quando se diz *nação*, não só se subentendem as idéas de povos, de familias, e de homens, mas tambem o modo de estar, e as relações de reciprocidade dos homens, das familias, e dos povos huns a respeito de outros, e todos relativamente á nação que constituem; pois he evidente que hum qualquer número de povoações, sem communidade de interesses, independencia e unidade de governo, não he huma nação.

A' vista destas verdades evidentissimas ao entendimento de qualquer homem, por mais rude que seja, não haverá certamente pessoa alguma, que se persuada jámais ser corporação: nem soldado algum, que se persuada jámais ser exercito: nem homem algum, que se persuada jámais ser nação: Mas houve muitos Portuguezes no tempo do governo faccioso, que se persuadírão ser Nação Portugueza!! Este enormissimo paradoxo, que parece impossivel ter entrado em cabeças humanas, foi suggerido pelos *liberaes*, confundindo muito de proposito (Constituição coment. art. 26, 27, e 32) os cidadãos com a Nação, e a Nação com os cidadãos, para estes se capacitarem que erão a Nação, e que podião nomear os seus governantes, como de facto nomeárão, aos mesmos *liberaes* que lhes proclamavão a igualdade da lei e a liberdade! Tão seductoras são as doutrinas, que lisonjeão a soberba, o orgulho, a vaidade, e os mais defeitos naturaes do homem! Tão facil he, por meio de taes doutrinas, introduzir no entendimento humano os mais inconcebiveis e grosseiros

absurdos! Ah! como são dignos de compaixão e de clemencia aquelles que por ignorancia abração e seguem os erros proclamados pelos *liberaes!* mas quão severa deve ser a justiça (*g*) com esses *liberaes*, que sabendo perfeitamente por que e para que propagão os seus erros, se obstinarem em os propagar! Quão justas são as penas infligidas á obstinação do crime: Repetidos factos tem provado, que a facção anarquica he incorrigivel e obstinada em tentar revoluções subversivas; e não ha crime algum que deixe de ser perpetrado em taes revoluções.

§. 6.

Depois de ter levado ao maior gráo de clareza que me foi possivel a idéa representada pela palavra *Nação*, vou dar huma prova indubitavel da minha imparcialidade; vou concordar com os *liberaes* em alguns principios! não deixarei jámais de reconhecer a verdade, seja ella expressada por quem for: o caso está em não me ser desconhecida. (*h*)

Vio-se no §. 4. que a definição convém á cousa definida; logo he da essencia da cousa definida ter as qualidades expressadas na definição: e como huma das qualidades declaradas na definição he — *não depender a Nação para o seu governo de potencia alguma humana* — segue-se, que he da essencia da Nação ser independente, ou soberana, que he a mesma cousa: Porém está demonstrado no §. 5. que a Nação, por ser hum ente moral, não póde exercitar os seus attributos quaesquer que sejão: logo a Nação não póde exercitar a soberania. Estas duas proposições, 1.ª que a Nação he soberana; e 2.ª que não póde exercitar a soberania, forão proclamadas pelos *liberaes*, como se vê na Constituição comentada art. 26. e 27., e se elles não as demonstrárão

como eu demonstro, foi, talvez, por não occuparem os seus elevadissimos talentos com aquellas minuciosidades, em que eu me tenho entretido, e continuarei a entreter; parece comtudo, que me devem ficar muito obrigados pela demonstração; porque sou o primeiro realista, que lhes faz este obsequio. Ha porém huma notavel distancia de mim aos *liberaes*; elles proclamárão a soberania nacional, depois de terem confundido a Nação com o povo e com os cidadãos; e eu demonstrei a soberania nacional, depois de ter provado com evidencia, que a Nação não he povo nem cidadãos.

A' vista desta minha concordancia com os *liberaes*, que dirão os realistas, que tem impugnado o principio da soberania nacional? Talvez digão, que muito póde o medo: pois enganão-se; o medo he huma paixão, e eu já não estou na idade em que as paixões dominão o homem: conto mais de dez lustros; posso, com o favor de Deos, dominar as paixões. Hoje não ha poder humano, que me obrigue a escrever o contrario do que entendo: seria mais facil morrer martyr, do que atraiçoar a minha consciencia: quando for perigoso fallar verdade, porque tambem ha verdades perigosas de se publicarem (*i*) o silencio me livrará de mentir. Tenho mais gloria em ser amigo da verdade, do que em receber mercês: este foi, e será sempre, o timbre dos verdadeiros realistas: podem receber mercês por fallar verdade, mas não atraiçoar a verdade para receber mercês. Os que assim fizerem não são realistas, são inimigos dos Reis. A mesma razão, que ha para negar o que he inadmissivel, existe para admittir o que he innegavel. Quanto mais eu concordar em principios com os *liberaes*, melhor poderei mostrar a depravação dos seus raciocinios; e mais patentearei a minha imparcialidade. Nem todas as proposições que os *liberaes* tem escrito são paradoxos: tambem es-

crevêrão algumas verdadeiras: e devem estas negar-se por serem escritas por elles? Ou existe, ou não existe Nação Portugueza: se não existe, degrade-se, ou proscreva-se essa palavra da literatura de Portugal: não se usem palavras que nada significão: e se existe, fixe-se a idéa que ella representa: não se neguem, nem dissimulem as suas qualidades, ou attributos essenciaes: porque essa dissimulação fará com que os povos suspeitem, e duvidem da veracidade dos realistas: e a suspeita será por consequencia a favor dos *liberaes*. E não haja duvida alguma em admittir attributos nos entes moraes; a Justiça he hum ente moral, e são seus attributos punir e premiar: o pensamento he hum ente moral, e são seus attributos a ligeireza, e a liberdade, etc.

Até aqui temos concordado eu e os *liberaes*, em tres principios; 1.° que as instituições sociaes são obra dos homens; 2.° que a Nação he independente, ou soberana; 3.° que a Nação não póde exercitar a soberania: Daqui por diante nem eu hei de concordar com elles, nem elles comigo: porque os inimigos da ordem tem proclamado estes principios para precipitar os povos no abysmo das revoluções subversivas; eu tenho demonstrado os mesmos principios para desviar os povos de se precipitarem nesse abysmo. A differença pois das nossas doutrinas está no uso, ou applicação das proposições em que concordamos. Elles dizem no Artigo 26, que *a soberania não póde ser exercitada senão pelos representantes da Nação legalmente eleitos*: Eu affirmo, que esta exclusão expressada pelos *liberaes* he huma formidavel parvoice: mas isto não deve ficar em dize tu, direi eu; nem he assim, que argumentão os homens: por tanto eu vou demonstrar a minha affirmativa, defendão elles a sua exclusão.

Antes, porém, de entrarmos na demonstração convém saber, que *exercitar a soberania* não he ou-

tra cousa mais do que *legislar*: por este motivo he que os reis de Israel nunca exercitárão a soberania; isto he, nunca fizerão lei alguma. Elles reconhecião, que o soberano de Israel era Deos: e Deos não havia transmittido a homem algum a faculdade de exercitar a soberania sobre o seu povo. Muitos *liberaes* dizem que Moysés fôra hum impostor; mas ainda que esta asserção dos malvados não fosse, como he, huma horrivel blasfemia, o facto expendido sempre era verdadeiro: ainda que Deos não houvera dado a Moysés a lei, que este apresentou aos Israelitas, os Reis daquelle povo vivêrão e morrêrão persuadidos, que aquella lei fôra dictada pelo Soberano de Israel: Soberano de quem esses mesmos reis erão vassallos: e por isso nunca exercitárão a soberania; isto he, nunca legislárão: governárão sempre os Israelistas conforme a lei do Soberano de Israel. Elles, como vassallos, não podião exercitar a soberania sem attentar contra os direitos e authoridade do seu Soberano Este livre uso, que faço do meu entendimento em materias de fé, he unicamente para mostrar aos povos, que os sarcasmos expressados pelos *liberaes* se destroem com muita facilidade, sem o soccorro da Religião: se eu empregasse authoridades contra os *liberaes*, sujeitava-me a que os *liberaes* empregassem authoridades contra mim: eu negava a veracidade das authoridades allegadas por elles; elles negavão a veracidade das authoridades allegadas por mim: estas fazião prova para os catholicos; aquellas fazião prova para os herejes; e, por desgraça, para muitos que parecem Christãos: deste modo ficarião as questões indecisas, e as doutrinas duvidosas: Eu desejo desenganar os homens, qualquer que seja a sua crença; por isso uso livremente da minha razão; porque a razão he commum a todos os homens. Cumpre ainda notar, que sendo *exercitar a soberania* o mesmo que *legislar*, segue-se

que lei he — *o preceito expressado pelo Soberano a respeito das acções dos vassallos* — e não o que disserão os *liberaes* no artigo 104 da sua monstruosa Constituição: *lei he a vontade dos cidadãos declarada pela maioria dos votos dos seus representantes*: cuja falsidade se demonstrou na mesma Constituição comentada. Vontade, só a do Supremo Ente he que sempre foi e ha de ser lei; porque não póde ser desobedecida ainda que não seja declarada: se houvesse alguma cousa, que podesse desobedecer á vontade de Deos, seguir-se-ia que essa cousa era mais poderosa do que o Omnipotente! o que he absurdo. Por este motivo se diz, que os homens antes da lei escrita vivião na lei natural; isto he, vivião segundo a vontade de Deos. Certos pois no que he exercitar a soberania, e por consequencia no que he lei, passemos á demonstração.

Os *liberaes* não erão representantes da Nação legalmente eleitos, porque não havia lei alguma para a Nação ser representada em muitos individuos: logo, segundo a sua exclusão, elles não podião exercitar a soberania: mas he evidente que elles a exercitárão quando fizerão a Constituição: logo foi huma formidavel parvoice dizerem, que não podião exercitar a soberania quando a estavão exercitando! Possibilidade para fazer as cousas tem todos aquelles que as fazem: Junot se não podesse governar Portugal não o governava: os *liberaes* se não podessem fazer a revolução não a farião: o Congresso se não podesse exercitar a soberania não a exercitava: Quem não póde fazer huma acção não a faz; porque os homens não vencem impossiveis: quem não póde ver não vê: quem não póde escrever não escreve: quem não póde exercitar a soberania não a exercita.

E se quizerem chamar lei a ordem circular do governo revolucionario, que mandou fazer as eleições pelo modelo da Constituição Hespanhola, mais

se condemnão; porque confessão, que legislárão antes de poderem legislar! isto he, exercitárão a soberania antes de a poderem exercitar! He evidente, que antes de se fazerem as eleições conforme essa lei, não havia representantes da Nação legalmente eleitos; mas só os representantes da Nação legalmente eleitos! he que podem exercitar a soberania; logo exercitou-se a soberania antes de haver quem a podesse exercitar!!! Ouvio-se jámais parvoice tão agigantada?! Homens, que pizárão o Pateo tão bem, que nem malvas lhe deixárão crear, devião pezar melhor o que escrevêrão, mesmo por credito da Universidade: mas quem não estima o seu credito, como ha de respeitar o alheio?

Talvez haja quem defenda a parvoice dos *liberaes* dizendo, que o Congresso constituinte não estava sujeito aos artigos da Constituição, porque ella antes de feita não podia ser executada: mas eu respondo, que aquelle artigo da Constituição não he hum preceito que haja de executar se, he huma affirmativa que deve ser verdadeira, e se mostra falsa; porque diz: *a soberania não póde ser exercitada;* o verbo *poder* está no tempo presente do Modo Indicativo, logo affirma impossibilidade no presente; e logo os *liberaes* affirmárão impossibilidade de fazer o que estavão fazendo! e logo formidavel parvoice!! Além do que, os Portuguezes estão constituidos em corpo de Nação ha mais de seis seculos; e neste espaço de tempo sempre a soberania tem sido exercitada, sem ser pelos taes representantes da Nação legalmente eleitos; logo he muito grande parvoice affirmarem os *liberaes*, que só esses individuos podem exercitar a soberania, quando sem taes individuos existirem, a soberania tem sido exercitada!

Por que motivo não dissérão os *liberaes*: *A soberania só deve ser exercitada por quem tem o direito de a exercitar?* Haveria quem fosse capaz de mos-

trar incoherencia, falsidade, ou injustiça nesta proposição? Não haverá quem tenha direito de exercitar a soberania em Portugal; ou terá ella até agora sido exercitada por quem não tenha tido esse direito? Por que motivo não fallão os *liberaes* no direito de exercitar a soberania, assim como fallão em tantos outros direitos? Nós veremos com brevidade a causa deste estranhavel silencio.

Entre poder fazer huma acção, e ter o direito de a fazer vai muita distancia: bastantes acções se fazem porque ha possibilidade, posto que não haja direito de as fazer; e outras não se fazem porque ha impossibilidade, posto que haja direito de as fazer: os homens não tem direito de calumniar; mas calumnião porque o podem fazer: os ladrões não tem direito de roubar; mas roubão porque o podem fazer: Aquelles que morrem assassinados tem direito de conservar a sua vida; mas não a conservão porque não podem: aquelles que sofrem a fome tem direito de alimentar-se; mas não se alimentão porque não podem. Talvez haja quem diga que tudo isto são theorias; he verdade: mas são theorias necessarias para oppor ás vans theorias dos *liberaes*; theorias necessarias para distinguir o erro do acerto; o direito de fazer as cousas da possibilidade de as fazer; theorias necessarias para não confundir a justiça com a injustiça das acções humanas; a verdade com a falsidade das proposições: theorias necessarias para restituir o socego publico, que as theorias constitucionaes tem perturbado: e se theorias são desnecessarias, então queimem-se os livros todos, e ensinem-se as artes e sciencias por pantomimas. Porém queimem-se tambem os *liberaes* para não propagarem as suas maleficas theorias.

§. 7.

Huma vez que os Luzitanos se constituírão em Corpo de Nação, como se vio no §. 3, era de absoluta necessidade realizarem os fins para que se constituião; esses fins não se podião realizar sem fazer effectiva aquella communidade de forças, de riquezas, de defeza, de prosperidades, de interesses, e de gravames que vinha a ser objecto da sua nova instituição: essa communidade não podia fazer-se effectiva senão por leis que fossem communs a todos os povos de Portugal; isto he, ás quaes todos os povos obedecessem: e essas leis não podião apparecer sem haver quem as fizesse: Ora se a Nação fosse hum ente racional, he evidente, que só a ella pertenceria exercitar a soberania, ou legislar para todos os povos que a constituem; porque para esse mesmo effeito he que os povos se tinhão constituido em Corpo de Nação: mas sendo esta, como na realidade he, hum ente moral, que não póde legislar, vem a ser de absoluta necessidade haver quem faça as vezes da Nação no exercicio da soberania; aliàs será impossivel realizar a constituição. Eis-aqui a necessidade absoluta de haver quem exercite a soberania, deduzida do unico principio de se terem os povos constituido em Corpo de Nação.

Se naquelle tempo se agitasse a questão da representação nacional, que tanto tem perturbado hoje o socego publico, quero dizer, se então se averiguasse com imparcialidade, qual seria mais vantajoso para os povos, se confiar a authoridade de legislar a hum, se a muitos homens; facillimo seria para nossos maiores a decisão de hum problema, que por sua mesma natureza está offerecendo a solução: A Nação he hum ente moral; logo parece mais coherente representalla por hum individuo do que por muitos: sendo a Nação huma, indivisivel por essen-

cia, representálla por muitos essencialmente separados, seria despedaçar a representação! representar *hum* por *muitos* he representar hum, sem unidade! he huma representação paradoxal! Por outro lado, as monarquias nascentes, que então principiavão a florescer na Europa, arrancando os povos que as constituião daquelle estado, precario sempre, em que tinhão vivido desligados huns de outros, e fazendo-os progressivamente mais fortes, mais industriosos, mais ricos, e mais polidos pelo prudente governo de seus novos Monarcas; estes exemplos assaz persuasivos, e aquelles que repetidas vezes dera a maior e mais soberba republica da Terra, humilhando-se á voz de hum Dictador para desembaraçar-se das arriscadas crises, em que se achára; passando assim pela vergonha de mostrar ao Mundo, que para os mesmos republicanos o governo de hum, he mais vantajoso do que o governo de muitos; todas estas considerações juntas á experiencia e necessidade, não deixarião hesitar os Luzitanos sobre a resolução que devião tomar: Elles não tinhão fins particulares nas suas instituições; não erão *liberaes* por impostura; erão *liberaes* verdadeiros; trabalhavão de boa fé pela sua liberdade, e pela de seus descendentes, sem miras algumas desligadas.

Poderião lembrar ainda outros motivos bem attendiveis para a soberania não ser exercitada por muitos; aquella repugnancia natural, que os homens tem para sujeitar o que entendem ao entendimento de outros homens, e que os faz, muitas vezes, no calor das disputas proferir mais chufas e loucuras do que raciocinios! a morosidade das resoluções tomadas em congresso, sempre arriscada na presença d'inimigos terriveis, como então estavão os Luzitanos; as facções e os tumultos produzidos tantas vezes pela discussão publica dos negocios do Estado, de que tinhão dado bastantes exemplos as re-

publicas de Athenas, Carthago, e Roma; as despezas indispensaveis para sustentar o explendor nacional, que devião ser tanto maiores, quanto maior fosse o número daquelles que havião de representar a Nação; tudo induziria para ella ser representada por hum, e não por muitos individuos.

Porém, ou estas considerações fossem presentes aos Luzitanos, ou não fossem quando se constituírão em Corpo de Nação, he hum facto geralmente sabido; que elles conferírão a authoridade de exercitar a soberania em Portugal, por eleição nos Campos de Ourique, e por Constituição nas Cortes de Lamego, a hum só homem; isto he, personificárão a Nação em hum Rei, o qual foi D. Affonso Henriques: e transmittírão essa authoridade aos legitimos descendentes daquelle Monarca na ordem de primogenitura; preferindo a linha masculina á feminina: Logo desde D. Affonso Henriques até D. Sebastião ninguem teve direito de legislar para os Portuguezes, senão os Reis de Portugal.

Na falta daquelle ultimo e célebre Principe sem legitimos successores, juntarão-se os procuradores dos Tres Estados do Reino, para decidirem, segundo as clausulas da instituição da Monarquia e modificações posteriores, quem deveria ser o novo Rei de Portugal; mas Filippe 2.° de Castella, que era hum dos pertendentes, não esperou pela sentença do Congresso; por meio de intrigas e de vinte mil baionetas decidio a questão dizendo, que os seus direitos erão inquestionaveis! e annexou Portugal com suas conquistas aos Estados Castelhanos, com as condições que são constantes na historia.

Ficárão nossos maiores por espaço de sessenta annos dominados pelos monarcas Hespanhoes: no qual tempo os successores de Filippe 2.° e elle mesmo, forão pouco a pouco faltando a todas as condições com que aquelle Soberano tomára posse de

Portugal: portanto estavão os Portuguezes, de direito, desonerados de obedecer aos reis Catholicos; porque da parte destes não se cumprião as condições estipuladas. De mais a mais estavão os Portuguezes, não só envergonhados por se terem degradado daquelle respeitavel caracter de Nação em que seus ascendentes, com tantas e tão heroicas fadigas, os tinhão constituido, mas até responsaveis pela inteireza da instituição; visto que os instituidores lhes tinhão imposto a obrigação expressa de a conservar (como adiante mostraremos.) Por estas razões todas poderosissimas, os heróes de 1640 proclamárão a liberdade da sua Patria; reassumírão a dignidade nacional; restaurárão a sua primittiva instituição monarquica; e conferírão ao Duque de Bragança o direito de exercitar a soberania sobre os Portuguezes, com as mesmas clausulas e prerogativas com que a podião e devião exercitar os legitimos successores d'El Rei D. Sebastião: Logo em quanto existirem descendentes da Serenissima Casa de Bragança, Elles só, e ninguem mais tem direito de legislar em Portugal. Eis aqui apparece claro como a luz, o motivo porque os *liberaes* guardárão hum profundo silencio sobre o direito de exercitar a soberania; direito, que necessariamente alguem havia de ter; porque ha muito tempo que se legislava em Portugal, e não constava, nem consta por titulo algum legalisado a transmissão desse direito para os *liberaes*: elles não podião ventilar esta questão sem confessar, que erão usurpadores desse direito; porque estavão legislando, e por consequencia destruidores da instituição monarquica, que os primeiros Portuguezes para sua liberdade e segurança havião constituido, e para nossa prosperidade e ventura nos tinhão transmittido.

Tanto conhecião os *liberaes* o seu crime de usurpadores; tanto receavão que os Portuguezes abris-

sem os olhos, e vissem a destruição das instituições de seus maiores, que mandárão por todo o Reino aos Parrocos admoestar os povos para obedecerem ás authoridades constituidas segundo a doutrina do Evangelho! He muito irrisorio, que os *liberaes* zombem da Religião Christã, e queirão valer-se das maximas desta Santa Religião! He muito indigno que chamem a Jesu Christo hum impostor, de que são testemunhas centos e milhares de pessoas, que o tem ouvido, em cujo número entro eu, e queirão apoiar os seus procedimentos na doutrina de Jesu Christo! Quaes forão as authoridades constituidas a que os *liberaes* obedecêrão ou mandárão obedecer para fazer a revolução? Para os *liberaes* exercitarem a soberania he licito desobedecer ás authoridades, e para S. M. exercitar a soberania, não he licito desobedecer ás authoridades?!.... No tempo do legitimo governo havião os povos desprezar a doutrina do Evangelho, e no tempo do intruso governo havião os povos respeitar a doutrina do Evangelho?!... Para derribar a Monarquia havião os povos desobeeer ás authoridades constituidas, e para restaurar a Monarquia não havião os povos desobedecer ás authoridades intrusas?!... Esta disparidade faz tanto e tão monstruoso vulto, que não podia deixar, como de facto não deixou, de ser vista pelos mais incultos camponezes. Graças a Deos que os povos não se enganárão por muito tempo com as declamações dos falsos profetas, ou para melhor dizer, dos infernaes sofistas. Graças a Deos que os povos mostrárão ter mais logica e juizo do que os *liberaes*: estes mandárão prégar aos povos, que obedecessem ás authoridades constituidas, e os povos conhecendo, que a authoridade dos *liberaes* não era constituida, não lhes obedecêrão. Graças a Deos: parabens aos povos: He assim que os velhacos ficão muitas vezes prezos nos mesmos laços que armão.

Jesu Christo manda dar a Deos o que he de Deos; e a Cesar o que he de Cesar: He claro que nesta ordem de Jesu Christo está recommendada a inviolabilidade dos direitos de Cesar, porque são seus; para se dar a Cesar o que he de Cesar, he necessario que esteja por mãos alheias isso que se deve dar a Cesar, por ser seu de direito: pois he evidente, que pessoa alguma poderá dar a Cesar, aquillo que Cesar tiver em seu poder e por direito fòr de Cesar. Quem dá leis a Cesar, não obedece á authoridade de legislar constituida em Cesar; priva Cesar do direito de exercitar a soberania: logo não dá a Cesar o que he de Cesar; nem obedece ás authoridades constituidas: e logo não respeita a doutrina de Jesu Christo e do Evangelho: e logo os *liberaes* subplantárão estas doutrinas quando usurpárão a S. M. o direito de exercitar a soberania: pois he evidente, que em Cesar comprehendeo Jesu Christo todos os legitimos Soberanos, e não qualquer usurpador: nem era possivel, que a Summa Sapiencia authorisasse a usurpação.

Eu não me serviria de doutrinas catholicas, se os *liberaes* não as tivessem allegado em abono de seus malvados procedimentos; nem taes doutrinas (como tenho dito) são necessarias para confundir os sofistas — Dai a cada hum o que he seu — he o principio geral de justiça, e base de toda a jurisprudencia: O que se adquire por meios reprovados não he de quem o adquirio, he daquelles a quem foi usurpado, ou extorquido: e he bem sabido, que as revoluções subversivas estão reprovadas por todas as nações do mundo civilisado: Esses meios não dão, nem podem dar ao usurpador direito de possuir as cousas usurpadas: taes meios sim dão posse, mas não direito de possuir: a posse do usurpador prova, que elle foi mais forte, ou mais velhaco do que o senhor das cousas usurpadas, mas nunca pro-

vará, que elle tenha direito de possuir o que de direito não he seu: Se a posse dos usurpadores lhes desse direito sobre as cousas usurpadas, então terião hoje os Mouros direito de dominar Portugal, porque o dominárão por usurpação: e os Francezes terião direito de o governar porque o governárão por usurpação: Por tanto concluo, que procedêrão com muito brio, honra, e justiça todos os Portuguezes que desobedecêrão aos *liberaes*: e muito benemeritos serão todos aquelles que lhes desobedecerem cada vez que elles tentarem dominar: obedecer a usurpadores só por evitar a propria destruição; só em quanto não ha forças para reagir contra a usurpação.

§. 8.

Havendo os Portuguezes constituido a representação nacional em hum, e não em muitos individuos, como está demonstrado por factos incontrastaveis, era necessario que esse individuo ostentasse os attributos e caracteres nacionaes, porque o meio mais facil de transmittir idéas de entes moraes, he fazer com que no representante se veja a maior verosimilhança possivel do representado: Quanto maior he o numero de sentidos por onde se recebem as impressões, tanto mais clara he a percepção das cousas representadas: a palavra por si só he muito fraco instrumento para gravar, ou imprimir essas imagens no entendimento: por este motivo se representão os numeros por algarismos; as vozes por letras do Alfabeto; as virtudes por bustos, etc. Todos sabem que os algarismos não são numeros; mas por meio desses caracteres se fórma huma idéa exacta da Numeração: todos sabem que as letras não são vozes; mas por meio das letras se fórma huma idéa

clara das palavras: todos sabem que a Caridade não he mulher; mas por meio da figura de huma matrona soccorrendo e alimentando innocentes e adultos, se vê claramente qual deve ser o exercicio desta virtude: nesta conveniencia dos representantes com as cousas representadas, consiste a propriedade da representação. E não era possivel que nossos maiores desconhecessem estas verdades, ou deixassem de sentir o desejo de transmittir a seus descendentes todos os signaes da venturosa instituição monarquica, que acabavão de constituir. Desejo tão natural no homem, que todos os dias vemos aquelles que não estão desmoralizados, como não estavão os primeiros Portuguezes, trabalharem para a felicidade de seus filhos, e terem muita satisfação em a conseguir, ou pelo menos em a preparar.

Contemplemos, pois, o ente Nação como se fosse na realidade huma pessoa humana, e vejamos com os olhos do entendimento quaes serião o seu esplendor, possessões, e poder; pois que esses mesmos attributos devem caracterizar os Reis em quem a Nação está representada.

He evidente, que a riqueza da Nação por ser a riqueza collectiva dos povos que habitão as provincias do Estado, será maior do que a riqueza de qualquer individuo, classe, ou corporação do mesmo Estado: Logo he conveniente que o Rei, por ser representante da Nação, appareça com hum esplendor maior do que aquelle com que póde apparecer qualquer corporação, classe, ou individuo: Eisaqui a causa da magnificencia com que se trata e apparece hum Rei: os seus adereços, a sua equipagem, os seus palacios, as suas quintas, devem corresponder ao magestoso caracter nacional de que Elle está revestido: magnificencia que os antigos Portuguezes, como herões virtuosos, se honrárão de estabelecer e comprazião de conservar: magnificen-

cia que os povos constituidos em monarquias se alegrão de manter: magnificencia que a Nação Britanica, não obstante a sua Constituição, se gloria de ostentar abandonando a prata e o ouro, que serve no brinde da coroação de seus Monarcas. Acção louvavel e mui digna da moralidade daquelles povos: huma Nação tão respeitavel mostrar-se-hia avarenta, se aproveitasse aquellas migalhinhas da sua prodigiosa riqueza.

As despezas da Casa Real não são prodigalidades de hum homem, são despezas que os povos de muito bom grado tem feito e fazem, porque conhecem que as devem fazer, por decencia e dignidade da Nação que constituem representada no Rei: Hum fidalgo, hum general, hum negociante hão de fazer ostentação publica da sua grandeza, e huma Nação milhares e milhões de vezes mais rica, mais forte, e mais nobre não ha de ostentar huma grandeza milhares e milhões de vezes maior, do que ostentão aquelles individuos? Poderá haver proporção razoavel entre a grandeza de huma Nação, que deve apparecer no seu representante, e a de hum particular? Ah! como se vê claramente a semrazão com que os inimigos das nações tem declamado dessa magnificencia, inculcando-a como desperdicio dos Monarcas, para inimizar os povos com os Reis! e houve Portuguezes, que não conhecêrão, nem ainda conhecem, ou não querem conhecer, quão infames são as invectivas desses vís declamadores! houve Portuguezes, que se alegrárão de vêr deprimir o magnifico tratamento do seu Monarca! Oh que differença de tempos! Nossos avós sem conquistas, sem huma carruagem, não possuindo mais do que o seu pequenino Portugal, gloriando-se de sustentar o esplendor do throno de hum Diniz, de hum Pedro I, de hum João IV, e hoje tantos degenerados netos daquelles heróes, cobertos de luxo, nadando em ou-

ro, fartos de conquistas, invejando a limitada magnificencia do Senhor D. João VI! de hum Rei mais digno de compaixão por seus extraordinarios soffrimentos, do que de inveja pela sua ostentação! Ah! cubrão-se de vergonha os que não são verdadeiros Portuguezes!... aquelles que não prezão a gloria da sua Nação ponhão as mãos no rosto, em quanto eu com lagrimas nos olhos lamento as inauditas desgraças da minha cara Patria!...

Vejão bem os povos de Portugal a que abjecto aviltamento pertendêrão, e pertendem ainda conduzillos os *liberaes*! pertendêrão, que os Portuguezes desprezassem aquellas virtudes patrioticas com que se tem feito amar e respeitar por todos os povos civilisados! pertendêrão reduzir a Nação Portugueza a hum abatimento em que nunca esteve, nem está hoje nação alguma da Europa! Pertendêrão, que o Representante da heroica Nação Portugueza fosse bem como hum pupilo administrado pelos *liberaes*!.. e querião... Oh! meu Deos! querião que os Portuguezes apparecessem no Mundo com o escandaloso labeo de se acommodarem a essa vilissima tutella!!! Eu me desnaturalizaria se passasse pela infelicidade de vêr tal! e se não podesse desnaturalizar-me, antes quizera não ser homem do que ser Portuguez!... Mas ainda bem, que tenho a ufana consolação de observar estes mesmos sentimentos nos meus honrados compatriotas: sentimentos, que sempre abrilhantárão o caracter dos povos Luzitanos: sentimentos que tem merecido demonstrações de estimação a quasi todos os alliados de Portugal.

As novas condecorações com que se adorna S. M. não são insignias conferidas a hum homem; são signaes de amizade, que as outras Nações representadas nos seus Monarcas, dão á Nação Portugueza representada no Senhor D. João VI. Nem aquelles distinctivos havião de ser mandados a S.

M. por outro algum motivo: hum Rei não he mais venturoso nos seus Estados por ter condecorações estrangeiras: a ventura he para a Nação que sabe merecer essas distincções: Se os Portuguezes se degradassem da sua caracteristica fidelidade, submettendo-se com o seu Rei ao dominio da facção anarquica, não terião, certamente, os Soberanos alliados mandado a Portugal aquelles signaes de approvação; pelo contrario, mandarião a guerra; essa terrivel calamidade destruidora de todos os bens da vida: e mandalla-ião com muita razão e justiça; assim por evitar a ruina da Nação Portugueza a quem estimão, como por impedir que o veneno anarquico passasse a outros Estados. Qual será mais util á Nação, o flagello da guerra, ou aquellas insignias?... Qual será melhor, ter as outras nações por amigas, ou por inimigas?.... Ainda haverá Portuguez algum que deixe de conhecer quanto utiliza e aproveita em amar e respeitar ao seu Rei? Os povos que amão e respeitão ao seu Monarca, não fazem mais do que amar e respeitar a Nação que constituem; isto he, amão-se e respeitão-se a si mesmos: porque a Nação he a collecção dos povos, e o Rei he a Nação personificada. Daqui se vê com a luz da evidencia, que a ventura dos povos depende positivamente delles mesmos: Rei algum poderá livrar de calamidades a povos depravados, que não queirão ser venturosos; nem povos depravados podem deixar de fazer a sua propria desventura e a do seu Rei! porque se os povos se fizerem a si mesmos infelices pela sua depravação, que virá a ser a Nação? huma collecção de perversos: e que ha de ser o Representante dessa collecção de perversos? Victima infelice da perversidade! Por desgraça do genero humano mais de huma vez se tem realizado esta doutrina terrivel.

§. 9.

Eu disse na Introducção, que factos e raciocinios serião o material do presente Opusculo: com este Norte fixo tenho soltado, e continuarei a soltar, todos os rumos da minha derrota.

Quando os Portuguezes constituírão o seu governo em Monarquia hereditaria, he hum facto geralmente sabido, que estava a maior parte de Portugal usurpada pelos Sarracenos; á proporção, que os usurpadores ião sendo destruidos e desapossados da usurpação, ião ficando muitas e grandes porções de terreno sem distinctos, nem immediatos possuidores: ninguem ignora, que esses terrenos pertencião de facto e direito aos povos que os resgatavão; de direito porque os tinhão herdado de seus maiores, que os possuião sem opposição, ou contradicção alguma de tempos immemoriaes: e de facto porque os arrancavão das mãos dos Sarracenos por meio da força fisica: mas esses povos estavão constituidos em Corpo de Nação; logo a totalidade desses terrenos era de facto e direito propriedade da Nação Portugueza.

Ora se a Nação fosse huma pessoa humana e procedesse com juizo, he claro, que faria dessas novas possessões aquelle uso mais conveniente para seu proprio credito, proveito, e utilidade: Eis-aqui pois o que fizerão os Reis de Portugal; e fizerão o que podião e devião fazer como representantes da Nação. Elles doárão parte desses bens aos Portuguezes, que mais se distinguírão contra os inimigos da sua patria; quer taes Portuguezes fossem incorporados em milicias religiosas, como erão as Ordens de Christo, Aviz, e Sant'Iago quer em corporações regulares, como forão os Monges de S. Bento, que

tanto auxiliárão D. Affonso Henriques para tomar Coimbra aos Mouros: quer fossem sómente individuos, como forão tantos heróes ascendentes de illustrissimas familias, a muitas das quaes pertencem hoje os Grandes do Reino de Portugal. Destinárão outra parte daquelles terrenos para mattas, que produzissem madeiras de construcção, como succedeo ao pinhal de Leiria, mandado plantar por D. Diniz perto de dois seculos antes do descobrimento da India e Brasil. E reservárão outra parte como propriedade sua; assim por decoro de grandeza nacional, como por terem sempre com que remunerar serviços importantes.

Daqui se vê com a luz da evidencia, que os Reis de Portugal não tem feito dos bens nacionaes aquelle uso despotico e arbitrario que dizem os inimigos da ordem: Os relevantes serviços feitos naquelles tempos á Nação Portugueza exigião huma assignalada recompensa: Os homens, que arriscão a vida pela liberdade da Nação, he porque esperão da Nação huma recompensa transcendente: as recompensas transmittidas aos descendentes dos heróes que as alcançárão, desafião em todos os tempos a lembrança das virtudes daquelles que as merecêrão; incitão o patriotismo daquelles que as desfructão; e testemunhão igualmente o justo procedimento da Nação que as concedeo: Se taes recompensas fossem miseraveis, ou efemeras; quero dizer, insignificantes e passageiras, desacreditarião a Nação, e farião esmorecer, ou acabar o heroismo dos Portuguezes: rarissimos serião os que sacrificassem a sua existencia por huma recompensa que morresse com elles. Nem eu sei que haja hum só motivo para permanecerem o proveito e utilidade daquelles serviços, e não permanecerem ás suas recompensas! Em quanto a Nação gozar as vantagens de taes serviços, he de razão que os descendentes, ou successores de quem os fez gozem as

vantagens de suas devidas recompensas: Assim tem permanecido, e deve permanecer, o reconhecimento nacional a par do beneficio que a Nação recebe. A Nação por isso mesmo que he hum ente moral, não póde ter os defeitos da materia corrompida; não póde ser ingrata; logo he necessario que não o pareça: He necessario que a Nação nem sequer dê indicios de esquecer-se dos serviços que se lhe fazem, porque esse esquecimento sería de facto ingratidão. E tanto se tem acreditado a Nação Portugueza em transmittir aquellas recompensas aos descendentes e successores dos heróes que as merecêrão, que nunca tem faltado estrangeiros a servir esta grata e briosa Nação: e só por esta causa, julgo eu, he que alguns Hespanhoes se poderião passar, como de facto passárão, ao serviço de D. João 1.° no mesmo tempo em que os Castelhanos pertendião dominar Portugal! Este facto e muitos outros, que poderia allegar, provão que o antiguissimo uso de virem estrangeiros servir a Nação Portugueza, não he hum defeito do governo, como inculcárão os revolucionarios; não ha Nação alguma no Mundo, que não conte estrangeiros no seu serviço; e algumas no seu proprio Ministerio, sem por isso serem mal governadas.

Tão inimigos são os *liberaes* da Nação Portugueza! tanto trabalhárão para desacreditalla, que até o lustre de agradecida lhe pertendêrão tirar! pertendêrão, que a Nação privasse os particulares, os descendentes dos Grandes do Reino, e as corporações Regulares da posse daquellas propriedades, que tinhão adquirido por serviços de seus maiores, ou por outros meios licitos e approvados, com o pretexto de serem bens nacionaes! como se taes bens ficassem pertencendo á Nação, depois que esta personificada no Rei fez doação, ou transmissão delles por qualquer titulo que fosse! Aquillo que se dá he

evidente, que fica pertencendo a quem o recebe, e não a quem o deo: logo o que a Nação dá fica pertencendo áquelles que o recebem, com as condições com que o receberem, e não á Nação que o deo: é logo seria extorsão privar outra vez desses bens, aquelles que os recebêrão; ou faltar ás condições com que taes bens forão transferidos.

Algumas recompensas podem parecer injustas, mas devemos persuadir-nos que não o são: póde, por exemplo, qualquer nação estar a ponto de fazer guerra a outra, e o Ministro de huma dellas manejar de tal modo os negocios diplomaticos, que não só se desvaneça o rompimento, mas ainda se estreitem mais os vinculos de interesses e amizade entre as duas nações; eis aqui serviços importantissimos, que os Reis não deixão nem devem deixar sem huma notavel recompensa; a qual parece injusta ao publico, porque os povos não sabem nem devem saber os segredos do Gabinete. Outro exemplo: Quando os Portuguezes principiárão a patentear a sua repugnancia ao dominio da facção liberal, podía esta convencionar-se em privar da liberdade ao Senhor D. João VI. bem como fez a Fernando VII. e algum *liberal*, ou por humanidade, ou por horror ao crime, ou por interesse, ou por amizade a El-Rei, ou por qualquer outro motivo avisar S. M. para evitar a captura! eis-aqui relevantes serviços, que devião ser bem remunerados: mas cuja recompensa pareceria injusta, porque nem S. M. havia delatar quem o avisara; nem o *liberal* havia confessar que fôra traidor á sua facção; nem os povos podião advinhar essas particularidades: Taes serviços são e devem ser recompensados com os bens nacionaes, porque elles são feitos á Nação e não a hum homem: São os povos e não os Reis que recebem o grande proveito desses serviços. Se os *liberaes* prendessem o Senhor D. João VI. quem pade-

ceria mais, os Portuguezes, ou El-Rei de Portugal?..... Quando Fernando VII. foi prezo para Cadiz, quem soffreo mais, os Hespanhoes, ou El-Rei d'Hespanha?..... Quando D. Sancho II. foi desenthronizado, quem padeceo mais, os Portuguezes, que entrárão em guerra civil, ou aquelle Monarca, que morreo descançado em Toledo? Ah! como a verdade brilha! como apparece quando se procura com sinceros desejos de a encontrar!

Na presença destes factos e raciocinios, Portuguez algum deixará de conhecer, que os serviços feitos aos Reis, são feitos directamente ás nações, que nos Reis estão personificadas: Portuguez algum deixará de conhecer, que são os povos e não os Reis, que recebem de semelhantes serviços o maior proveito: Portuguez algum deixará de conhecer, que os bens nacionaes longe de terem sido desviados do seu devido uso, forão, até agora, applicados a beneficio da mesma Nação. Recompensando com essas possessões os serviços, que recebêra, tem-se a Nação mostrado briosa e agradecida: transmittindo essas recompensas aos descendentes e successores dos recompensados, não só tem procedido com equidade, mas tambem tem formado hum corpo respeitavel de Aristocracia, sem o qual não se acha na historia do Mundo nação alguma, que fosse prospera: A Nobreza em Portugal he tão util, que talvez huma decima parte, ou mais, dos habitantes deste reino sejão beneficiados pelos Fidalgos. Estabelecendo as mattas criárão se as madeiras para formar aquella poderosa marinha com que os Portuguezes forão fazer tantas conquistas na Asia, na Africa, e na America: E conservando huma porção notavel desses bens como patrimonio Real, ou nacional, sempre teve e ainda tem com que remunerar todos os serviços que se lhe fação. Nação alguma está isenta de soffrer grandes calamidades;

fallo dos terramotos, da peste, da fome, da guerra, das convulsões politicas, etc.: em qualquer destas crises nunca falta quem faça relevantes serviços a huma Nação; se esta não tiver o rico thesouro das suas pcssessões com que remunerar taes serviços, terá de recorrer aos seus cofres (se não estiverem exhaustos) o que ha de necessariamente empobrecella. Tanto he certo, que os Reis de Portugal fizerão até hoje o mais prudente uso, que podião fazer dos bens nacionaes; já para credito, já para prosperidade da Nação Portugueza.

Talvez não seja fastidioso notar aqui a grande prova de juizo prudencial, que derão nossos ascendentes quando instituírão o governo da Nação Portugueza. Os bens adquiridos pela guerra, que forão para o povo Romano origem de continuas dissensões, forão para os Portuguezes fonte de progressiva e pacifica prosperidade! Em Roma, bem como em Portugal, as terras conquistadas pertencião aos conquistadores; mas a legal distribuição dellas foi inexequivel entre os Romanos, por serem muitos os que tinhão authoridade de a fazer; e foi sempre aprazivel, util, e proveitosa entre os Portuguezes por ser hum só que tinha e tem authoridade de as distribuir. Tal he huma das grandes vantagens, que leva o governo de hum ao governo de muitos. Quem governa tem obrigação de distribuir gratificações e recompensas; e não as poderá distribuir com imparcialidade e desinteresse, tendo precisão de receber, ou de repartir com os seus: condição esta, que sempre se verifica no governo Monarquico, e talvez nunca se verifique no governo democratico; porque no governo de muitos o que se deve dar, sempre será mais do que algum dos governantes possuir, ou precisarem haver as pessoas de sua obrigação; e no governo Monarquico o que se deve dar, sempre he menos do que hum Rei possue, ou precisão ha-

ver as pessoas da Familia Real. Eis-aqui apparece mais hum motivo para o patrimonio Real ser muito e muito superior ao de qualquer individuo, classe, ou corporação do Estado: eis-aqui como doutrinas verdadeiras a cada passo se encontrão coherentes, conformes, e se sustentão com vigor humas a outras.

§. 10.

Se a Nação podesse exercitar o seu essencial attributo, *a Soberania*, quero dizer, se podesse legislar, he evidente, que poderia e devia fazer executar as leis; devia, porque fazer leis para não se cumprirem era desorganizar (*i*) a sociedade, em vez de estabelecer providencias governativas: todos sabem que o desprezo das leis he o cunho da decadencia das nações: sejão as leis quaes forem, povo algum he mal governado em quanto ellas se respeitão e cumprem: E poderia, porque não era possivel a qualquer individuo, classe, ou corporação do Estado ter força para desobedecer (ainda que quizesse) á força da Nação; isto he, á força collectiva dos povos que habitão as provincias do mesmo Estado.

Ora se a Nação podesse legislar e fazer executar as leis, he evidente, que poderia conferir os premios e os castigos a quem os merecesse, na conformidade das mesmas leis: logo a Nação teria o poder de exercitar a soberania, ou o Legislativo; o de fazer executar as leis, ou o Executivo; e o de punir e premiar, ou o Judicial: e logo os Reis de Portugal, em quem a Nação está personificada, devem exercitar estes tres poderes com a mesma authoridade com que a Nação os exercitaria se fosse hum Ente racional: e como esta para exercitar os seus

poderes não podiá depender de potencia alguma humana sem deixar de ser Nação, segue-se que os Reis de Portugal para fazerem as vezes da Nação que representão, não devem estar sujeitos a potencia alguma. Eis-aqui porque o governo de Portugal se chama — Monarquia absoluta — quer dizer, *governo de hum só Principe que póde exercitar os tres poderes politicos, sem depender para isso de potencia alguma humana*; bem como a Nação não dependeria se os podesse exercitar: pois fôra huma remarcavel anomalia, representar, ou personificar a Nação no Rei, e não ter o Rei liberdade, nem authoridade de fazer o mesmo, que a Nação faria se tivesse faculdades para o fazer.

Por esta doutrina se vê clara e distinctamente, que a monstruosa Constituição de 1822 em vez de garantir (conforme os seus authores tinhão proclamado) a Monarquia Portugueza, propunha-se a destruir esta proveitosa instituição: porque não devendo os Reis de Portugal depender de potencia alguma para governarem os Portuguezes, ficavão, segundo aquella Constituição, dependendo da facção revolucionaria e legisladora, em tudo e para tudo quanto dia respeito ao governo de Portugal: isto he, não havia governo de hum só Principe independente: logo ficava destruida a primitiva instituição monarquica.

Os revolucionarios poderão dizer, que os Reis de Portugal não são de direito representantes da Nação: porque nas Leis Fundamentaes da Monarquia não apparece a idéa da representação nacional: Porém eu respondo, que por não apparecer nas Cortes de Lamego expressada a idéa da representação nacional, não se deve concluir que não estivesse na mente dos instituidores: he verdade que tambem não se deve affirmar que estivesse; mas pode se presumir, que tal idéa não era por elles

ignorada, nem então fôra esquecida notando-se, que entre a authoridade do Rei e os attributos da Nação, apparece a maior analogia possivel; e se aquelles heróes não conhecessem os attributos nacionaes, e não contèmplassem a Nação personificada no Rei, não constituirião no Rei, como expressamente constituírão, o attributo caracteristico da Nação: isto he, a independencia de qualquer outra potencia humana para o governo de Portugal.

Além disto, se os Reis de Portugal não são de direito representantes da Nação, porque nas Leis Fundamentaes da Monarquia não se tratou da representação nacional, ao menos he innegavel, que só elles tem direito de representar a Nação Portugueza; porque sendo o exercicio da soberania privativo dos representantes das nações, conforme a doutrina seguida sem controversia por todos os publicistas mesmo *liberaes*, e não havendo os Portuguezes, até hoje, conferido por acto algum legal o direito de exercitar a soberania senão aos seus Reis, segue-se, que os Monarcas Portuguezes tem direito de representar a Nação. E de mais a mais Elles a tem representado, de facto, á face dos mesmos povos que a constituem e do Mundo inteiro, exercitando a soberania por mais de seis seculos sem contradicção alguma: o qual lapso de tempo bastaria para os constituir de direito representantes da Nação, aindaque não tivessem direito de a representar.

Agora qualquer homem, por curta que seja a sua penetração conhecerá facilmente, que assim como do simples facto de haverem os Portuguezes constituido o seu governo em Monarquia hereditaria, ou (que vem a ser a mesma cousa) o direito de exercitar a soberania nos seus Reis, se tem deduzido que os Monarcas de Portugal devem usar do esplendor, possessões, e poderes nacionaes, com a

mesma independencia com que a Nação usaria se fosse hum ente fisico ; tambem do mesmo principio se deduzem todas as outras formulas politicas usadas nas Monarquias absolutas.

Diz-se que hum Rei he *muito poderoso*, não porque hum homem tenha naturalmente hum poder superlativo ao de alguns milhões de homens ; mas sim porque sendo a Nação muito poderosa relativamente a qualquer individuo, classe, ou corporação do Estado; por ser o poder da Nação, o poder collectivo dos povos que habitão as provincias do mesmo Estado ; e achando-se a Nação personificada no Rei, deve attribuir-se ao Rei o muito poder da Nação: e tambem porque no Rei estão politicamente constituidos todos os poderes nacionaes.

Chama-se a hum Rei *Soberano*, porque não podendo a Nação depender para o seu governo de potencia alguma humana sem deixar de ser Nação, e havendo-se a Nação personificado no Rei, não póde o Rei deixar de ser soberano sem deixar de representar a Nação: isto he, não póde depender de potencia alguma humana para governar os povos, que constituidos em corpo de Nação instituírão a Monarquia : E se o Rei depender para esse fim de alguma outra potencia do Estado, não será Elle só o representante da Nação; e por consequencia não será na realidade Soberano : nesse caso a representação nacional estará dividida.

A expressão *ElRei nosso senhor*, usada em Portugal, não se diz porque hum homem seja, ou possa ser por direito algum toleravel senhor dos outros homens: diz-se porque sendo qualquer Portuguez de facto e direito parte constitutiva da Nação Portugueza, he a Nação de facto e direito Senhora das partes que a constituem : isto he, dos Portuguezes. Eu, em quanto existo, não posso deixar de ser parte integrante e constitutiva da Nação Portugueza,

sem deixar de ser Portuguez: logo a Nação he senhora de mim: mas isto mesmo se verifica em qualquer outro cidadão: logo a Nação he senhora de nós os Portuguezes, por sermos nós partes integrantes e constitutivas da Nação: e logo he justa e devida a expressão *ElRei nosso senhor*: porque no Rei está personificada a Nação, e a Nação he senhora de nós.

O profundo acatamento com que os Portuguezes se prostrão diante dos seus Reis, não he por servilismo, nem porque os homens devão curvar o joelho a qualquer outro homem: he sim porque reconhecem no seu Rei personificada a Nação que constituem; e por isso fazem a ElRei a mesma genuflexão que farião á Nação, se ella fosse hum ente fisico: respeitão no Representante aquelle grande poder, aquella força moral, aquelle imperio, aquella magestade, aquella soberania, que constituem o Representado.

Quando os Soberanos de Portugal em muitos diplomas dizem — *Meus Estados* — não o dizem porque o solo Portuguez seja, ou possa ser possessão de homem algum, mas sim porque os Estados Portuguezes são de facto e direito propriedade da Nação Portugueza; e como ella está personificada no Rei, falla ElRei, quando exercita a soberania, com a mesma exactidão com que a Nação fallaria se a exercitasse.

Aquell'outra expressão usada pelos Monarcas Portuguezes de — *Meus fiéis vassallos* — não he porque os povos tenhão obrigação natural de viver sujeitos a hum determinado homem; he sim porque havendo-se os Portuguezes constituido em Corpo de Nação, contrahírão por esse facto a estricta obrigação de viver sujeitos á Nação que constituírão; e como a Nação está personificada no Rei, elles devem ao Rei a mesma vassallagem que devem á Na-

ção. Daqui vem chamar-se crime de alta traição a qualquer attentado contra o Soberano: *traição*, porque os Portuguezes por sua livre vontade instituírão e constituírão o seu governo em Monarquia; logo compromettêrão-se espontaneamente a conservar os Reis de Portugal na plenitude da soberania, em quanto os povos estiverem constituidos em Corpo de Nação: e logo são traidores aquelles que tentarem destruir o mesmo que se compromettêrão a conservar: E *alta*, por ser comettida contra o Ente mais poderoso, mais nobre, e mais eminente da sociedade: contra o Rei: isto he, contra a Nação que os Portuguezes no Rei personificárão. Crime imperdoavel, porque se a Nação fosse hum ente fisico esmagaria, certamente, sem difficuldade alguma com seus poderosissimos pés, qualquer individuo que tentasse destruilla: crime imperdoavel e de alta traição, porque tenta contra a existencia politica da Nação, e por consequencia contra os interesses sociaes de todos os povos de Portugal.

As palavras *Real Academia*, *Real Junta*, *Real Erario*, e outras desta classe, não se dizem assim porque os Reis sejão donos dos estabelecimentos publicos; dizem-se porque sendo esses estabelecimentos da Nação, e achando-se a Nação representada em hum Rei, deve conservar-se em taes estabelecimentos o caracteristico da representação nacional; isto he, devem chamar-se *Reaes*: para que os povos tenhão sempre presente o cunho da instituição monarquica: cunho, que não se dá, nem pertence a semelhantes estabelecimentos nos Estados cujo governo he democratico, porque lá não estão as Nações personificadas em Reis.

Eis-aqui o motivo, para mim, indubitavel, e talvez para todos os homens imparciaes, com que estas formulas politicas e as mais, que deixo de notar por não causar enfado, se usão nas monarquias

absolutas: formulas, que em si mesmas tem a marca da justiça com que são usadas: formulas adoptadas para perpetuar a lembrança dos vinculos politicos, que prendem os povos aos Reis, e os Reis aos povos: formulas, que desde a instituição da Monarquia Portugueza tem sido transmittidas de pais a filhos, e de geração em gerações, para os povos de Portugal não perderem de vista o respeito, que devem tributar aos seus Monarcas. Eis-aqui patente aos olhos de todos, que ser realista, he ser amigo da ordem: pugnar pelos direitos da realeza, he pugnar pela conservação das instituições nacionaes: ser amigo dos Reis, he ser amigo dos povos; porque os povos se constituírão em nações, e as nações estão personificadas nos Reis. Eis-aqui patente aos olhos de todos a causa porque affirmei na Introducção, que ha hum interesse reciproco em os povos amarem os Reis, e os Reis serem amigos dos povos.

Mas quão vís, quão infames, quão execraveis são esses inimigos das nações, que pertendem converter estas marcas indeleveis dos vinculos sociaes em veneno da sociedade! esses, que insulcão a Monarquia absoluta como o reinado da tyrannia, o nome de vassallo com o synonymo de escravo! as palavras — Meus Estados — como usurpação de direitos! e tantas outras invectivas com que tem conduzido os povos a odiar os Reis; a tentar contra as suas instituições nacionaes; a fazer as revoluções subversivas; a sujeitar-se ao dominio de seus proprios inimigos, dos *liberaes*; precipitando-se assim n'um abysmo de espantosas calamidades!!! Ah! Queira Deos, que as minhas doutrinas em que a invencivel mão do tempo tem posto, e ha de pôr, o cunho de verdades, cheguem aos olhos e ouvidos de todos, para que os povos nunca mais tornem a ser instrumentos do infernal imperio dos malvados *liberaes*.

§. II.

Parece que os meus raciocinios, até aqui expendidos, são directos e concludentes: se a presumpção e o amor proprio não me enganão, eu tenho aberto huma bella estrada aos realistas para levarem as suas doutrinas a hum gráo de exactidão e clareza, a que não chegou ainda sciencia, ou faculdade alguma no Mundo: não me consta, que haja huma só, na qual todas as proposições se possão demonstrar por hum unico principio, como tenho feito e se póde continuar a fazer em Politica. Tendo deste modo satisfeito, como permittem os meus incultos e limitadissimos talentos, á primeira parte da tárefa que me propuz neste Opusculo, quero dizer, tendo mostrado que todas as formulas politicas usadas nas monarquias absolutas se deduzem de hum só principio, o qual de facto existio entre os Portuguezes, resta-me provar, que os povos não tem direito de mudar a fórma dos seus legitimos governos: Antes, porém, de entrar na questão, direi poucas palavras á cerca da Religião de Jesu Christo: não porque Ella precise, ou possa receber algum lustre das minhas expressões; mas sim porque os *liberaes* a envolvem nas suas declamações, e trabalhão por apagar este Farol Sagrado construido para guiar os homens ao tremendo porto da Eternidade.

Os estultos atheos, que attribuem á Materia a ordem admiravel e prodigiosa do Mundo visivel, nunca mostrárão, nem jámais hão de mostrar, que a Materia tenha faculdade, ou poder de dividir-se e subdividir se em corpos luminosos e opacos! de suspender esses corpos na região do Ar! de os collocar em distancias taes, que a luz permanente de huns suppra a falta constante de luz em outros! de os mo-

ver continuamente de maneira, que nunca se encontrem!... a Materia, que sempre oppõem a força da inercia á força motriz, havia de pôr-se a si mesma em movimento continuo! havia de separar a luz das trévas! havia de elevar-se a huma altura incalculavel em maças de enormissimo pezo! havia de sustentar cada huma dellas onde convém para formosura do Universo! havia de empregar e combinar meios infalliveis de sempre conseguir os seus fins! havia de calcular o equilibrio das forças para conservação da Ordem! e que Ordem!... Aquelles que attribuem tal poder á Materia não são homens; não raciocinão.

Quem he que medio a immensidade dos espaços, para nella traçar as innumeraveis orbitas, que descrevem os corpos celestes sem jámais se chocarem huns a outros para não se despadaçarem?!... Quem he que comprime esses corpos de extraordinaria grandeza, para no continuo movimento de rotação que fazem, não se desfazerem?!... Quem he que regulou o gyro dos tempos para produzir a fertilidade?!... Quem he que manda os Cometas de seculos a seculos certificar, que fóra do alcance da vista do homem existem estupendissimos prodigios?!... Qual he a velocidade desses corpos incomprehensiveis; a grandeza dos eixos; e a qualidade das curvas que descrevem?!... Quem he que agita continuamente as agoas para não se corromperem?!... Quem he que sustenta o fogo nas entranhas da Terra, como demonstrão as horriveis bocas por que o vomita, sendo a Terra incombustivel?!... Quem he que manda inundar o Egypto, com regularidade, para supprir a falta das chuvas?!... Porque não se inunda todos os annos outro qualquer paiz onde as chuvas são regulares?!... Porque não ha de o leito do Nilo ter huma qualquer direcção, que não seja a necessaria para fertilizar o Egypto?!...

Ah! Que todas estas cousas são calculadas e dispostas com infinito poder e sabedoria, isso he evidente: e só brutos deixaráõ de o confessar: logo para que tudo seja obra da Materia, he necessario que a Materia seja infinitamente sabia e poderosa!!! mas qual he o homem, que póde conceber tão monstruosissimos paradoxos?!.... Qual he o homem, que não reconhece huma consummadissima previdencia na pomposa máquina do Universo?!.... Qual he o homem, que não vê essa maravilhosa obra construida e disposta por huma Providencia para quem o futuro he presente?!... Qual he o homem, que não vê essa prodigiosissima obra conservada pela vontade do mesmo Ente que a produzio?!.... Qual he o homem, que não vê essa complicadissima obra sustentada na mão de hum Deos Omnipotente?!.... de hum Deos, que póde reduzir a pó os innumeraveis globos, que gyrão suspensos nos ares, mesmo para serem testemunhas incontrastaveis da Omnipotencia do seu Creador!... Aonde irião parar, aonde acharião assento essas assombrosas maças, se a mão de Deos hum dia as largasse na infinidade dos abysmos?!... Não se despedaçarião na sua quéda humas a outras?!... O fogo, as aguas não dissolverião e consumirião tudo?!... Não caberião desfeitas em atomos na immensa extensão dos espaços?!... Não ficarião assim reduzidas a hum tenebroso chaos, todas essas maravilhas, que hoje abrilhantão o Universo?!... (*k*) Respondão-me os atheos? mostrem-me a impossibilidade, que ha em fazer esta operação tremendissima?... ou que poder tem a Materia para impedilla?!... Ah! que só de o pensar desfaleço!... gela-se o meu sangue!... perde-se a minha imaginação!... mas consola-se o meu entendimento considerando na existencia de Deos.

Esta idéa não he transmittida, he influida, ou de simples intuição: os primeiros que proclamárão a

existencia de Deos, ninguem lhes disse que Deos existia: nem eu me convenci da sua existencia pela tradição, ou intimativa de alguem: esta minha convicção he natural e não suggerida pela impostura, fanatismo, ou superstição de homem algum: eu fui conduzido a ella usando (como se tem visto) livremente da minha razão: e o mesmo ha de succeder, de necessidade, a qualquer homem, que não queira sujeitar a sua razão aos caprichos da razão de outro homem. Todas as cousas visiveis e possiveis me convencem, ou não me deixão duvidar da existencia de huma Causa universal, infinitamente sábia e poderosa: mas he evidente, que dessa existencia nenhum homem, sem auxilios sobrenaturaes, póde saber mais do que eu: logo homem algum será capaz de me convencer de que a Causa universal não existe! e como este raciocinio he exacto e verdadeiro applicado a qualquer homem que seja, segue-se, que para todos os homens imparciaes será indubitavel a existencia de huma Causa universal: quero dizer, de hum Deos Author e Supremo Legislador do Universo: e só o poderão duvidar aquelles que tiverem a desgraça de nascer cegos, ou a de não fazer livre uso da sua razão.

Apparece, neste lugar, clara e distinctamente a ridicula fatuidade daquelles que zombão da creação do Mundo, e acreditão o materialismo! He evidente, que da origem das cousas nenhum homem póde saber, naturalmente, mais do que outro: logo só por inspiração, ou revelação he que a origem das cousas podia chegar ao conhecimento dos homens: e logo quem duvidar, nesta materia, da revelação, deve duvidar de todas as outras doutrinas; porque todas são conjecturas humanas: Eis aqui como a fé se conforma com a razão! a razão convence-me da existencia de hum Deos Author e Supremo Legislador do Universo: a fé diz-me que existe hum Deos

Author e Supremo Legislador do Universo: e eu hei de hesitar a respeito da existencia de Deos! Hei de ser tão bruto, que dê ao Mundo outra origem, sem ser aquella que a razão e a fé se conformão em lhe dar! Eu creio a revelação: porém esta fé não he humana: a respeito da creação do Mundo não creio o que dizem os homens, creio o que Deos revelou aos homens: porque só o mesmo Creador he que o podia revelar. Se qualquer homem escrevesse a creação do Mundo sem declarar, que Deos a revelára, eu não acreditaria esse homem. Eu não faço sacrificio algum da minha razão em acreditar, que Deos revelasse a origem das cousas; pelo contrario faria hum grande sacrificio da minha razão, se acreditasse o que affirmão alguns homens contra essa origem: porque isso que elles affirmão he repugnante á minha razão. E ainda mesmo quando fosse igualmente repugnante á minha razão o que escrevêrão os orthdoxos, e o que escrevem os materialistas a respeito da origem das cousas, eu antes quizera sacrificar a minha razão á idéa de hum Deos Omnipotente, do que ás idéas de hum materialista, ou materialão, que sabe tanto da origem das cousas como qualquer animal. Se, porém, os materialistas se quizerem chamar inspirados, declarem quem os inspirou? Deos não podia ser; porque Deos para elles não existe! Finalmente, ainda que a existencia de Deos fosse huma ficção, que damno resulta, ou póde resultar dahi aos homens? Tolerão-se e propagão-se tantas ficções disparatadas, como as metamorfoses de Ovidio; as fabulas de Fedro; e não se havia de tolerar a mais digna, mais nobre, e mais coherente ficção, que podia imaginar se!

Com effeito, não ha hum só principio razoavel pelo qual possa atacar-se a idéa da existencia de Deos. Tão certos estão os mesmos inimigos da ordem da impossibilidade de suffocar, ou destruir es-

ta idéa, que para os seus adeptos não desertarem espavoridos, sempre lhes fallão *da gloria do Grande Architecto do Universo, que he Deos.* Póde-se presumir, pelo que se tem visto, que elles tratem a existencia de Deos com a mesma astucia com que tratão a Religião e as monarquias: no seu alcorão está decretada a extincção dos sacerdotes e dos Reis; mas quando os *liberaes* fazem as revoluções proclamão a conservação da Religião e dos Monarcas! assim tambem póde estar no seu systema de regeneração decretado o materialismo, e usarem aquelle preambulo por impostura; mas com esse mesmo procedimento provão, que reconhecem essa impostura necessaria para não serem geralmente odiados e abandonados. Se elles proclamassem o atheismo quasi todos os homens abominarião a maçonaria, e nunca ella tivera progredido tanto.

§. 12.

He hum facto incontrastavel, que não apparece na historia do Mundo associação alguma civilizada, sem huma crença, ou religião qualquer que seja: logo não foi a impostura (como dizem os impios) do historiador Sagrado, que produzio a religião: muito antes de Moysés, bem se sabe, que havia cultos e procissões. Tambem não he possivel, que todos os chefes dessas associações fossem fanaticos e supersticiosos; antes alguns d'elles passão ainda hoje por atheos: logo todos elles reconhecêrão a necessidade absoluta dos vinculos religiosos na sociedade civil; isto he, reconhecêrão, que era impossivel fazer com que a multidão fosse materialista: Por mais que os atheos prégassem, nunca os povos deixarião, nem deixárão, nem hão de deixar de recorr

rer a Deos, ou aos deoses para lhes abrandar a violencia das tempestades, a furia dos terremotos, a voragem da peste, os estragos da esterilidade, e de outras calamidades cujos effeitos a experiencia tem mostrado, e ha de mostrar sempre, que não he concedido ao homem evitar, ou conter. E ainda que fosse possivel existir huma associação civilizada de materialistas, nem por isso deixarião de ter huma crença: elles acreditarião o poder activo e providente da Materia! e este sería o seu creador, o seu remunerador, e o seu Deos! Tão miseravel he o homem, quando a culpa lhe tapa os olhos do entendimento, ou quando a soberba o domina.

Ora sendo, como de facto he, impossivel destruir a idéa da existencia de Deos; e não havendo jámais sociedade alguma civil sem religião; que motivo razoavel, ou mesmo plausivel póde haver para atacar e deprimir huma religião, que não tem outro fim mais do que dirigir o homem para Deos pela prática das virtudes?!... Que ha nesta direcção, que não seja digno do homem?!... Que ha na Religião de Jesu Christo, que seja desprezivel?!.... Se nós havemos de ter infallivelmente alguma religião; porque razão não havemos de ter aquella em que nascemos?!.... Respondão-me os malvados? digão-me porque causa trabalhão para desacreditar esta Santa Religião?!... Que mal lhes faz, ou fazia Ella aos impios Diderot, Voltaire, Frederico, Lamertie, e tantos outros, que a tem atacado?!.... Elles, quando escrevêrão, vivião em paizes protestantes, ou tolerantes, onde não erão obrigados a seguir huma determinada religião: porque causa pois se declarárão contra huma Religião, que não os opprimia?!... Porque não fizerão a mesma guerra ao Mahometismo, ou ao Protestantismo?.... Se foi por serem materialistas, devião declamar dessas religiões, porque ellas tambem se oppoem ao materialismo:

Mafoma, Luthero, e Calvino tambem admittem á existencia de Deos, e a immortalidade da alma. Se foi por odio ás Inquisições, porque motivo augmentárão as declamações á proporção, que as Inquisições diminuírão?!.... E hoje, que estão quasi extinctas, porque motivo são innumeraveis os declamadores?

Se esses homens duvidassem de todos os livros antigos, eu não me admirára da sua incredulidade; mas duvidarem elles da historia dos Israelitas, e não duvidarem da historia dos Gregos, ou dos Romanos!!... Acreditarem as acções de Temistocles, de Epaminondas, de Alexandre, de Cincinnato, de Pompeo, de Cesar, e não acreditarem as de Jesu Christo!!.... D'onde provém tanta animosidade contra este homem singular?!

Se antes de Jesu Christo não houvesse cultos publicos, ou se destruida a Religião de Jesu Christo se podesse viver sem religião alguma, então entendia eu e todos entenderião a causa, que agita os inimigos da ordem; querião viver como brutos a pezar de serem homens! trabalhavão por hum motivo conhecido, e para conseguir hum fim possivel: mas não existindo tal motivo; e sendo esse fim impossivel; quem he que os cega para não verem essa impossibilidade?!...

Dizem os impios, que Jesu Christo fôra hum impostor!!.... eu quero por hum pouco ser impio! mas não quero entretanto deixar de ser homem: quero raciocinar sobre essa maldita blasfemia: Se Jesu Christo foi impostor, que profeta, que sacerdote, que homem proclamou jámais religião alguma que o não fosse?.... Se a religião de Jesu Christo não he verdadeira; quero dizer, se não foi dictada, ou inspirada por Deos aos homens, qual he aquella que Deos inspirou, ou dictou?.... Pois se todos quantos tem estabelecido religiões são impostores,

huma vez que Jesu Christo o seja; se neste caso nenhuma religião he verdadeira; porque motivo se declama de hum só impostor e não de todos? Porque motivo se ataca huma só religião, e não todas?!.... Appareça o motivo desta notavel, e mui notavel parcialidade?....

Eu vejo, que entre os Chinezes, entre os Persas, entre os Mahometanos não apparecem dezenas e centenas de escritores inimigos das suas religiões, como tem apparecido entre os Christãos!... Eu vejo, que naquellas nações não apparecem milhares e milhões de libertinos; como se patenteão no Christianismo!... Eu vejo a paz da Igreja Catholica perturbada continuamente pelos mesmos filhos da Igreja!... Logo ha, de facto, hum genio anti-religioso entre os Christãos, que não apparece entre os hereges!... Que genio he este, que está sempre induzindo sómente os Christãos para serem irreligiosos?!..... Que genio he este, que está sempre em guerra com a doutrina de Jesu Christo, e não com outras algumas doutrinas religiosas?!.... Que genio he este, que sem descançar trabalha por destruir o Christianismo?!... Não será o genio do mal?... Não será o espirito rebelde?... Não será o soberbo Lucifer?..... Ah! como a força dos raciocinios conduz ao Dogma!... Ah! como he certo, que o homem tem meios sufficientes, em si mesmo, para fugir do erro, huma vez que não esteja tentado a errar! Se a Historia Sagrada não me tivesse ensinado o nome daquelle invejoso espirito, eu lhe daria outro; porque me convenci da sua existencia usando unicamente da minha razão.

Eis-aqui o motivo, para mim indubitavel, por que não apparecem fóra do Christianismo essas continuas dissensões religiosas: he porque lá não se admittem os mysterios da Redempção; não trabalha o genio do mal para os confundir. Eis-aqui como os

mesmos impios com os repetidos ataques, que fazem ao Christianismo, provão a infallibilidade da Religião Christã! Eis-aqui como a fé, por muito incriveis que pareção os Dogmas, se concilia com a razão: Raciocinando o homem livremente sobre o que a experiencia lhe apresenta aos olhos, elle vem a convencer-se do mesmo, que a fé lhe manda crer. He verdade, que nós não comprehendemos como póde existir hum turbulento espirito, inimigo implacavel da eterna felicidade do homem! porém nós não havemos, nem devemos negar, por causa da nossa ignorancia, a sua existencia: tambem nós não comprehendemos, como póde existir força em hum corpo inerte, para obrigar outro a mover-se, sem ter contacto com elle; e não podemos negar que tal força existe; porque a vemos no Iman com o Aço! Tambem nós não comprehendemos, como póde existir nos sons remedio para destruir veneno; e não podemos negar, que tal remedio existe; porque o vemos na musica instrumental com a mordedura da tarantola! Ah! quão nescios são, quão abjectos aquelles que negão a existencia das cousas, porque não comprehendem como ellas existem! Se as obras do Omnipotente não excedessem muito a esfera da comprehensão humana, pouco superior sería Deos ao homem.

Assim como pela continua tentação e diligencia, que fazem e sentem tantos christãos para destruir o Christianismo, se conhece a existencia de hum espirito obstinado em trabalhar para essa destruição, tambem pela existencia desse espirito se prova o incomparavel amor de Deos para com os homens! creou Deos o homem para ser bemaventurado; mas não quiz obrigar o homem a gozar a Bemaventurança; quiz que a merecesse: e quando faltassem merecimentos no homem, supprirem os merecimentos de Deos!!..... Oh! que ineffavel

amor!!.... só pela Redempção do homem, e de nenhuma outra creatura, por muito sublime que fosse, se empenhão os merecimentos de Deos! Confundão-se; mordão-se de raiva os malvados agentes do espirito das trévas, que trabalhão por desacreditar a Religião de Jesu Christo: vejão como as suas diligencias, longe de a deprimir, servem de fazer acreditar os mysterios em que Ella se funda! vejão como as suas tentativas, trazidas á luz da razão, vem a ser provas clarissimas das verdades reveladas! Foi a luz da razão, que nos seculos do paganismo, obrigou o pacifico Socrates a confessar a existencia hum só Deos Author e Supremo Legislador do Universo: foi a luz da razão, que nesses tenebrosos tempos, conduzio o douto Platão a proclamar a immortalidade da alma: he a luz da razão, que nos seculos do Christianismo converte as doutrinas dos falsos profetas em vantagem da Religião Catholica: He a luz da razão, esse facho inextinguivel, acceso pelo sopro do mesmo Deos para conduzir o homem á verdade, que ha de sempre destruir os erros dos impios. Envergonhem-se, confundão-se de pertenderem escurecer aquellas verdades eternas, que os pagãos conhecêrão e publicárão antes da luz do Evangelho! Abrão os olhos; desenganem-se, se he que podem ainda desenganar-se; vejão a impossibilidade fisica e moral de chegar a destruir o Christianismo: vejão como ha de ser destruida huma Religião, que prova a sua infallibilidade com os proprios ataques, que se lhe fazem!...... Sim! eu pediria a todos os malvados, que não desistissem de invectivar contra a Religião Catholica, porque a estão acrisolando com suas blasfemias! Porém esta petição não he decorosa, nem será necessaria: O espirito das trévas, porque existe, não deixará de perseguir a Religião de Jesu Christo; e a Religião de Jesu Christo, porque he verdadeira, não deixará de triunfar,

para consolação dos fiéis e confusão dos heresiarcas; de todas as perseguições que se lhe fizerem.

Não me sería muito difficultoso continuar, com a valentia dos raciocinios, a mostrar a verdade dos Dogmas; porém, assim por não ser esse o meu assumpto, como pelo desejo que tenho de convencer em geral os homens, qualquer que seja a sua crença, não continuarei a raciocinar em materia religiosa como catholico; evitarei todo o vestigio de parcialidade fazendo, só como politico, mais hum pequenino discurso: admittamos, que não ha huma religião verdadeira; e que todas existem por necessidade publica; quero dizer, do mesmo modo, que existem as leis civis: neste caso qual deve ser o nosso procedimento religioso? He obvio, que devemos respeitar a religião do mesmo modo, que respeitamos as leis civis; porque humas e outra forão estabelecidas para conservação da ordem social: Logo será crime tentar contra a religião, bem como he crime tentar contra as leis civis: e logo devem ser punidos os irreligiosos, bem como são punidos os delinquentes: e logo tão justo he acautelar huma revolução politica, como huma revolução religiosa: porque qualquer dellas tenta contra a ordem estabelecida nos Estados. Demais, na hypothese em que nos achamos, nada se ganha na mudança de religião relativamente a Deos; porque ella nada tem de Divina: e perde-se muito relativamente aos homens; porque jámais se fez, nem he possivel fazer huma revolução religiosa sem violencias: e dessas violencias nascem os odios e as vinganças populares, que (se o não são) parecem interminaveis. Ha quasi tres seculos, que na Gram Bretanha se fez huma revolução religiosa, e ainda hoje os Inglezes, não obstante a sua boa politica, são agitados pela animosidade dos dois partidos Catholico e Protestante! as guerras de religião são as mais duraveis e crueis, por não se poder destruir o

fanatismo entre os povos, e ser impossivel viverem os povos sem religião: Logo ainda que a Religião fosse unicamente vinculo social, não podião os Governos tolerar (l) subditos irreligiosos, sem concorrer para perturbar o publico socego: nem os subditos podião ser irreligiosos, sem constituir-se culpados. Para mostrar a inconsideração, indignidade, e maleficencia dos que abusão e declamão da Religião, não he necessario dizer mais nesta materia.

§. 13.

Só por ir coherente com os meus principios, e não por outro algum motivo, transcreverei poucos factos, que sirvão de pôr em maior luz a doutrina, que vou desenvolver.

Em 5 de Julho de 1393 mandou Estevão Ferreira, que seus legitimos herdeiros usassem o appelido de *Ferreira* sob pena de perderem os bens vinculados: e no caso de não respeitarem aquella clausula, podem os Priores de S. João da Pesqueira, transmittir os ditos bens a qualquer descendente do Instituidor, que use o referido appelido, por authoridade que Elle lhes conferio: E tendo decorrido mais de quatro seculos, e passado aquelle Morgado aos Condes de Cavalleiros, ainda não deixárão de respeitar a condição expressada pelo Instituidor; porque só com tal condição he que ha direito de possuir aquelle vinculo.

Em 24 d'Agosto de 1422 ordenou o Marquez de Valença, que os foreiros ao Convento do Carmo de Lisboa nos lugares de Camarate, Povoa de Santo Adrião, Unhos, Frielas, Appelação, Sacavem, e Catejal ficassem izentos de pagar o quarto de suas colheitas, como até então pagavão, á Casa do dito

Marquez: E causando aquella instituição hum notavel abatimento nas rendas do Marquezado, nenhum de seus successores deixou de respeitar a isenção: porque o Instituidor não transmittio a seus descendentes o direito de haverem o quarto dos fructos daquelles districtos.

Em 4 de Novembro de 1534 mandou o Duque de Bragança D. Theodosio, que duas terças partes dos Dizimos pertencentes á Parochial Igreja de Nossa Senhora das Candeas em Sacavem, pertencessem, d'então por diante, ao Convento do Carmo de Lisboa, ficando só a terça parte para o Prior da dita Parochia: E tendo-se a Serenissima Casa de Bragança encorporado na Coroa, não deixárão ainda os Monarcas Portuguezes de respeitar aquella instituição, nem os Parocos subsequentes reclamárão os Dizimos, que lhes forão desannexados; porque o Instituidor só aos Religiosos do supradito Convento transmittio o direito de haver aquelles Dizimos.

Em 1639 fundou a Condessa d'Atalaia, D. Iria de Brito, o Convento das Religiosas Irlandezas ao Bom Successo, dotando-o com sufficientes bens, todos propriedade da Fundadora: e até hoje não tem os seus descendentes pertendido a posse daquelles predios; porque a Instituidora não lhes transmittio o direito de haverem taes bens, senão no caso de passar o Mosteiro a ter outro qualquer destino.

D. João de Castro prohibio a seus herdeiros, que plantassem arvores fructiferas em Penha Verde, sobpena de perderem aquelle predio! e sendo esta instituição não só extraordinaria, mas até opposta á utilidade pública e particular, ainda os possuidores daquella propriedade não se atrevêrão a contrariar a claupula expressada pelo Instituidor; porque só com tal condição he que este lhes transmittio direito de a possuirem.

Estes factos e muitos milhares de outros seme-

lhantes, que poderia transcrever, de que estão cheias as chronicas de todas as Ordens Regulares, e os annaes das nações civilisadas, provão, que *pessoa alguma tem sobre as instituições, mais direitos do que aquelles transmittidos pelo instituidor.*

Esta proposição, que não precisava, nem precisa de factos alguns para fundamentar-se, he seguida sem controversia em Direito público, e tem sido geralmente respeitada, em todos os tempos, na sociedade civil: nem podia deixar de o ser, sem manifesta usurpação de direitos: porque todas as clausulas da instituição recahem sobre os bens proprios do instituidor: e he evidente, que pessoa alguma póde ter sobre a propriedade alheia mais direitos do que aquelles transmittidos pelo mesmo proprietario.

Este respeito guardado em todos os tempos ás instituições, não só he huma obrigação dos homens associados, mas tambem he para elles de commum e reciproco interesse: porque em todos os governos, qualquer que seja a sua fórma, sempre os governantes tem, ou esperão ter bens sobre que fação alguma instituição; e para que essas suas instituições sejão respeitadas, estão elles na necessidade de fazer respeitar as instituições daquelles que os precedêrão: e nós os governados em respeitarmos as clausulas das instituições de nossos ascendentes, não só respeitamos os seus direitos, cumprindo as obrigações que por elles nos forão impostas; mas temos tambem, muitas vezes, a conveniencia de não perdermos os bens, que só com taes clausulas podemos possuir; e sempre a vantagem de conduzir os nossos descendentes a respeitar as nossas instituições. Certamente homem algum consentiria, se podesse, que a sua propriedade deixasse de ter aquelle destino para que elle a tinha encaminhado.

Daqui se vê, com a maior clareza possivel, que este respeito guardado ás instituições, he hum bem

commum e de utilidade pública: he o mesmo respeito devido ao direito da propriedade: he não fazermos aos outros o que não queremos que os outros nos fação: he respeitar aquelle principio, que serve de base a toda a Jurisprudencia, *dai a cada hum o que he seu*: e portanto faltar a este respeito sería huma subversão geral da ordem civil.

Ora sendo, sem dúvida alguma, a Monarquia absoluta em Portugal huma instituição dos Portuguezes; e recahindo essa instituição no Solo Portuguez, que de facto e direito he propriedade da Nação Portugueza; segue-se, que os póvos de Portugal não tem, nem podem ter sobre essa instituição, mais direitos do que aquelles transmittidos pelos instituidores: vejamos pois quaes forão esses direitos.

Quando nas Cortes de Lamego se constituio a Monarquia Portugueza, dissérão os instituidores no fim das Leis Fundamentaes desta instituição — *Queremos que valhão por nós e por todos os nossos descendentes* — logo os instituidores, não só deixárão de transmittir a seus descendentes o direito de mudar a instituição, mas prohibírão expressamente que ella fosse mudada; e logo os descendentes dos instituidores, isto he, os povos de Portugal não tem direito de mudar a Monarquia absoluta, que he a fórma do seu legitimo governo.

Os *liberaes* não ignorão estas doutrinas; porque muitos delles são instruidos: por elles saberem, que a Monarquia fôra huma instituição dos Portuguezes; e por não ignorarem, que pessoa alguma tem sobre as instituições mais direitos do que aquelles transmittidos pelos instituidores; he que não se atrevêrão a confessar, que ião destruir á Monarquia: pelo contrario, para fingir que respeitavão esta instituição, affirmárão no preambulo da Constituição de 1822, que *ião reformar e ampliar as leis fundamentaes da Monarquia*: e pela mesma causa chamá-

rão ao seu monstruoso systema de governo, *Monarquia Constitucional*: como se a Monarquia Portugueza não estivesse constituida!

Tenho satisfeito aos dois fins que me propuz na Introducção deste Opusculo: Graças a milhares, e milhares de louvores ao Supremo Arbitro dos mundos, por ter-me concedido faculdades para eu produzir huma demonstração em Politica, com o maior rigor mathematico! Não receio desafiar agora todos os *liberaes* presentes e futuros para contrastarem a minha demonstração: elles jámais o hão de fazer, porque ella se funda em factos; e não he possivel aos homens provarem, que as acções não se fizerão depois de terem sido feitas. Por esta mesma demonstração se prova sem a minima dúvida, que os heróes de 1640 quando restaurárão a Monarquia Portugueza, não fizerão mais do que cumprir a obrigação, que tinhão, imposta pelos instituidores, naquella condição expressa — *Queremos que valha por todos os nossos descendentes* — condição, que todos os Portuguezes estão obrigados a cumprir, sobpena de perderem as vantagens da instituição: como de facto perdêrão em quanto forão governados pelos Reis Catholicos; e da qual perda ainda hoje sentem huma parte notavel.

Posto que os inimigos da ordem não possão contrastar a grande e clarissima verdade que tenho demonstrado, comtudo, podem fazer alguns argumentos para confundilla, podem dizer, que aquella condição — *Queremos que valhão por todos os nossos descendentes* — foi expressada pelos instituidores, não só nas Leis Fundamentaes da Monarquia; mas tambem nas da Nobreza e Justiça, que então se fizerão: e que tendo estas sido reformadas e ampliadas, segue-se que tambem se podem reformar e ampliar aquellas.

Este sofisma desfaz-se com muita facilidade, fa-

zendo a devida distincção entre humas e outras leis? as da Nobreza e Justiça não forão clausulas de alguma instituição, que recahisse sobre a propriedade de alguem; forão e são leis civis, que se adoptão para o bom regime do Estado, qualquer que seja a fórma do seu governo: Além disto, eu não demonstrei, nem pertendo demonstrar, que as Leis Fundamentaes da Monarquia não possão ser reformadas e ampliadas, porque ellas o tem sido; e se o não fossem, não terião succedido na Coroa Portugueza alguns filhos naturaes dos Senhores Reis de Portugal: Eu o que demonstrei foi, que os povos não tem direito de mudar a fórma do seu legitimo governo; ora entre mudar huma instituição, e reformar as leis fundamentaes da mesma instituição, vai muita distancia: Assim mesmo a reforma e ampliação que se ha feito de humas e outras leis, nunca foi executada pelos povos, que não tem direito de a fazer, nem he possivel exercitarem a soberania: Humas e outras leis tem sido reformadas e ampliadas pelos Monarcas Portuguezes: unicos individuos, que tem direito de as reformar e ampliar; ouvindo, ou não ouvindo para isso os procuradores dos Tres Estados do Reino, conforme Lhes parecer, segundo a gravidade da materia: portanto o argumento he sofistico: 1.° em suppor, que a minha demonstração se oppõem a que as Leis Fundamentaes da Monarquia Portugueza sejão reformadas e ampliadas: 2.° em não distinguir o direito de fazer as acções da possibilidade de as executar: e 3.° em confundir as Leis Fundamentaes da instituição Monarquica com a mesma instituição.

Outro argumento com que os *liberaes* talvez pertendão confundir a verdade, he dizerem, que os povos podem mudar a fórma dos seus legitimos governos; e tanto, que de facto alguns a tem mudado. Porém esta affirmativa nada produz contra a

minha demonstração: he verdade, que os povos podem mudar a fórma dos seus legitimos governos; mas tambem he verdade que não tem direito de a mudar: estas duas verdades não se oppoem nem contradizem: huma refere-se á possibilidade, outra ao direito de executar a mesma acção: e já no §. 6.° se mostrou com toda a evidencia, quanta distancia existe entre á possibilidade e o direito de fazer qualquer cousa. Quando eu demonstro, que os povos não tem direito de mudar a fórma dos seus legitimos governos, não digo, nem pertendo provar de modo algum, que os povos tenhão impossibilidade de a mudar: o que affirmo e tenho demonstrado he, que se o fizerem, commettem huma acção que não tem direito algum para commetter. He evidendente, que o homem antes de existir não póde possuir: logo os povos, quando não existião, não podião ter possessões nem direitos: e logo os actuaes Portuguezes não podem ter direitos alguns sobre o seu legitimo governo, isto he, sobre a Monarquia absoluta; porque esta fórma de governo foi instituida e constituida muito antes de existirem os actuaes Portuguezes. Eu ainda avanço mais: affirmo até, que os povos de Portugal forão compromettidos nas pessoas dos instituidores a cumprir as clausulas da instituição — *Queremos que valhão por todos os nossos descendentes* — disserão aquelles heróes; isto he, Queremos que valhão por todos aquelles, que ao presente estão substancialmente em nós; e sobre os quaes temos authoridade pelo direito de geração: Queremos que valhão por todos aquelles que descenderem de nós; e que por nos serem devedores da sua existencia, tem obrigação de nos obedecer em tudo; que não fôr opposto á sua conservação: Queremos; que todos esses que houverem de existir por nossa intervenção, gozem as vantagens da Monarquia absoluta; e por isso não transmittimos a

pessoa alguma o direito de mudar, ou destruir esta fórma de governo. Tal he o sagrado principio da Legitimidade: tal he o riquissimo legado, que os povos de Portugal recebêrão de seus pais: tal he a preciosa legitima, que pertence a seus filhos: e que lhes devem transferir com a mesma integridade com que a recebêrão: aliàs serão usurpadores dos direitos de seus ascendentes e da herança de seus descendentes.

Por não enfastiar os leitores, não me demoro em destruir mais argumentos que podem lembrar: qualquer outro que se faça não será mais vigoroso, nem menos sofistico do que os antecedentes; porque huma proposição demonstrada, não póde deixar de ser verdadeira em quanto não se provar, que são falsos os fundamentos da demonstração.

§. 14.

Tenho bastante sentimento de me considerar agora obrigado a contrariar certas opiniões de alguns escritores, que para defenderem a soberania dos Monarcas Portuguezes avançárão asserções (a meu vêr) pouco exactas! e julgo-me nesta obrigação por estar persuadido, que entre escritores realistas não devem apparecer duvidas, ou contradicções sobre tal assumpto.

Hum dos nossos mais insignes jurisconsultos, e com elle outros authores, affirmão que D. Affonso Henriques, antes das Cortes de Lamego, já era Senhor absoluto de Portugal! Não sei por que, nem para que se avanção proposições, que podem ser combatidas com decidida vantagem! De facto D. Affonso Henriques não era Senhor absoluto de Por-

tugal, porque a maior parte deste Reino estava então dominada pelos Sarracenos: de direito menos o era; porque os Portuguezes antes das Cortes de Lamego não tinhão constituido a Monarquia absoluta: logo nem de facto, nem de direito podia ser D. Affonso Henriques Senhor absoluto de Portugal antes daquellas Cortes.

Diz se, que esse dominio absoluto Lhe viera por herança de seus pais, em consequencia de haver El-Rei de Leão dado Portugal em dote a sua filha, quando casou com o Conde D. Henrique: mas eu (admittindo este facto) pergunto: porque titulo tinha El-Rei de Leão direito de possuir Portugal, para o dar em dote a D. Thereza? pois he sabido, que só com o que fosse seu de direito poderia dotar sua filha sem nullidade na dotação: e he evidente, que a Patria dos Portuguezes não era, nem podia ser, por principio algum, propriedade de D. Affonso VI., ou de qualquer outro potentado.

Se me disserem, que este Reino pertencia de direito aos reis de Leão por descenderem do ultimo rei Godo, que o dominára; eu responderei, que os Godos dominárão Portugal por usurpação invadindo o imperio dos Romanos; e os Sarracenos tambem dominárão Portugal por usurpação tendo invadido o reinado dos Godos: logo se este dominio désse direito de possuir, tanto direito tinhão adquirido os Godos, como os Sarracenos: e logo o Portugal não podia pertencer de direito a huns desses usurpadores, com exclusão dos outros: Nem póde valer o allegar-se a favor de D. Affonso VI. o direito de conquista; porque ainda que tal direito estivesse admittido sem controversia na jurisprudencia geral das nações civilisadas, o que não está; ninguem ignora, que quando casou o Conde D. Henrique, era esse direito disputado por Mouros e Christãos, sendo huns e outros ora conquistados ora conquista-

dores: logo não se podia decidir a quaes delles pertenceria Portugal por direito de conquista.

Ainda se poderá dizer, em defeza da affirmativa em questão, que a palavra *Portugal* referida áquelles tempos, significa sómente o Condado do Porto; e não o Reino de Portugal, como hoje he: mas este galante subterfugio e quaesquer outros, que se alleguem, desfaz o heroico procedimento do mesmo D. Affonso Henriques! Este grande Principe, a quem a Nação Portugueza deve a sua existencia politica, não obstante succeder a seus pais no governo do Porto; não obstante adquirir o titulo de Rei nos Campos de Ourique; não obstante receber do Papa a investidura do Reino, tal qual então era; comtudo, Elle reconheceo, que só a sancção expressa e formal dos Portuguezes podia legitimar todos esses titulos: Elle mostrou, que antes de tal sancção não tinha direito de exercitar a soberania em Portugal: Elle sabia, que só os Tres Estados do Reino pela voz de seus Procuradores he que podião transmittir esse direito a quem quizessem: e por isso a primeira pergunta que fez nas Cortes de Lamego por boca de seu procurador Lourenço (*) Viegas, foi, se querião que D. Affonso Henriques fosse Rei? e só depois que todos respondêrão — *Queremos* — he que Elle foi coroado, e se fizerão as leis da successão da coroa, que são as Fundamentaes da Monarquia; as da Nobreza e Justiça; tendo precedido á organização de humas e de outras o expresso *Queremos* das mesmas Cortes: Logo D. Affonso Henriques patenteou ao Mundo inteiro, que para ser legitimo Rei de Portugal, para constituir a Monarquia, e para ter o direito de legislar dependia daquelle Congresso; e logo não se devè

(*) Por erro se disse na Constituição comentada — Egas Moniz.

affirmar, que D. Affonso Henriques era Senhor independente, ou absoluto de Portugal antes das Cortes de Lamego.

Outro escritor dos nossos dias tão benemerito por seus conhecimentos, quanto pela louvavel assiduidade com que combateo as doutrinas *liberaes*, nota o zelo do Doutor Velasco de imprudentissimo, por ter allegado aquelle *Queremos* dos instituidores da Monarquia em alguns argumentos, com que justificou a gloriosa acclamação do Senhor D. João IV.

Não posso comprehender como fosse imprudentissimo o zelo do Doutor Velasco! em nenhuma das proposições defendidas por aquelle eruditissimo Jurisconsulto se encontra, que o *Queremos* dos instituidores da Monarquia seja hum direito, que tenhão os povos de Portugal para quererem outra qualquer fórma de governo: antes aquelle *Queremos*, nos argumentos do Doutor Velasco, vem a ser a obrigação expressa, que os povos tem de conservar a instituição Monarquica: porque o mesmo direito de depor hum intruso, ou hum tyranno, que o Doutor Velasco attribue aos povos, não he o direito de destruir a Monarquia; pelo contrario he o direito, que os povos não podem perder de pugnar pela conservação de suas vantajosas instituições: Depor hum tyranno, ou hum intruso, não he destruir a Monarquia; he defendella, e restaurralla; como, de facto, foi para os Portuguezes naquella época de que escreveo o Doutor Velasco; e tem sido em muitas outras para diversas nações. Se os povos não tivessem esse direito, não terião direito de conservar-se constituidos em corpo de Nação, nem de se defender de seus inimigos. Eis aqui como o zelo do Doutor Velasco, em vez de ser imprudentissimo, apparece coherentissimo com a legitimidade da Monarquia!

Grande imprudencia sería dar a entender, que o Doutor Velasco defendêra alguns direitos popula-

res, que hoje se negão, ou escondem aos povos: Diz-se, que os revolucionarios se tem valido das doutrinas do Doutor Velasco para enganar os povos! As proposições defendidas por aquelle respeitavel Jurisconsulto para justificar a gloriosa acclamação do Senhor D. João IV., não são subversivas, nem forão temporarias e dirigidas a hum caso particular: não são subversivas, porque ellas forão sanccionadas pelas Cortes de 1641 e pelo dignissimo Rei, que então occupou o Solio Portuguez: e não forão temporarias, nem dirigidas a hum caso particular, porque são principios geraes da Politica das nações; os quaes não podem ser efemeros, por não ser a Politica huma sciencia variavel nos seus fins: Ella póde variar, e varía algumas vezes; mas he unicamente nos meios de que se serve para conseguir o que se propoem alcançar. Nem os seus fins, nem os principios em que ella se funda podem deixar de ser sempre os mesmos, sem os governos se tornarem verdugos dos povos. Se taes fins e taes principios não fossem constantes, muito desgraçada sería a sociedade civil.

Se os revolucionarios torcêrão alguns argumentos do Doutor Velasco, nesse caso o que se deve fazer não he motejar o Doutor Velasco; he desenganar os povos com os mesmos argumentos com que já forão e podem tornar a ser enganados: Deve-se combater a revolução com as mesmas proposições dos revolucionarios: dizem elles v. g. *Quando huma Nação se constitue de novo, he licito a qualquer parte integrante della separar-se, e não receber a nova constituição:* Mas a nação Portugueza, digo eu, não se constituio de novo; antes reagio contra a facção *liberal*, que lhe dictou huma nova constituição; logo não he licito a qualquer parte integrante da nação Portugueza separar-se della; e logo são rebeldes aquelles que tem trabalhado e trabalhão para

tal separação; e logo serão inimigos declarados da nação Portugueza aquelles que auxiliarem essa rebellião. He assim, e só assim que os verdadeiros realistas poderão chegar a destruir todas as tramas dos inimigos da legitimidade.

O terceiro escritor, que bem me peza notar por não poder eu medir a sua mui habil, com a minha rasteirissima penna, he o Author da Memoria, que se imprimio o anno passado sobre a origem, fórma, e authoridade das Cortes de Portugal. Naquelle escrito encontro duas passagens, que he preciso esclarecer para se conciliarem com a doutrina, que tenho expendido: A primeira he a paginas 9 linhas 15 onde estão estas formaes palavras — *confessamos com ingenuidade, que a fórma de que se usou nas Cortes de Lamego para o estabelecimento das Leis Civis he impropria de hum Governo Monarquico*.... A fórma de que se usou nas Cortes de Lamego para estabelecer leis, não foi, nem devia ser propria de hum governo Monarquico; porque em Portugal não havia tal governo quando aquellas Cortes se fizerão: havia hum Rei eleito, mas não havia huma Monarquia constituida: Ellas forão as Cortes constituintes da Monarquia Portugueza, a qual instituição não podia ser livre, se taes Cortes não fossem deliberativas: Essas Cortes, como constituintes, tinhão authoridade para querer, ou não querer a Monarquia absoluta; porque ellas não achárão fórma alguma de Governo constituida: as Cortes subsequentes já não tiverão authoridade para deixarem de querer a Monarquia absoluta, porque achárão esta fórma de Governo constituida. Não se fazendo a devida distincção entre as Cortes constituintes da Monarquia, e as Cortes da Monarquia constituida, será muito questionavel a authoridade das Cortes de Portugal.

E posto que o Author da Memoria pela expressa menção, que faz das leis civis, parece reconhe-

cer propria das Cortes de Lamego a fórma de que alli se usou para estabelecer as Leis Fundamentaes da Monarquia, assim mesmo, aquelle Congresso não devia deixar de ser deliberativo em quanto não se dissolvesse: Não bastava ter constituido a Monarquia; era necessario constituir tambem a marcha do Governo Monarquico; isto he, as leis civis com que os Portuguezes havião de ser governados: pois não ha preceito algum reconhecido em Jurisprudencia, para que todas as Monarquias absolutas se regulem pelas mesmas leis; e he evidente que o direito de constituir o governo das grandes sociedades era privativo dos povos associados; mas como os povos por causa da multidão não podião, nem poderão jámais exercitar esse direito, elle só podia ser legitimamente exercitado pelos procuradores dos mesmos povos: logo a convocação de Cortes constituintes, ou deliberativas pelo primeiro Rei de Portugal, era de necessidade absoluta para constituir com legitimidade o Governo da Nação; aliàs elle teria sido introduzido por arbitrio dos Monarcas Portuguezes. Por este discurso e pela circunspecção com que procedeo D. Affonso Henriques, se vê, que naquelles tempos não se ignoravão os direitos dos povos, nem delles se abusava.

A segunda passagem he a paginas 12 lin. 30 onde diz — *Quando aquelles Heróes se levantárão, e tendo as espadas desembainhadas, disserão: " Nós somos livres, nosso Rei he livre ", não só o declarárão livre de sujeição aos Reis de Leão ou a alguma outra potencia estrangeira ..... mas tambem livre de sujeição ao Congresso das Cortes*, ... Quando no Congresso de Lamego se perguntou — Quereis que El-Rei nosso Senhor vá ás Cortes d'El-Rei de Leão, ou lhe dê tributo, ou a alguma outra pessoa.... — respondêrão os Procuradores dos Tres Estados do Reino aquellas palavras — Nós somos livres; nosso

Rei he livre — logo esta resposta referio-se unica e positivamente áquella pergunta de pagar D. Affonso Henriques vassallagem a alguma potencia estrangeira: e logo não teve referencia alguma do Rei ao Congresso, nem do Congresso ao Rei. Se El-Rei por ser declarado livre, *nosso Rei he livre*, não podia ter sujeição ao Congresso das Cortes, tambem este Congresso pòr se ter declarado livre "*Nós somos livres*" não podia ter sujeição ao Rei! Tal he o apertadissimo dilema em que fica o escritor, que quizer servir-se daquellas expressões para provar a soberania dos Monarcas Portuguezes relativamente ás Cortes, ou a authoridade das Cortes de Portugal relativamente aos seus Reis.

Eis-aqui o meio seguro de conciliar as contradicções, que se encontrão nos escritores realistas; de resolver as questões ácerca da legitimidade da instituição Monarquica; de reduzir a nada os sofismas dos inimigos da ordem; he referindo todos esses argumentos áquelle unico principio de facto, do qual se derivão todas as formulas politicas usadas nas Monarquias absolutas, e se tem deduzido quaes devem ser o esplendor, as possessões, e o poder dos Reis: principio do qual não se póde tirar huma só consequencia necessaria, que não seja hum raio para os *liberaes*, e huma Egide para os amigos da ordem: principio, que servio de base fundamental a todas as instituições nacionaes: principio de convenção, ou pacto social, que foi e só elle podia ser a legitima origem da Monarquia absoluta. E que receio podem ter os sinceros realistas de fundamentar todos os seus raciocinios sobre esse facto? Porque, e para que se ha de trocar esse principio incontrastavel, que serve para demonstrar todas as verdades politicas, por principios imaginarios, que servem de confundir essas mesmas verdades?..... Se a fórma de que se usou nas Cortes de Lamego para estabe-

lecer leis, fosse propria de hum Governo Monarquico; se D. Affonso Henriques fôra Senhor absoluto de Portugal antes daquellas Cortes; então o Congresso de Lamego não teria sido deliberativo! então a Monarquia absoluta teria sido introduzida por arbitrio dos Reis de Portugal, e não constituida por deliberação espontanea dos Tres Estados do Reino! então esta fórma de Governo não teria legitimidade alguma! então D. Affonso Henriques teria sido hum Despota! fòra Rei absoluto, porque o tinha querido ser! teria exercitado a soberania, porque a tinha querido exercitar, e não porque os Portuguezes Lhe transferissem esse direito! então..... que desgraça!..... verificavão-se as declamações dos *liberaes*! tudo serião despotismos e arbitrariedades!..... Ah!... que lastimosas consequencias para a sagrada causa dos Reis e dos povos!.... que terriveis consequencias se tiravão de algumas proposições dos realistas, se fossem verdadeiras! ... He assim, que expressões pouco reflectidas produzem muitas vezes o effeito contrario daquelle que se pertendia produzir! tal he o resultado de quasi todos os principios imaginarios!! He assim, que os realistas ministrão armas a seus inimigos! E quantas terei eu tambem ministrado por minha ignorancia. Ah! como são frageis as diligencias humanas! Quanta necessidade tem os homens, e necessidade absoluta, de recorrer a hum Ente infallivel, a hum Deos, para os livrar dos incalculaveis precipicios do erro?!

§. 15.

Affirmei na Introducção deste Opusculo, que hum verdadeiro e desinteressado realista não póde deixar de ser amigo dos povos: Das doutrinas, que

tenho expendido he facil conhecer a verdade dessa proposição. Quem me adverte as minhas obrigações deseja que eu as cumpra; quem deseja que eu cumpra as minhas obrigações deseja, que eu seja benemerito e feliz; logo deseja-me bem: e logo he meu amigo: Por tanto eu tenho mostrado, que sou amigo dos povos; porque lhes tenho não só advertido mas tambem provado quaes são as suas obrigações para com a fórma dos seus legitimos governos. Porém ainda não está satisfeita a sincera amizade, que tenho aos povos! ainda quero fazer-lhes mais algumas advertencias, que não serão superfluas, se não forem desprezadas; e para elles conhecerem bem a imparcialidade deste meu empenho, devem recordar-se, que quem lhes falla não he hum Ecclesiastico, que tenha a desfructar rendosas mitras, nem pingues beneficios! hum Fidalgo, que deseje ostentar grandeza no Theatro do Mundo; hum General, que pertenda continuar no commando, ou no governo; hum Ministro, que aspire aos lugares diplomaticos; nem hum Negociante, que trate de adquirir avultados capitaes na continuação do prospero commercio: quem lhes falla sou eu; hum cidadão sem ordenados, sem soldos, sem pensões, sem tenças, sem condecorações; mais pobre e mais humilde do que os mesmos povos! Nenhuma ventura pessoal me faz amar as Monarquias absolutas; nenhum sentimento de gratidão me prende aos Monarcas; nenhum motivo particular me conduz a detestar o governo dos *liberaes*: não pertendi, nem pertendo mais do que morrer com a mesma consciencia de minhas acções com que tenho vivido: Sempre hei de amar geralmente o que he bom pelos bens que produzir; e aborrecer o que he máo pelos males que fizer.

As revoluções subversivas são tão abominaveis, que não ha governo algum estabelecido, seja de facto, seja de direito, que não castigue aquelles que

pertendem derriballo: logo os revolucionarios são delinquentes para todos os governos, ou intrusos, ou legitimos, qualquer que seja a sua fórma; e logo os mesmos revolucionarios, quando governão, castigão o seu proprio procedimento nos outros revolucionarios; isto he, reprovão a revolução: por tanto eu combatendo as revoluções subversivas, pugno pela conservação de todas as fórmas de governo; e logo não sou parcial de governo algum; sou unicamente amigo da ordem. Digo ainda mais: demonstrem os *liberaes*, que a Monarquia absoluta em Portugal não he huma instituição legitima; demonstrem que o systema constitucional he melhor fórma de governo do que ella; e demonstrem tambem, que a revolução se ha de fazer sem sacrificio das vidas, honra, e fazenda dos Portuguezes, que eu lhes protesto de ser o primeiro revolucionario! appareção as demonstrações, e se eu não cumprir a palavra, assem-me vivo! tal he a minha imparcialidade.

Eu pugno pela conservação da ordem, porque na conservação da ordem consiste a conservação dos meus semelhantes; e na conservação dos meus semelhantes está envolvida a minha propria conservação: eu sou, sem a minima dúvida, huma parte integrante dos povos; se elles forem felices, eu participarei da felicidade; se forem espoliados, eu sentirei a pobreza; se viverem tranquillos, eu gozarei da tranquillidade; e se elles se degollarem, eu estarei proximo à ser degollado. Oh! se os povos chegassem a conhecer, que este raciocinio se verifica de necessidade em cada cidadão de persi, estou certo, que todos havião de identificar-se comigo em sentimentos anti-revolucionarios. A vida he, sem controversia, o mais precioso bem do homem: ella o habilita para desfructar todos os bens da Terra; para assemelhar-se a Deos pela prática das virtudes; e para conduzir a sua alma á eterna Bemaventurança: As

revoluções subversivas attentão contra todos estes bens, porque põem em risco eminente a existencia dos homens, quer sejão agentes, quer sejão pacientes da revolução: os agentes pelo facto de a perpetrarem são réos de morte; e os pacientes, como não he possivel conformarem-se todos com a revolta, entrão em guerra civil; na qual os odios, as calumnias, as vinganças, a cobiça, o roubo, o assassinio, e até a concupiscencia correm desenfreados! O tenro infante, a timida donzella, a honesta matrona, a imprudente mocidade, a decrepita velhice, o credito, a fazenda; tudo he envolvido na subversão! tudo he sacrificado á criminosa demagogia desses malvados revolucionarios, que nutrem com as lagrimas e com o sangue das innocentes victimas! Bastaria só imaginar esta horrivel dissolução, para qualquer homem odiar taes revoluções. Ellas são abominaveis em si mesmas, qualquer que seja a fórma de governo contra que se dirigem, assim por seus calamitosos effeitos, como por seus incalculaveis resultados. Tão perigoso sería hoje, para a humanidade, introduzir, por meio de huma revolução subversiva, a Constituição dos Estados Unidos no Imperio da Russia, como estabelecer, do mesmo modo, a Monarquia absoluta nos Estados Unidos. Se os Portuguezes estivessem habituados a qualquer outra fórma de governo, que houvessem instituido; e se tratasse de introduzir agora em Portugal a Monarquia absoluta por meio de huma revolução subversiva, eu combateria essa revolução, bem como tenho combatido a de 1820; porque ella sería igualmente calamitosa. Não sei, nem posso pôr em mais luz a minha imparcialidade, ou patentear melhor a sincera amizade que tenho aos povos.

E posto que o direito de constituir o governo das grandes sociedades fosse privativo dos povos associados, conforme se disse no §. antecedente, nem por

isso elles deixão de ter obrigação de respeitar a fórma dos seus legitimos governos ; porque eu como homem tenho direitos, mas como cidadão não posso deixar de ter obrigações ; como homem tenho direito de supprir as minhas precisões ; logo posso apanhar o que necessito em qualquer parte em que isso estiver ao meu alcance ; mas como cidadão tenho obrigação de não me aproveitar do alheio contra vontade de seu dono ; logo sendo cidadão não devo apanhar o que necessito em qualquer parte em que isso estiver ao meu alcance : eu como homem tenho direito de viver á minha vontade ; mas sendo cidadão tenho obrigação de viver conforme as leis : Portanto eu sendo cidadão tenho obrigações, que imperão sobre os meus direitos como homem ; tu sendo cidadão tens obrigações, que imperão sobre os teus direitos como homem ; elle sendo cidadão tem obrigações , que imperão sobre os seus direitos como homem ; logo nós sendo cidadãos temos obrigações, que imperão sobre os nossos direitos como homens : e logo o direito , que os povos tinhão para constituir-se como quizessem na formação das grandes sociedades, ficou subordinado ás obrigações de cidadãos em que se constituírão : E porque huma destas obrigações he viver conforme as leis ; e todas as leis Divinas e humanas mandão respeitar os governos legitimamente constituidos ; segue-se que os povos tem obrigação de respeitar a fórma dos seus legitimos governos.

Tal he o principio geral de que se derivão todas as penas e castigos civis : Tu não cumpres as tuas obrigações como cidadão, não gozas os teus direitos como homem ; porque as tuas obrigações imperão sobre os teus direitos : mataste , feriste , roubaste , és privado da tua fazenda , da tua liberdade , e até da tua vida ; isto he , não gozas os teus direitos como homem , porque não cumpres as tuas

obrigações como cidadão: E porque esta doutrina he exactissima para cada hum dos homens associados em particular, e para todos em geral, vê-se com a luz da evidencia, que os *liberaes* quando dizem aos povos, que tem direito de se constituir como melhor lhes convier, ou (o que vem a ser a mesma cousa) de mudar a fórma dos seus legitimos governos, dizem exactissimamente, que os povos tem direito de não cumprir as suas obrigações! logo dizem, que os povos tem direito de não gozarem os seus direitos!! póde haver maior desatino! maior paradoxo! maior absurdo! podem haver mais astuciosos inimigos dos povos! seduzindo estes para faltarem ás suas obrigações; e por consequencia para se privarem de gozar os seus direitos! ainda haverá povos que não abominem os *liberaes*?! estes indignos lisonjeando as depravadas inclinações do homem não augmentão a depravação?! Não são agentes da propria maldade?!

Se a proposição dos *liberaes* fosse verdadeira, isto he, se os povos tivessem direito de constituir-se como melhor lhes conviesse, esse direito sería commum a todos os povos, e não privativo desta, ou daquella geração; logo tanto direito tinhamos nós para destruir o governo constituido por nossos ascendentes, como terião os nossos descendentes para destruir o governo que ficasse constituido por nós! Se nós não temos obrigação de respeitar as instituições de nossos pais, tambem nossos filhos não tem obrigação de respeitar as nossas! e mesmo sem passar de huma a outra geração, quaesquer povos terião direito para constituir todos os annos, ou todos os mezes, ou todos os dias aquella fórma de governo que melhor lhes conviesse!!! isto he, terião os povos direito para nunca ter hum governo seguro!!! que desordem! Mas esta mesma desordem convém aos *liberaes*; porque della tirão partido; e para o tirarem he que são declarados inimigos da ordem.

Combinem bem os povos as consequencias das doutrinas realistas com as consequencias das doutrinas liberaes, e não terão a minima duvida em reconhecer quaes dellas lhes convém abraçar: algumas proposições dos *liberaes* deslumbrão, he verdade, no momento da preoccupação; e eu mesmo fui deslumbrado com ellas! mas em o entendimento as analysando, despreza-as, porque são enormissimos e astuciosos erros: e o erro não he filho legitimo da razão; he filho espurio; he concebido pelo desvario: e por isso ella o abandona quando está na sua tranquillidade natural. He pois agora, em quanto a loucura das constituições liberaes perturba pouco, ou nada a imaginação dos povos, que elles devem familiarizar-se com os terriveis resultados dessas doutrinas, para não serem facilmente deslumbrados com ellas.

Eu não digo, nem posso provar, que a Monarquia absoluta seja a melhor fórma de governo possivel; antes affirmo, que nesta, bem como em todas as outras fórmas de governo, ha abusos; e o mesmo confessão os *liberaes* no Manifesto do Grande Oriente Luzitano por estas formaes palavras — *abusos sempre os ha de haver* — nem he possivel deixar de ser assim: porque os governantes não são Anjos, são homens tão frageis como os governados: Pois se he impossivel evitar os abusos dos governos, para que se hão de fazer as revoluções subversivas? Se os povos sempre hão de soffrer abusos, vejão quaes abusos lhes convém mais soffrer; se os abusos introduzidos pelo tempo nos seus legitimos governos, se os abusos introduzidos pelo desordenado governo dos *liberaes*? Ou os povos hão de precipitar-se nas incalculaveis consequencias das revoluções subversivas para ficarem soffrendo os abusos do intruso governo dos *liberaes*, ou hão de livrar-se dessas espantosas calamidades para continuarem a soffrer os abusos

dos seus legitimos governos: entre estes dois extremos não ha meio algum a seguir; e a escolha só para loucos póde ser duvidosa. Os inimigos da ordem não fazem as revoluções subversivas para evitar abusos, nem para ficarem sendo governados, e possuindo o mesmo que tinhão antes de as fazer: Elles suscitão as revoluções subversivas para passarem a ser governantes, e adquirirem mais do que possuião: Isto não são invectivas minhas, são verdades demonstradas pela experiencia de todas as revoluções modernas. Vejão bem os povos qual he a sua cegueira! qual a sua loucura em se revoltarem contra os seus legitimos governos! sacrificão toda a sua ventura, e até a de seus proprios filhos para ficarem governados por huma facção malvada, que os mesmos povos com tanta razão abominão!.... expoem a sua vida para se sujeitarem a soffrer abusos de homens tão indignos, que nenhum cidadão honrado os quer para seus companheiros!.... Ai! que desgraçadissima fatalidade!... Quando os povos por meio de revoltas querem corrigir abusos, o que fazem he introduzir muitos mais e peores abusos do que aquelles que pertendem destruir: porque principião abusando de todas as suas obrigações, e por consequencia privando-se de gozar todos os seus direitos!

He geralmente sabido, que homem algum deve desacreditar outro por ter sido desacreditado; ou roubar por ter sido roubado; ou violentar por ter soffrido violencias; os povos conhecem muito bem esta doutrina; e tanto a conhecem, que a cumprem: Quando qualquer funccionario publico lhes faz injustiças, os povos não vão depollo, e tirar lhe a jurisdicção; porque respeitão as authoridades constituidas, e sabem que he delicto attentar contra ellas; e quando os *liberaes* declamão do máo governo de hum Rei, hão de os povos rebellar-se contra a

maior e mais respeitavel de todas as authoridades constituídas!... contra o seu Monarca!... Ai! que desgraçadissima fatalidade! Não se atrevem os povos a depor hum qualquer Ministro, porque não querem ser delinquentes, e hão de atrever-se a esbulhar hum Rei da sua authoridade!... hão de atrever-se a commetter o maior de todos os delictos, o de attentar contra a propria Nação que constituírão e personificárão nos seus Monarcas!!! Oh! cegueira! a mais fatal de todas as cegueiras! Só por astucia do espirito rebelde, he que a lingoa dos *liberaes* póde ser tão seductora, que chegue a conduzir os povos a esse tremendo precipicio!

Ainda mesmo que hum legitimo Soberano governasse ás vezes mal os seus Estados, nem por isso devião os povos alçar a mão para corrigir os abusos do seu Monarca. Hum Rei não deixa de ser homem; deve-se logo relevar ao Rei as fragilidades de homem, e respeitar nesse homem os sagrados attributos de Rei. Deos permittio que os povos se constituissem em corpo de Nação; a Nação está representada no Rei; logo no Rei está representada a permissão de Deos. E hão de os povos ter a iniquidade de se atreverem a tocar o simulacro da permissão Divina? !!... O castigo dos Reis está por conta de Deos: porque Elles são os ungidos do Senhor. Ai! dos povos que se anteciparem a Deos em castigar os Reis! Ai! de todos os miseraveis que pertenderem ser mais justos do que a justiça Divina!... elles receberão o bem merecido castigo de seus sacrilegos attentados. Admittindo até que hum Rei seja na verdade máo (o que não he impossivel) os povos não devem por esse motivo ser rebeldes: por terem hum Rei máo não hão de os povos tambem ser máos: o mal não deve imitar-se. Soffrão os povos com paciencia esse máo Rei, que Deos, porque não póde deixar de premiar a vir-

tude, premiará a paciencia dos povos. Quanta consolação terião os povos em proceder melhor do que o seu Soberano? Quanta felicidade em apparecer diante de Deos mais benemeritos do que elle? Quanto melhor lhes fôra receber o premio de suas virtudes, do que soffrer o castigo de seus crimes? Ah! quão venturosos, quão respeitaveis serião os Portuguezes, se assim como pela sua fidelidade adquirírão os seus Reis o titulo de Fidelissimos, tambem da justiça de seus procedimentos podessem tomar os seus Monarcas o titulo de Justissimos! Eu de mim fallo; desejo e peço a Deos, que os Portuguezes nunca soffrão hum máo Rei; mas sempre terei muito pezar de não poder ser mais caritativo, mais clemente, mais piedoso, mais beneficente do que o melhor dos Reis! Não sei que haja, ou possa haver gloria superior á do homem morigerado, que no foro da sua consciencia se reconhecer mais justo do que os melhores Monarcas da Terra.

Visto, pois, não haver hum só principio de razão, ou de justiça, pelo qual se possão desculpar as revoluções subversivas; segue-se que taes revoluções não podem deixar de ser criminosas diante da justiça, e da razão: E como estes attributos *razão*, *e justiça*, sempre forão e hão de ser amados pelo commum dos homens, segue-se tambem, que para o commum dos homens, sempre os revolucionarios hão de ser abominaveis: sempre ha de haver milhares e milhões de homens, que se levantem com as armas na mão contra os inimigos da ordem: não por amor dos Monarcas, mas sim por amor das instituições nacionaes: por amor de cumprirem as suas obrigações como cidadãos: por amor de poderem gozar os seus direitos como homens: por amor da sua propria conservação: por amor de tudo quanto he apreciavel na vida. Se depois de tantas e tão clarissimas verdades, quantas ficão expendidas, ain-

da houver povos, que tornem a fazer-se corréos dos revolucionarios, seguindo as revoluções subversivas, não será por ignorarem o mal que fazem, e as calamidades que chamão sobre si mesmos; será sim por huma inexplicavel fatalidade! será porque Deos assim o permitta, ou para corrigir a obstinada depravação dos homens, servindo-lhes seus proprios crimes de tremendo castigo; ou para confundir os incredulos, patenteando mais huma vez por meios estrondosos, que só Elle he o Senhor dos exercitos, das victorias, e dos imperios; que existe, e que he Omnipotente.

§. 16.

Nem só os povos tem obrigações a cumprir relativamente aos Reis; tambem os Reis tem obrigações a cumprir relativamente aos povos: fallarei destas com a mesma imparcialidade com que tenho fallado daquellas; não porque os Monarcas ignorem os seus deveres, mas sim para se conhecer bem qual he a critica e lamentavel situáção dos Reis, principalmente depois que os inimigos da ordem chegárão a influir nos governos.

Quando os povos instituírão e constituírão as monarquias absolutas, foi, sem dúvida alguma, para encarregar os Monarcas do bom regime dos mesmos povos; logo o primeiro dever de hum Soberano he trabalhar pela conservação e prosperidade de seus vassallos. Pára conseguir este duplicado fim necessitão os Principes estabelecer o Conselho, Forças, e Reputação, que vem a ser as tres bases fundamentaes da grande arte de governar os Estados.

O Conselho he hum congresso de homens respeitaveis, que os Reis costumão ouvir e consultar em todos os negocios arduos; e deve compor-se de

pessoas de conhecida probidade, talentos, experiencia, e saber: as Forças são o Exercito e Armada; e devem proporcionar-se á população, rendas, e topografia do paiz; a Reputação he o conceito, que os vassallos e os estranhos formão do Principe; a qual sempre se deriva da escolha dos conselheiros, do uso das Forças, e particularmente da administração da Justiça e Fazenda.

Por este resumidissimo esboço politico se vê quão difficultosa cousa he desempenhar as obrigações de Monarca! a respeito do Conselho, como ha de hum Rei conhecer as qualidades pessoaes dos homens, que pertende eleger para seus conselheiros, senão por informações? e como será possivel que essas informações não enganem? se o Rei ouvir os amigos daquelles que pertende eleger, ouvirá elogios; se ouvir os inimigos, ouvirá vituperios e calumnias: e como ha de o Rei distinguir se quem o informa he amigo, ou inimigo do pertendido conselheiro? como poderá o Rei deixar de ser enganado? !... Em quanto ás Forças, por muito bem combinadas, que ellas sejão com as circunstancias do Estado, como ha de o Rei impedir que hum Principe ambicioso, ou hum povo turbulento lhe faça guerra? como ha de o Rei defender seus vassallos, senão rebatendo força com força? e como ha de sustentar essa luta senão esgotando os cofres nacionaes, ou augmentando os impostos, ou empenhando o Estado? Eis-aqui algumas incertezas e vicissitudes de que hum Rei não póde livrar-se, e das quaes está dependente a sua Reputação! Além disto he evidente, que as attribuições de Monarca não multiplicão, nem mudão as faculdades de homem; logo hum Rei por subir ao throno não adquire agilidade, intelligencia, e vistas sobrenaturaes: e logo não póde immediatamente vêr, nem conhecer as diversas precisões de todos os povos, nem providenciar os

meios de occorrer a ellas: e logo está em necessidade absoluta de encarregar alguns cidadãos dos differentes ramos de pública administração, em cada huma das provincias do Estado: Eis-aqui por outra parte a Reputação do Monarca dependente de procedimentos alheios! Eis-aqui huma desgraça lamentavel para os Reis! não poderem deixar de cometter a seus vassallos o desempenho de huma porção dos Reaes deveres! desgraça inevitavel, da qual provém a maior parte das infelicidades dos povos.

Se todos aquelles de quem os Reis confião a direcção dos differentes negocios do Estado fossem homens virtuosos, quero dizer, homens, que sacrificassem os seus interesses pessoaes ao desempenho das suas obrigações, venturosos serião os Reis, e ainda mais venturosos serião os povos: mas parece, que para o homem nunca perder de vista os effeitos da sua corrupção original, succede o contrario!! Os grandes funccionarios públicos, com poucas excepções, tratão de tirar tanto partido (quando não he mais) das circunstancias em que se achão, como de satisfazer os deveres dos seus encargos! daqui vem a dilapidação; o soborno; o patronato; as injustiças e as violencias, que muitos homens soffrem, e das quaes se queixão ás vezes em vão! porque alguns daquelles que podem e devem fallar dessas queixas com verdade aos ouvidos do Monarca, são interessados em as esconder, ou em desculpar a causa dellas; já porque as injustiças forão feitas para patrocinar os seus afilhados; já porque forão commettidas por seus parentes, e amigos; já por qualquer outra causa das muitas, que não se ignorão. Taes são algumas das infelicidades, que sempre succedêrão, e hão de succeder nos governos; porque os homens sempre forão e hão de ser corruptos, em quanto Deos, por Sua infinita Misericordia, não purificar os filhos de Adão.

Nos tempos em que não havia huma facção perversa, empenhada em desacreditar e derribar as Monarquias, não erão essas infelicidades aggravadas por sinistras declamações, nem attribuidas aos Monarcas; erão advertidas por homens imparciaes, que declaravão e conhecião a sua inevitavel e verdadeira origem, a corrupção da humanidade! Aquelles, que comettião as injustiças era unicamente para satisfazer seus particulares interesses, e não por espirito de partido, nem para o premeditado fim de transtornar a ordem estabelecida no Estado: cada hum delles não trabalhava por adquirir sectarios a seus injustos procedimentos: antes fazia diligencia por esconder as suas faltas aos olhos de outros que tambem as comettião: de modo que essas faltas vinhão a ser defeitos individuaes, que nunca produzião effeito notavel na sociedade; e dos quaes a razão e a moral sempre se compadecem e devem compadecer: Por isso os povos toleravão sem exasperar as irregularidades politicas, em quanto os Reis, sempre sollicitos ao bem commum, removião mais tárde ou mais cedo os obstaculos que se oppunhão á prosperidade pública. Assim se consolidárão pouco a pouco os interesses e commodidades dos povos, e se fizerão formidaveis as nações.

Porém depois que a facção liberal tomou tão formidavel vulto, que já não he dado aos homens destruilla sem determinado auxilio da Providencia, todos os defeitos dos funccionarios públicos, todas as calamidades politicas (*) são exacerbadas pelas invectivas dos facciosos, que as inculcão como necessaria consequencia da supposta impericia dos Monarcas! Ah! quanto he critica aos olhos do filosofo,

---

(*) Chamo calamidades politicas ás imperfeições e alternativas a que estão sujeitos os governos.

quanto he lamentavel a situação actual dos Reis! Já não he hum ou outro Ministro venal; já não he este ou aquelle Conselheiro corrupto; já não he algum Militar pusillanime, que os Reis precisão corrigir: he a facção Maçonica, que dilatada desde os pés do Throno até á mais pequena povoação, trabalha por confundir tudo!... tudo subverter! he huma associação d'innumeraveis malvados, que introduzidos, para flagello dos povos e dos Reis, em todas as repartições do Estado, combinão os seus procedimentos de maneira, que cheguem a conseguir hum mesmo fim; o de fazer odiar as monarquias absolutas.

Diante dos Soberanos aconselhando a suppressão dos primitivos congressos, como o meio mais prudente de diminuir a influencia do Clero nos negocios do Estado; e no público dizendo que o desprezo das antigas instituições he hum insupportavel despotismo dos Reis!!! Lá propondo a multiplicidade das mercês como prova da Real Munificencia; cá inculcando a Munificencia dos Reis como desperdicio das rendas públicas!!! Lá implorando perdões para todos os crimes, e fallando da Clemencia como distinctivo de grandes Principes; cá dizendo que a Clemencia dos Reis he huma decidida injustiça, e concorre para augmentar o numero dos criminósos!!! Na presença dos Soberanos declamando da fidelidade e subordinação do Soldado; entre as fileiras seduzindo o Soldado para sublevar-se contra os legitimos Soberanos!!! Lá inculcando-se como os mais puros realistas; cá unidos a seus irmãos *liberaes* trabalhando para desacreditar os Reis!!! Nos lugares de Justiça e Fazenda interessando em transacções clandestinas com as rendas do Estado, e cedendo a injustas recommendações; no público murmurando do patronato, do desperdicio, e dilapidação das rendas nacionaes!!! Lá propondo os facciosos para os

empregos e empenhando-se por elles; cá lastimando o abandono dos homens benemeritos, e o máo caracter dos empregados!!! Ah! que diabolica intriga! .... que menos poderia fazer o implacavel inimigo dos homens? ou que mais poderião fazer os inimigos da Ordem para indispor os Reis com os povos, e os povos com os Reis?! Que homem ha, que não lamente a perigosissima posição dos Monarcas, que tem a desgraça de vêr propagada nos seus Estados essa facção perversa?! Que homem ha, que não verta lagrimas sobre os alcantilados precipicios, que cercão hum Rei sujeito a ser enganado por aquelles mesmos de quem se confia!!! Calumniado pelos indignos que o enganão!!! Ouvindo os conselhos de seus amigos e de seus inimigos sem poder distinguir huns de outros, porque os Maçons não tem marca!!! Enchendo de beneficios a muitos, que trabalhão para o despojar da soberania!!! Constituindo em authoridade alguns que se valem dessa mesma authoridade para o atraiçoar!!! Não podendo deixar de ser illudido na execução de suas mais justas deliberações!!! E sabendo até, que todas as suas acções por muito innocentes que sejão, vem a ser envenenadas pelos espiões que o vigião!!! Ah! quanto he critica e lamentavel a situação actual dos Reis! Quão pouco pensárão aquelles escritores realistas, que na defeza das Monarquias absolutas affirmárão que *hum Rei nada tem a desejar*.

Ainda que os Reis não tivessem hoje o louvavel desejo de extirpar o foco das constituições liberaes, essa peste politica, que tanto tem destruido e trabalha ainda por destruir a força moral das monarquias; ainda que não se achassem todos na dura necessidade de estar á lerta contra os inimigos da ordem, e por consequencia entregues aos justos desejos de conservar a paz interior e exterior de seus Estados, bastaria o conhecimento de suas imperio-

sas obrigações para os agitar com insaciaveis desejos! Qual será o Rei, que não deseje cumprir essas difficeis obrigações, para não tremer algum dia perante o Rei dos reis pelo máo uso que houver feito do poder que a Providencia lhe confiára?! Qual será o Rei, que não deseje vêr no Conselho os homens mais conspicuos do Estado? as Forças dirigidas pelos mais fiéis, prudentes, e valorosos militares? a Justiça administrada pelos mais eruditos e rectos ministros? a Fazenda manejada pelos mais peritos e desinteressados financeiros? He impossivel, que hum Rei não tenha estes desejos; porque he impossivel que não deseje ter boa reputação: e não poderá ter boa reputação, se não fôr assiduo no cumprimento dos Reaes deveres. Tão intima, tão ligada he a ventura dos Reis com a prosperidade dos povos, que não póde hum Soberano diligenciar a sua boa reputação, sem trabalhar para o bem commum de seus vassallos; nem póde conseguir o bem commum de seus vassallos, sem alcançar para si boa reputação.

E mesmo quando não seja pelo seu proprio interesse, que os Reis sintão esses desejos, poderá haver algum Rei, que não deseje ser mais virtuoso e sabio do que os mais sabios e virtuosos de seus vassallos? Haverá Rei algum, que não deseje ser mais rico do que he para poder remediar todas as precisões dos povos que governa? Haverá Rei algum, que não deseje remunerar os benemeritos, corrigir os perversos, e ouvir sempre a verdade para nunca ser enganado? Que homem digno deste nome, quero dizer, qual ente racional deixaria de sentir taes desejos sendo Rei? .... Desejos esses, que se tornão outros tantos tyrannos do socego do Principe pela invencivel difficuldade de os satisfazer! porque a inquietação do animo augmenta á proporção que se difficulta a satisfação dos desejos.

Tanto he certo, que não podem os Reis deixar de ter muito e muito a desejar, mesmo não estando rodeados de astuciosos inimigos.

He tão lamentavel a situação dos Monarcas, que Alexandre se affligia porque a Asia não era maior para dilatar por ella mais suas conquistas! e Salomão, o mais venturoso de todos os Reis, confessou que todas as suas obras lhe causavão aflicção!!! Ah! que pasmoso contraste! Hum Rei na flor da idade; agradavel em sua figura; mais sabio do que os mais doutos de seus vassallos; recebendo cada dia no seu Palacio viveres, que podião alimentar mais de quarenta mil pessoas; vendo a sua copa cheia de ouro, e mobilada do mesmo metal a sua casa no monte Libano; gastando mais de quatro mil seiscentos e sessenta milhões de cruzados em edificar o Templo, sem por isso exaurir os seus thesouros; vendo o seu imperio em profunda paz; sem o cuidado de legislar para os seus povos; estimado e admirado por todos os Reis da Terra; applicando o seu grande espirito a satisfazer todos os desejos do seu coração; vivendo em hum oceano de prazeres, e sem obstaculo algum para os gozar; pois que a despeito da mesma lei de Israel augmentou muito o número de suas mulheres; Salomão, nesta posição a mais encantadora que póde imaginar-se, publíca o seu descontentamento! lastima-se! e confessa, que todas as suas obras lhe affligem o coração!!! Ah! quanto he critica e lamentavel a cruel situação dos Reis!!! E quantas lições importantissimas offerece o exemplo de Salomão! Elle ensina aos povos, que a situação dos Monarcas, por muito brilhante que pareça, he sempre afflictiva, e nunca para invejar: admoesta os Reis, que só pela justiça de seus procedimentos, e não pela ostentação de sua grandeza, he que podem chegar a ser venturosos: e mostra aos homens, que todos os bens deste mundo,

inclusa a mesma sabedoria, não podem constituir a sua verdadeira felicidade.

He de presumir, que os inimigos da ordem para fazer duvidosa a doutrina precedente, apontem o exemplo de Cesar, que antes queria ser o primeiro em huma aldea, do que o segundo em Roma: e perguntem por que motivo não se livrão os Reis desses crueis padecimentos abdicando as coroas; ou por que pugnão por soffrer tantas afflicções, quando os *liberaes* pertendem alliviallos do enormissimo pezo do governo absoluto, e até de qualquer responsabilidade?

Se eu não soubesse quão tenazes são os revolucionarios em trabalhar para ir aos seus fins, e quão facil he confundir o entendimento da maior parte dos homens, não me demoraria em responder a esse futilissimo reparo. Hum Rei faz muitas diligencias por conservar-se na sua lamentavel situação, porque está obrigado a proceder assim! Como representante da Nação, Elle deve pugnar pela conservação das instituições nacionaes: como encarregado da conservação e prosperidade dos povos, Elle deve oppor-se a que homens immoraes e perversos, ou quaesquer outros, se introduzão a desempenhar esse delicadissimo encargo: e como Rei, deve ser exemplar em constancia, em paciencia, e em soffrimentos; porque os povos aprendem muito do exemplo de seus Reis; e os homens sempre tem muito a soffrer. Não he logo por conservar-se no throno, que hum Rei se oppõe ás tentativas dos revolucionarios; he sim porque respeita os seus deveres; he por querer cumprir as suas imperiosas obrigações; he por evitar a subversão da ordem; he por impedir que a honra, vida, e fazenda de seus vassallos sejão envolvidas em destruidora anarquia: A sua mesma gloria obriga hum Rei a ser para os povos, qual terno e carinhoso pai, que não hesita em sacrificar-se pela felicidade

de seus filhos! e nisto são muito mais infelices os Reis do que os outros homens! estes fazem consistir a sua gloria em diversos prazeres e acções; mas hum Rei não póde ter outra gloria senão a de ser bom; e a bondade de hum Rei só na utilidade pública he que póde apparecer: Ah! quanto he lamentavel a critica situação dos Reis! só das fadigas, dos padecimentos, e dos sacrificios que fizerem e soffrerem pela conservação e prosperidade dos povos, he que póde resultar a sua verdadeira gloria! Gloria amargurada! e só com amarguras conseguida!

Se os Reis não abdicão as coroas, não he porque ellas deixem de ter muitos e penetrantes espinhos: he sim porque bem poucos o podem fazer sem faltar ás suas obrigações. Quando os Reis conhecem, que seus legitimos successores estão aptos e são mais vigorosos para o desempenho dos Reaes deveres, podem sem risco abdicar a coroa, e alguns o tem feito por esse louvavel motivo; mas ainda não se vio, nem jámais se ha de vêr, que os Monarcas abdiquem as coroas para estas recahirem na indigna cabeça de criminosos usurpadores, que não reconhecem outras obrigações mais do que satisfazer suas depravadas paixões. Nunca os Reis tal fizerão, nem hão de fazer; porque se comettessem essa falta, bem longe de alliviar os seus padecimentos, augmentarião muito e muito suas acerbas afflicções! A consciencia os accusaria a cada momento de terem concorrido para a desolação dos Estados e oppressão dos povos! os seus remorsos os atormentarião de dia e de noite por terem multiplicado as calamidades públicas! em toda a parte ouvirião dizer a seus fiéis vassallos: Ai! como somos infelices por ter confiado o nosso destino de Reis fracos, sem paciencia para desempenhar seus imprescritiveis deveres! sem constancia para soffrer suas inevitaveis fadigas! e sem valor para nos defender de nossos implacaveis

inimigos! Que mal fizemos aos Reis, para Elles nos abandonarem a tantas desgraças, e consentirem na subversão de nossas salutiferas instituições?! He assim que Elles cumprem o juramento de manter nossos foros e privilegios? Tambem os Reis são perjuros?!... Ah! não: os povos nunca formarão taes queixas; porque os Reis nunca os hão de entregar aos revolucionarios; ainda que os *liberaes* fação para isso muitas e mui diversas diligencias. Poderá hum Rei andar errante; poderá viver em ferros; poderá morrer ás mãos de seus inimigos; mas não atraiçoará jámais os seus deveres. Os Reis não são depravados, nem perversos: são heróes verdadeiros: não se affadigão, nem sacrificão por alguma recompensa; porque homem algum os póde recompensar: sacrificão-se e affadigão-se pela conservação e prosperidade dos povos. Os Reis não se privão do descanço para dar mais lustre á sua grandeza; porque esse he sempre o mesmo: e só poderá ser maior pelas grandes acções que fizerem, ou adversidades que soffrerem sem deixarem de ser Reis; privão-se do descanço para não augmentar os soffrimentos dos povos. Esta he a prova de virtude heroica: e a esses heroicos esforços os conduz a sua lamentavel situação: ella os obriga a sacrificar os prazeres, o socego, e até muitas vezes as horas do necessario alimento, aos negocios do Estado, isto he, ao bem commum de seus vassallos. Situação assás lamentavel por estar na razão inversa da situação geral dos homens! estes affadigão-se para diminuir os seus cuidados e afflicções; mas os Reis affadigão-se, e tem obrigação de affadigar-se para multiplicar as suas afflicções e cuidados! porque quanto mais tempo governão, mais providencias necessitão estabelecer e combinar. Taes são os justos, e nunca bem louvados motivos, porque os Reis não abdicão as coroas, nem consentem que os *liberaes* se introduzão a go-

vernar os Estados: he porque não o podem fazer sem faltar ás suas obrigações; sem deixar de ser amigos dos povos; sem bandear-se com os inimigos da ordem; n'uma palavra, não o podem fazer em quanto forem dignos de ser Reis.

O dito, e procedimento de Cesar, de modo algum provão, que a situação dos Reis não seja muito lamentavel: Cesar não conhecia as obrigações de hum Rei constituido em soberania: e ainda que as conhecesse, não era para cumprillas, que elle ambicionava ser o primeiro em Roma: Hum homem, que não cumprio as suas obrigações sendo cidadão, nem sendo general, menos as havia de cumprir sendo Rei: tal homem quanto mais independente fosse, menos respeitaria os seus deveres. Cesar desobedeceo ao Senado: deo aos exercitos o terrivel exemplo de rebellião: tyranizou a liberdade dos Romanos: e opprimio a sua patria; tudo para saciar o ardentissimo desejo de não ter, nem reconhecer superior algum! com a espada na mão se collocou na soberania: foi hum feliz traidor, e hum tyranno desgraçado: Aquelles que tiverem os sentimentos deste célebre usurpador; os que não respeitarem as obrigações de cidadãos; os que não quizerem reconhecer superioridade alguma; podem bem como elle invejar a situação dos Reis: podem diligenciar ser os primeiros nos seus paizes: mas tambem podem esperar o mesmo fim de Cesar.

Os homens sesudos conhecem, que os Monarcas são huns martyres de seus deveres; porque jámais os desempenhão, por muito bem que os cumprão! e por isso não invejão a lamentavel situação dos Reis: esses homens sabem que os Reis tem hum severo superior, que he a constituição, ou Lei Fundamental das monarquias: superior de que os Monarcas são, não só submissos vassallos, mas tambem obedientes escravos: superior, que Lhes pro-

hibe a ociosidade; que Lhes adverte as obrigações; que Lhes censura as faltas; que Lhes patentea os erros; e que até os póde castigar rigorosamente privando-os de boa reputação!.... Superior, que os governa com imperio; e ao qual não podem desobecer sem serem punidos com a infamia!..... Superior, que os ha de accusar perante hum Juiz rectissimo, e de justiça inflexivel; a quem hão de responder pela mais pequena de suas omissões no governo do Estado. Se os depravados *liberaes* respeitassem este vigoroso e tremendo jugo, não invejarião a sorte dos Reis.

E não julguem os povos, que os Monarcas fazem pouco caso dos seus deveres, como dizem os inimigos da ordem! se os Reis não procedessem como devem, não chegarião os povos ao auge de civilisação e prosperidade a que tem chegado nas Monarquias absolutas: estado florecente a que jámais chegárão em alguma das republicas que tem existido na Terra. Não sou eu, he a historia quem affirma esta verdade: ella apresenta os antigos povos da Grecia, da Italia, da Germania, das Gallias, e das Hespanhas sempre armados de espada e lança; invadindo-se; espoliando-se; e submettendo-se alternativamente huns a outros; sem industria, nem artes, nem sciencias; e assim devia ser, porque estas não podem progredir sem reiteradas e transmittidas experiencias: o que não se póde fazer em paizes agitados successivamente de guerras e facções (como erão de facto as antigas republicas) onde todos os estabelecimentos padecem; e os homens que se applicão, humas vezes são perturbados pelo estrondo das armas; outras desviados da sua applicação, para com seus talentos soccorrer as desditas da patria; outras destruidos com suas preciosas producções pela brutal cobiça dos invasores; e outras sacrificados á inveja e calumnia da facção dominante!

Nem se diga, que esse inculto e turbulento estado em que os povos então vivião, era proprio dessas idades; porque nesse mesmo tempo estavão mui prosperas as Monarquias da Asia! e chegárão alli as artes a hum gráo de perfeição, que ainda hoje se admira, e não se póde igualar! Factos estes, que mostrão, sem a minima duvida, quanto mais util e proveitoso he para os povos o governo Monarquico, do que o Democratico.

§. 17.

De tudo quanto fica dito vê-se, que não obstante existir entre os povos e os Reis a facção revolucionaria ou *liberal*, trabalhando continuadamente, como está provado com repetidos factos, para subverter as instituições monarquicas, comtudo, a legitimidade das Monarquias não póde ser subvertida, se os povos e os Reis cumprirem as suas obrigações: Os povos em não desobedecendo ás authoridades legitimamente constituidas, nem fazendo aos seus semelhantes o que não quizerem que os seus semelhantes lhes fação, tem cumprido todas as obrigações de homens associados em que se constituírão; e por consequencia livrar-se-hão de soffrer as incalculaveis calamidades, que se seguem das revoções subversivas; porque os *liberaes* não achando apoio nos povos para as effeituar, não poderão realizallas. Mas os Reis não são tão felices! os Reis além dos muitos e complicadissimos deveres, que tem a cumprir segundo as regras ordinarias da Politica, ha hoje para elles huma difficultosissima empreza, da execução da qual está dependente o desempenho de todas as suas obrigações.

Vio-se no §. antecedente, que o primeiro de-

ver dos Soberanos he cuidar na conservação e prosperidade de seus vassallos; mas he evidente, que as revoluções subversivas se oppoem a essa prosperidade e conservação; e ninguem ignora, que a facção *liberal* he o agente de taes revoluções; logo os Reis necessitão destruir a facção *liberal* para poderem desempenhar as suas obrigações. Tal he a difficultosissima empreza, que os Reis precisão hoje executar!

Os Monarcas sabem muito bem, que em quanto existir a facção revolucionaria, não deixará de minar os alicerces das monarquias: conhecem, que hum anno de revolução basta para destruir seculos de acertadas providencias: e não ignorão, que de nada serviria anniquilar os trabalhos dos facciosos em qualquer Estado, se elles podessem continuar em outro: por tanto reconhecem a necessidade em que estão de extirpar essa facção perversa; e que todas as precauções para o conseguir devem principiar por huma intima e sincera união. Foi a mal entendida desunião dos Gabinetes da Europa, que no seculo passado deo aos revolucionarios hum valhacouto na America do Norte! e hoje a voz do Presidente dos Estados Unidos ameaça a legitimidade dos governos, *(m)* e adverte os homens d'Estado, que consentirem na desmembração de qualquer monarquia, he o mesmo, que affiarem a espada com que hão de ser desmembradas todas as outras! As Americas Hespanholas estão offerecendo hum segundo e perigosissimo exemplo desta verdade; e o Brasil, permanecendo como está, ou ha de perturbar a paz da Europa, ou ha de introduzir nesta parte do Mundo as constituições liberaes.

Todos sabem, que o Senhor D. Pedro d'Alcantara he o legitimo successor da coroa Portugueza, e que S. A. R. está governando o Brasil com huma constituição facciosa, que se diz *duplicadamente li-*

beral: se faltar o Senhor D. João VI. antes de mudarem as actuaes circunstancias, ou Portugal ha de abraçar aquella constituição, ou ha de pugnar pela Monarquia pura: porque ser o Reino Unido governado por diversas e oppostas fórmas de governo, he huma anomalia monstruosa, que não póde permanecer sem produzir notaveis divisões no Estado: Se os Portuguezes pugnarem pela conservação de suas instituições, envolvida será necessariamente a Europa nessa luta; e se a constituição do Brasil fôr introduzida em Portugal, aberta fica huma porta para subverter a legitimidade das monarquias: e quem sabe quantos governos entrárão por ella?.... Quem he que póde hoje, por extensa que seja a sua perspicacia, prever as variadas consequencias dessa crise politica? Os *liberaes* bem se póde affirmar que esperão tirar partido della. Não será mais util e proveitoso aos governos da Europa interessarem-se agora pela integridade das monarquias Hespanhola e Portugueza, do que consentirem na desmembração dellas?... combinar e adoptar, neste caso, o que melhor convém aos povos e aos Reis, pertence aos politicos: mas eu julgo, que não sería impossivel aos presentes evitar as alternativas desse tenebroso futuro, sem guerras, nem grandes sacrificios.

Unidos os Monarcas de boa fé, como de facto estão e precisão estar, para destruir a facção revolucionaria, que meios se hão de escolher para effeituar essa difficultosissima empreza? Prohibir as sociedades secretas he inefficaz; porque a despeito das leis que as prohibem, ellas tem progredido e ramificado em todos os paizes civilizados! Exigir, que os funccionarios públicos não pertenção a taes sociedades he illusorio; porque qualquer homem póde não pertencer a huma sociedade, e concorrer para que ella exista e prospere; além do que he certo que nenhum *liberal* se fará inimigo da sua facção,

unicamente porque o seu interesse o faz declarar, que não lhe pertence nem ha de pertencer! Decretar o exterminio dos facciosos he quimerico pela impossibilidade de os conhecer a todos; e sería imprudente, não só porque alguns Estados perderião huma parte consideravel da sua população, mas também porque os revolucionarios reunidos em huma das Americas adquiririão a força que não tem! Condemnar os facciosos á morte em qualquer occasião, ou lugar que sejão reconhecidos, he huma cruel barbaridade; porque muitos dos iniciados e a maior parte dos adeptos são mais dignos de compaixão, do que de castigo: visto haverem-se associado sem conhecerem o execravel fim a que se compromettião! Excluir os *liberaes* de todos os empregos he impolitico e deshumano; porque porá milhares e milhares de familias na indigencia, e suscitará notaveis divisões na sociedade sem extirpar a facção! Não apparece pois, a meu vêr, meio algum toleravel, que possa decepar a hedionda cabeça dessa hydra terrivel! Ah! quanto he critica e lamentavel a situação actual dos Reis!.... verem hum monstro pestifero transtornando o cumprimento dos Reaes deveres! unirem-se cordealmente para destruir essa fera, e não o poderem conseguir!.... verem a segurança e prosperidade dos povos envenenadas pelo halito pestilente desse infernal crocodilo, e não poderem soffocallo!.... Contra os seus desejos; contra sua vontade; contra as suas diligencias; contra a mesma necessidade pública, verem nutrir huma facção, que está subrepticiamente devorando os mais preciosos bens da sociedade, e aspira a derramar o sangue dos proprios Monarcas!... Ah! que tormento!.... se podesse haver inferno sobre a Terra, sería este! porque assim pintárão os antigos os tormentos de Tantalo nos infernos. Considerem bem os homens imparciaes, que ancias hão de affligir o animo dos

Reis por desejarem e não poderem cumprir todas as suas obrigações!.... considerem, que crueis agitações hão de sentir os Reis por conhecerem, que já não podem destruir a facção revolucionaria!... considerem, que martyrio será o da alma dos Reis por verem os povos expostos a soffrer as calamidades de novas revoluções!.... considerem, que receios, que temores, que afflicções hão de opprimir e agitar o coração dos Reis por verem, que estão sujeitos a ser infeliz preza de seus malvados inimigos! Ah! que lamentavel situação!... Considerem bem os homens imparciaes; considerem essas augustas victimas, os Monarcas, arguidos de causar os males que não fazem!... julgados pela mesma facção que os accusa!... impossibilitados de justificar-se!... indefezos!... atraiçoados!... proximos ao mais injusto e barbaro de todos os sacrificios!... Ah! considerem bem essa desgraçadissima situação dos Reis! e se poderem conter as lagrimas, contenhão! que eu não posso.....

Mas não exultem os *liberaes* por verem, que a sua facção ha de permanecer! não exultem! porque se os Reis não podem impedir que a facção revolucionaria exista, podem os povos impedir que as revoluções se fação: e huma vez que as revoluções se evitem, conseguido está o fim, que os povos e os Reis tanto necessitão e desejão alcançar. Embora os *liberaes* existão; mas existão impossibilitados de fazer revoluções; e sintão nessa mesma impossibilidade de hum castigo mais permanente do que sentirião na sua temporaria destruição. *(n)* Sim, saibão os povos, que são mais felices do que os seus Reis; porque os Reis actualmente não podem cumprir bem os seus deveres, e os povos podem muito bem cumprir as suas obrigações. Os povos podem livrar-se de cahir nas mãos dos inimigos da ordem; podem impedir a subversão das suas instituições; podem diminuir os

cuidados e padecimentos dos seus Reis; podem sustentar a legitimidade das monarquias; podem conter e consumir os revolucionarios! e tudo isto hão de infallivelmente conseguir, se resistirem sempre ás suggestões dos *liberaes*.

Estejão os povos certos e certissimos, que se não auxiliarem os seus Soberanos, quero dizer, se não abominarem as doutrinas revolucionarias, será impossivel que os Monarcas possão impedir as revoluções; e por consequencia será impossivel, que os povos e os Reis deixem de ser victimas dos inimigos da ordem: Estejão os povos certos e certissimos, que as palavras *regeneração*, *liberdade*, *constituição*, *igualdade da lei*, *despotismo*, e outras repetidas pelos *liberaes*, são astuciosos laços, que elles armão para esbulhar os Reis do exercicio da soberania, e sujeitar as nações ao ambicioso dominio da sua facção: Estejão os povos certos e certissimos, que todas as vozes encaminhadas a desviallos da Monarquia pura, são vozes dos inimigos da legitimidade: Estejão os povos certos e certissimos, que a *Monarquia constitucional* he a base estabelecida pelos revolucionarios para chegarem a destruir com facilidade as Monarquias absolutas: (o) Estejão os povos certos e certissimos, que a constituição de qualquer Estado he huma lei, e as leis não podem deixar de ser subversivas sendo feitas por quem não tem authoridade de legislar: Estejão os povos certos e certissimos, que o governo monarquico he o mais conveniente para socego e prosperidade pública: Estejão os povos certos e certissimos, que os *liberaes* são os seus maiores inimigos; porque se obstinão em semear a discordia na sociedade: inimigos tanto mais perigosos e temiveis, quanto menos se conhecem! inimigos que parecem amigos por suas agradaveis declamações! elles insinuão-se no animo dos povos, fingindo que se compadecem das desgra-

ças públicas, e que se interessão em as remediar, quando na realidade elles só trabalhão para as augmentar! Não duvidem os povos destas verdades, porque a experiencia as tem patenteado, e a experiencia não engana: Loucos e mais que loucos serião os homens, se depois de terem experimentado que o fogo queima, se fossem metter no fogo com esperança de não se queimarem! loucos e mais que loucos serião os povos, se depois de terem soffrido as calamidades das revoluções subversivas, se tornassem a confiar dos revolucionarios com esperança de serem mais felices.

Eu não insto para que os povos sejão escravos da Monarquia absoluta; não me opponho a que esta fórma de governo adquira qualquer gráo de perfeição de que for susceptivel; pugno unicamente para que ella não seja reformada por quem não tem authoridade de a reformar; porque isso, de facto, será subversão: e admittida a subversão huma vez, ella se repetirá tantas vezes, quantas for necessario para os *liberaes* estabelecerem o seu dominio. He preciso que os povos e os Reis não duvidem destas verdades infalliveis: he preciso que os Reis tomem interesse em fazellas saber aos povos, para os povos poderem interessar-se na conservação dos Reis: he preciso que os Reis se confiem nos povos, para os povos não desconfiarem dos Reis. Reconheção os Monarcas, que só nos povos he que podem encontrar hum escudo impenetravel aos tiros dos revolucionarios; e saibão os povos que sem o seu consentimento tacito, ou expresso, he impossivel effeituarem os *liberaes* huma revolução. Reconheção os Monarcas que só nos povos está a base solida de seus thronos; e saibão os povos que só elles podem sustentar o throno dos seus Monarcas. Familiarizem-se os povos com estas doutrinas; convenção-se da verdade dellas; pugnem, como devem, pela conservação da Monarquia pura;

e se os *liberaes* chegarem depois a fazer huma revolução subversiva, cortem-me a cabeça! Poderão formar conluios; poderão levantar tumultos; poderão soltar gritos incendiarios; mas as suas vozes servirão sómente para fazer com que os povos os conheção, e persigão como a cães damnados.

Porém!.... que vejo!... que turbilhão de idéas espantosas pousa na minha imaginação! que maravilhoso futuro se abre diante de meus olhos!.... Lá se desfaz a união dos Reis formada para sustentar a liberdade dos povos!.... lá se combatem e dispersão os exercitos, que estavão armados para pugnar pela conservação da ordem!.... lá se allucinão os povos e contentão com o dominio da impostura!.... lá vão os Monarcas expatriados vagando de precipicio em precipicio!.... lá transita soberbo sem opposição o monstro da revolução universal! e a desordem cobre a face da Terra!... Ah! quanto são inexcrutaveis os decretos da Providencia! poucos homens por Deos fortalecidos, combatem, vencem do inferno as furias! livrão o mundo da facção malvada! e o mundo expavorido e humilhado confessa em huma voz que Deos existe.

Sem duvida! era necessario, que a despeito de tantas e tão diversas providencias, dadas e repetidas ha tantos annos pelos governos, para impedir o progresso da facção *liberal*, ella progredisse de maneira que assustasse, como de facto assusta hoje, os legitimos governos! Era necessario, que a despeito da união dos Monarcas para impedir as revoluções, estas apparecessem e ameaçassem, como de facto ameação, os Estados desses mesmos Soberanos! Era necessario, que a despeito de tantos e tão célebres escritores realistas, que tem defendido as monarquias absolutas, fossem preferidas, como de facto tem sido, as falsas doutrinas dos revolucionarios! E he necessario tambem, que as verdades expendidas

neste Opusculo sejão desprezadas, como de facto hão de ser, pelos povos e pelos Reis, para a facção *liberal* chegar a prevalecer contra todas as diligencias humanas!!! He necessario, que assim succeda; para os homens não hesitarem a respeito da sua fraquissima insufficiencia! He necessario, que tudo assim seja, para os impios, no auge da sua soberba, serem obrigados a confessar, que hum Deos, a quem provocão, he quem os humilha e destroe.

Não desfaleção os Portuguezes com as minhas visões: porque he de presumir, que sejão esses poucos escolhidos e favorecidos por Deos para subplantar os inimigos da ordem! o passado e o presente são as tochas inextinguiveis que me conduzem a esta persuasão: Quando Bonaparte se atreveo a decretar o exterminio da Monarquia Portugueza, hum trovão da Terra, a tremenda voz deste planeta reprehendeo a temeraria fatuidade *(p)* desse formidavel aborto da desordem! e o Principe Regente de Portugal foi conduzido, qual Cyro pela mão da Providencia, a huma parte segura dos seus Estados, para vir depois, contra a expectação geral, confundir os satellites da mesma revolução, que O proscrevêra! Quando todos os formidaveis e aguerridos exercitos da Europa erão vencidos pelas falanges revolucionarias, appareceo invencivel para essas mesmas falanges o pequenino exercito Portuguez! E agora, depois de existirem Monarquias absolutas ha tantos seculos; depois de se ter escrito tanto ácerca desta fórma de governo; só em Portugal permittio a Providencia, que se produzissem as inauditas doutrinas do presente Opusculo! o verdadeiro e unico antidoto das revoluções subversivas, se os povos e os Reis o recebessem. Estes acontecimentos, e alguns outros singulares de Portugal com a revolução da França, que foi, julgo eu, a precursora e huma semelhança da revolução universal; são factos que por

si mesmos fallão! e a sua voz he bem intelligivel. Alegrem-se os bons Portuguezes com os avisos e beneficios, que da Providencia tem recebido e hão de receber! exultem no intimo do seu coração! em quanto os perversos *liberaes* e malvados materialistas sorrindo-se, mofão das minhas predicções: tempo virá em que ellas se realizem! não se poderá duvidar então, que a Providencia existe geralmente comnosco; e que faz dos entes mais inconsideraveis instrumentos de suas maravilhas, mesmo para os homens reconhecerem, que só hum Deos Omnipotente he quem por taes meios as póde executar.

Os inimigos da ordem são inimigos de Deos; porque Deos he o author e conservador de toda a ordem: A facção *liberal* ou maçonica foi produzida, segundo ella mesma declara, pelos Judeos, e propagada pelos obstinados que vírão e não crêrão os milagres de Jesu Christo! esses desgraçados Judeos forão os instrumentos de que se servio o espirito das trévas para pôr em duvida os mysterios da Redempção; logo a facção *liberal* he agente das maquinações de Lucifer; e logo he inimiga immediata das obras de Deos na Terra: por tanto pertence ao mesmo Deos destruilla, e não permittir que os homens defendão as suas obras, nem que as providencias humanas cheguem a confundir os impios; porque essa permissão negarião os atheos, e tirarião della argumentos para attribuir tudo ás diligencias dos homens, e declamarem da existencia e poder de Deos. Pertence á Justiça Divina punir a obstinação dos materialistas, porque a obstinação dos materialistas he hum crime directo contra a Divindade. Pertence ao mesmo Deos patentear o Seu poder, depois de não haver algum poder humano capaz de resistir á facção maçonica! Tremendissimo será o castigo, porque os soberbos o provocão! Maravilhoso para os homens, e glorioso para Deos será o

fim dessa espantosa luta! Humilhem-se, prostrem por terra os bons Portuguezes: Já que a Divina Providencia, por mui assignalados factos, os tem favorecido com especialidade entre os outros povos do mundo, aproveitem-se desta especial distincção da Providencia: tratem de continuar a merecer a mesma graça: permaneção fiéis aos seus deveres sociaes: cumprão as obrigações de catholicos e de vassallos: intimem continuadamente a seus filhos o amor a essas mesmas obrigações: transmittão-lhes este Opusculo como infallivel perservativo do infernal veneno revolucionario: abominem todos os dias os inimigos de suas instituições, porque esses inimigos todos os dias trabalhão por subvertellas: e Deos, que segundo o solemne juramento do primeiro Rei de Portugal, foi o author dessas sabias instituições, será tambem, como até agora tem sido, o seu adoravel defensor. Deos, que por visiveis prodigios livrou a Monarquia Portugueza de naufragar na revolução parcial, a livrará tambem por estupendas maravilhas de ser destruida na revolução geral! Deos fortalecerá os Portuguezes, e permittirá que sejão aquelles poucos escolhidos para extirpar a malvada facção maçonica, que por ser producção indirecta, e agente directo do espirito das Trévas, he inimiga jurada de Deos, dos Reis, e dos povos.

Quando estiver prompta a gravura pertencente a certo documento, publicar-se-hão as notas; e serão distribuidas aos senhores que praticárão a beneficencia de subscrever: a final se emendarão tambem os pequenos erros: entre tanto será facil ao leitor conhecer, que a pag. 55. lin 32. falta dois pontos depois da palavra — Sant-Iago — e a pag. 72. lin. 19. se encontra — orthdoxos — em lugar de orthodoxos etc.